

SUMÁRIO

- Editorial.....
- I. **LA RACIONALIDAD EN CUATRO DIMENSIONES: PSICOLOGÍA DE LA ELECCIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS EN COLOMBIA (RATIONALITY IN FOUR DIMENSIONS: PSICOLOGY OF ELECTION AND PUBLIC POLICIES IN COLOMBIA)**.....
- II. **METODOLOGIA CENTRADA NO SUJEITO QUE PRODUZ CONHECIMENTO E CONHECE: A HUMANIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS (METHODOLOGY CENTERED SUBJECT THAT PRODUCES KNOWLEDGE AND KNOW: THE HUMANIZATION OF SOCIAL SCIENCES)**.....
- III. **EL SIGNIFICADO DE LA DROGA. ANALISIS DE LAS REPRESENTACIONES SOCIALES DE LA DROGA EN LA PROVINCIA DE CATAMARCA-ARGENTINA (THE MEANING OF THE DRUG. ANALYSIS OF SOCIAL REPRESENTATIONS OF DRUGS IN THE PROVINCE OF CATAMARCA-ARGENTINA)**.....
- IV. **CAPITAL SOCIAL Y APOYO MUTUO ENTRE MUJERES. UNA APROXIMACIÓN CUALITATIVA AL CONTEXTO ASOCIATIVO DE LAS MUJERES MIGRANTES EN BIZKAIA (PAÍS VASCO) (SOCIAL CAPITAL AND MUTUAL SUPPORT AMONG WOMEN. A QUALITATIVE APPROACH TO THE ASSOCIATIVE CONTEXT OF MIGRANT WOMEN IN BISCAY (BASQUE COUNTRY)**.....
- V. **POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA EM PORTUGAL: ARTICULAR PERSPETIVAS DE ENVOLVIMENTO E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS (ADMINISTRATIVE MODERNIZATION POLICIES IN PORTUGAL: JOINT INVOLVEMENT PROSPECTS AND METHODOLOGICAL STRATEGIES)**.....
- VI. **SATISFACCIÓN DE LAS NECESIDADES DE LOS NIÑOS Y NIÑAS EN AMBIENTE DE LA CALLE (SATISFACTION OF THE CHILDREN NEEDS IN THE STREET ENVIROMENT.)**.....

- VII. LES GUSTA MÁS A LOS HOMBRES QUE A LAS MUJERES EL SEXO CASUAL? COMPARANDO LA SITUACIÓN ENTRE ESPAÑA Y SUECIA (DO MEN LIKE CASUAL SEX MORE THAN DO WOMEN? COMPARING THE SITUATION BETWEEN SPAIN AND SWEDEN).....**
- VIII. ETNOGRAFÍA Y TÉCNICAS AUDIOVISUALES EN INVESTIGACIÓN CUALITATIVA (ETHNOGRAPHY AND AUDIOVISUAL TECHNIQUES IN QUALITATIVE RESEARCH)...**

CONSELHO EDITORIAL

Joveny Sebastião Cândido de Oliveira
Luis Fernando Stone
José Rossini Campos do Couto Corrêa
Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega

COMITÊ EDITORIAL

Editora Chefe
Maria José Del Peloso

EDITORES TÉCNICOS

Cristiane Rachel de Paiva Felipe
José Alexandre Freitas Barrigossi
Klicia Maria Silva Guimarães

EDITORES - EDIÇÃO ESPECIAL

Simone Antoniaci Tuzzo

Ronaldo Nunes Linhares

Antônio Pedro Costa

CONSELHO CIENTÍFICO

Alzirene de Vasconcelos Milhomem
Anna Cristina Lanna
Antônio Joaquim Braga Pereira Braz
Aurora Helena Fidelis e Silva
Carlos Magri Ferreira
Claudomilson Fernandes Braga
Dalmi Alves Alcântara
Eduardo Simões Albuquerque
Flavia Regina Czarneski Vieira
Gisele Barata da Silva
Hildebrando Afonso Gomes Santana Carneiro
Isabela M. Tamaso
Isivone Pereira Chaves
Jefferson Fernandes do Nascimento
José Baldin Pinheiro
Luíz Batista Alves
Maria Antônia Gomes
Maria Emilia Carvalho de Araújo Vieira
Mariza Costa Amaral
Mônica Santiago Barboza
Reginaldo Santana Figueiredo

Sérgio Teixeira de Carvalho
Sílzia Carvalho Pietrobon
Ycarim Melgaço Barbosa

SUPERVISORES DE TEXTO

Osório José da Silva
Matilde Ferreira dos Santos Silva

DIAGRAMAÇÃO ELETRÔNICA

Claudomilson Fernandes Braga

CAPA

Vinícius Brandão

EXPEDIENTE:

Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA

Av. João Candido de Oliveira, Nº 115 – Cidade Jardim

CEP: 74423-115 – Goiânia, GO

Telefone: (62) 3246-1419

Email: revistaanhanguera@anhanguera.edu.br

Pesquisar para quê?

A sociedade é celeiro para as questões ainda não resolvidas, que devem ser investigadas; os investigadores, sejam eles quais forem, incomodados por estas questões e pela necessidade de atuar sobre elas, observam, refletem, buscam e constroem alternativas e soluções, a serem aplicadas, testadas e corroboradas, no cotidiano, com o objetivo de modificar a realidade, gerando novas inquietações a partir de suas descobertas e intervenções, numa relação infinita de ir e vir, num vir a ser permanente que caracteriza o “homo sapiens”.

No campo das ciências humanas, considerando as diversas dimensões da realidade, ao mesmo tempo, econômica, social, política, cultural, entre outros¹, a relação teoria/prática na pesquisa deve considerar a perspectiva sistêmica e multidimensional da realidade, a incompletude e a incerteza do conhecimento. Pesquisar, descobrir e publicar fazem parte do dia a dia. A pesquisa é fundamental, pois é a partir dela que o senso comum dá lugar à ciência, à construção de novos olhares, à descoberta de novos caminhos e possibilidades para situações do cotidiano. Citando Almeida (2009, p. 97)², dentro das aptidões humanas de representar o mundo a pesquisa “emerge da curiosidade e do desejo de ordenar o caos. Perguntar e responder por que e como as coisas são como são, bem como estabelecer causas, dinâmicas, direções e duração dos fenômenos configuram, juntos, o horizonte maior da atitude investigativa nos humanos”.

Neste contexto, considerando que é a partir da observação sobre a realidade que se estabelece as bases para refletir sobre ela e transformá-la, a relação entre a prática e a teoria, deve ser construída, não como polos opostos, mas como aquilo que se faz junto, que se completa e que ao mesmo tempo elimina a possibilidade de andar sozinho, “num convite para pensa”³. As descobertas de novos métodos de investigação e as diversidades de aplicação de métodos já consagrados que ganham novas perspectivas. E assim a certeza do tripé ciência, sociedade e publicização, que completa o eixo ensino-pesquisa e extensão que guiam as práticas de investigação na educação em todas as suas etapas, em especial nos centros de educação superior.

¹MORIN, E. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

²ALMEIDA, Maria da Conceição de. Método complexo e desafios da pesquisa. ALMEIDA, M.C.; CARVALHO, E.A. Cultura e pensamento complexo. Natal: EDUFRRN, 2009. p. 97-111.

³MORIN, E. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, A. et al. (Org.) O Pensar Complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p. 21-34.

Nesta relação destacamos o papel da pesquisa como co-criação, processo em construção e não como reprodução. A importância da ciência está na possibilidade de redescoberta da realidade que é mutante e reconhecer a ignorância se configura como o primeiro passo para a descoberta, saber que sempre haverá algo a ser visto, lido, procurado, pesquisado, capaz de transformar a sociedade. Considerar a complexidade como natureza do pensamento, da realidade e, portanto, como fundamento do método como estratégia, com o objetivo de “ajudar o pesquisador a pensar por si mesmo para responder ao desafio da complexidade dos problemas” (MORIN, 1999, p. 38). Para além de uma postura que considere como princípios fundamentais apenas a clareza, a ordem, a distinção e disjunção (Morin, 1796), numa postura simplificada do conhecimento científico.

Para isso, o olhar do pesquisador, a função de inserir-se no movimento de busca e construção de estratégias e vias de abordagem para compreender a realidade, são fundamentais. O pesquisador **é determinante na busca de seus operadores cognitivos**⁴, que orientam **sua observação e análise da sociedade, nos movimentos dos grupos pesquisados e na produção do texto, pois a materialização de suas narrativas sobre os fatos também faz parte de um criterioso processo de representação do vivido. Schroder (2000)**⁵ afirma que a ciência é acima de tudo uma prática que serve para iluminar ou obscurecer, para emancipar ou dominar. Por isso, por mais que queiramos ser imparciais, e devamos ser, nunca somos neutros, pois estamos sempre envolvidos por valores que constituem a nossa própria existência; a postura madura e crítica é tomar consciência e assumir esses valores.

Assim, importante destacar a complexidade de pesquisar. Sobretudo a complexidade que deve haver no olhar do pesquisador, na maneira como ele estuda seu objeto e no método como aborda os fenômenos dentro de uma sociedade. Edgar Morin afirma que pensar implica recusar de modo permanente o avanço das simplificações, pois a ideia mais simples necessita conjuntamente de uma formidável complexidade bioantropológica e de uma hipercomplexidade sociocultural. Falar em complexidade é

⁴ Baseado nos princípios do pensamento complexo, Mariotte elege os seguintes operadores cognitivos 1) circularidade; 2) autoprodução; 3) dialógica (ou operador dialógico); 4) o operador hologramático; 5) integração sujeito-objeto 6) ecologia da ação. <http://escoladialogo.com.br/escoladialogo/index.php/biblioteca/artigos/os-operadores-cognitivos-do-pensamento-complexo/>

⁵ SCHRODER, Celso. Apresentação. In: GUARESCHI, Pedrinho (Org.). **Os construtores da informação: Meios de comunicação, ideologia e ética**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 9 e 10.

falar em relação simultaneamente complementar, concorrente, antagônica, recursiva e hologramática entre essas instâncias co-geradoras do conhecimento. (Morin, 2005)⁶

Desta forma, podemos pensar que a complexidade do mundo moderno exige uma complexidade de metodologias capazes de considerar as visões sobre um mesmo objeto, seus recortes, ângulos, possibilidades de buscas e de faces.

Neste número, em especial, a distinção está na importância das pesquisas de natureza qualitativa, que não se ancoram na quantidade, em estatísticas, mas sim, na qualidade e profundidade das narrativas individuais e coletivas sobre os fenômenos do mundo. A importância está na interpretação, ressaltando o processo e o seu significado, que resultem em ideias e textos explicativos, analíticos, críticos. A pesquisa qualitativa é indutiva, ou seja, ela é construída a partir das informações que gerarão conclusões e reflexões, baseadas em situações, acontecimentos, interações pessoais, comportamentos humanos, relações sociais, atividades, credos, modos e costumes.

Neste sentido a criticidade deve ser considerada tanto nas pesquisas bibliográficas quanto nas pesquisas de campo. Tuzzo (2016)⁷ afirma que a partir da pesquisa bibliográfica o pesquisador deve empenhar-se em não somente repetir o que já foi publicado, mas acima disso, pensar em novos olhares, novas abordagens e novas formas de fazer com que as pesquisas na área avancem. Fazer uma pesquisa sobre o que já foi produzido, sobre teorias e escritos existentes é tarefa de leitura crítica, de aprendizado curioso e questionador que ao mesmo tempo busca o conhecimento, mas reconstrói as ideias já escritas.

Este é também o objetivo desta publicação, ou seja, fazer com que todos aqueles que tenham acesso aos textos, sejam instigados a avançar, descobrir novas possibilidades de pesquisas, estratégias e vias de abordagens como método. A pluralidade de olhares aqui apresentada é um exemplo das diferentes formas de pesquisar e abordar os problemas do homem, refletir sobre as questões que estão à sua volta e compreender que a realidade não é simples, é fruto de um tecido de relações, constituindo-se em um sistema complexo de pensamentos e experiências. (Bachelard, 2000).

O sucesso do 5º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (CIAIQ2016) é um importante indicador da existência de uma comunidade

⁶MORIN, Edgar. **O método 3: O conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulinas, 2005.

⁷TUZZO, Simone Antoniacci. **Os sentidos do impresso**. Volume 5 da Coleção Rupturas metodológicas para uma leitura crítica da mídia. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

multidisciplinar, empenhada e de qualidade das pesquisas na área de Ciências Sociais, e a parceria com a Revista UniAnhanguera possibilita que os pesquisadores deem mais visibilidade aos seus projetos, às suas inquietações e aos seus estudos. Desta forma, o fazer ciência e torná-la acessível à sociedade são questões imbricadas.

Assim, esta revista publica 8 artigos apresentados inicialmente no 5º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, realizado na Universidade Lusófona do Porto (ULP), em julho de 2016. Para esta publicação, os artigos foram ampliados, revistos e retrabalhados a partir das reflexões desencadeadas nas apresentações no Congresso, mesas de debates e contribuições que um congresso internacional, plural, com ampla diversidade de pensamentos e investigações pode desenvolver.

O primeiro artigo "La racionalidad en cuatro dimensiones: psicología de la elección y políticas públicas en Colombia" de Luis Eduardo Ruano Ibarra, Ana María Duque Fernández e Lady Vanesa Muñoz Burbano, analisa a implicação prática de racionalidade no ciclo de políticas públicas na Colômbia, com destaque para quatro tipos e quatro categorias principais que envolvem o ser humano, o contexto, as estratégias sociais e a teoria. Como resultados são destacadas as diferenças existentes entre as tipologias e a forma em que as concepções econômicas e a representação do ser humano podem chegar a perturbar a eficácia da sua aplicação.

O segundo artigo, "Metodologia centrada no sujeito que produz conhecimento e conhece: a humanização das ciências sociais", de Serafim Camalhão e Isabel Camalhão, discute, através da leitura e práticas das Ciências Sociais, que o ser humano com a globalização tem sido desumanizado, o pequeno grupo e o ser humano individualmente desapareceram ou são ignorados e nas Ciências Sociais o Homem é uma coisa e o investigador um meio. Os pesquisadores esboçam uma metodologia que humanize o sujeito que conhece e é sujeito de conhecimento. Combinam a *Grounded Theory* Clássica e a Autoetnografia na base juntando-se outras contribuições das Ciências Sociais, de forma a dar ao Homem e às Ciências Sociais uma abordagem mais humana.

O terceiro artigo "El significado de la droga. Analisis de las representaciones sociales de la droga en la provincia de catamarca-argentina", de Eleonora Jalile, mostra as Representações Sociais das drogas e a sua relação com as políticas para controlar o consumo. A partir da Teoria das Representações Sociais, construção social da realidade e teoria crítica, utiliza uma metodologia qualitativa para estudar os discursos inaparentes e ideológicos, objetivo central do trabalho que coloca as estratégias teóricas e metodológicas para abordar o fenômeno da pesquisa de uma forma profunda.

O quarto artigo "Capital social y apoyo mutuo entre mujeres. Una aproximación cualitativa al contexto asociativo de las mujeres migrantes en bizkaia (país vasco)", de María Silvestre Cabrera, Raquel Royo Prieto e Ainhoa Díez Sanz, trata do fenômeno das associações de mulheres migrantes em Bizkaia (País Basco), a partir de uma abordagem qualitativa articulada por meio de grupos focais e entrevistas em profundidade com mulheres envolvidas ativamente no contexto, selecionadas de acordo com um critério de diversidade por idade, país de origem, a associação a que pertencem e de residência. As discussões permitiram a aproximação dos mundos e experiências dos entrevistados, mergulhando nos relacionamentos, alianças e sinergias.

O quinto artigo "Políticas de modernização administrativa em Portugal: Articular perspectivas de envolvimento e estratégias metodológicas", de Paula Ochoa, Paulo J. S. Barata, Rosa Galvão, Vera Batalha e Leonor Gaspar Pinto, aborda as atuais tendências de maior envolvimento do cidadão nas políticas públicas, apresentando exemplos de articulação com estratégias metodológicas qualitativas a partir de um estudo realizado em 2015, que envolveu organismos da Administração Pública Portuguesa. O projeto teve duas fases de desenvolvimento, com a criação de um Grupo de Trabalho Informal de especialistas de Informação e Documentação, a quem coube a reflexão estratégica de discutir com grupos de *stakeholders* em *workshops*, seguida da análise dos seus posicionamentos e da avaliação da participação.

O sexto artigo "Satisfacción de las necesidades de los niños y niñas en ambiente de la calle", de Álvaro Giraldo Pineda, Constanza Forero Pulido e Paula Anduquia Vásquez, apresenta pesquisas qualitativas com crianças nas ruas da cidade de Medellín. A partir de estudo qualitativo etnográfico, os pesquisadores realizaram um diário de campo mostrando que as crianças procuram maneiras de construir um ambiente no qual podem satisfazer as suas necessidades, classificando-as como prioritárias e não prioritárias, a fim de conseguirem sobreviver na rua.

O sétimo artigo "¿Les gusta más a los hombres que a las mujeres el sexo casual? Comparando la situación entre España y Suecia", de Andrea Gutiérrez García e Beatriz Palacios Vicario, mostra uma ideia generalizada de que os homens apreciam mais o sexo casual do que as mulheres. O trabalho se preocupa em determinar se existem diferenças de gênero na percepção e no comportamento dos jovens a este respeito, a fim de examinar se estes resultados são típicos da cultura espanhola ou detidos em outros contextos, como o sueco. A pesquisa foi feita com grupos focais na Espanha e na Suécia sobre a uma oferta hipotético de sexo casual por uma pessoa que acabara de conhecer e foram convidados a

justificar a sua aceitação ou rejeição. Os resultados foram processados e analisados com conteúdo NVIVO11 programa de análise.

O oitavo artigo "Etnografía y técnicas audiovisuales en investigación cualitativa", de Rosío Córdova-Plaza e Alba H. González-Reyes, apresenta uma investigação antropológica com metodologia qualitativa e técnicas audio-visuais, cuja finalidade é proporcionar a participação de jovens em zonas indígenas, refletindo sobre o trabalho de intervenção de estudantes universitários na comunidade indígena Totonac no México, com os temas da cidadania, gênero, sexualidade e cuidados com o corpo através de oficinas de vídeo e fotografia. Como produtos derivados das experiências, foram produzidos a sinopse de um documentário sobre informações de saúde sexual; e um livreto de fotos digitais com os jovens totonacas.

Aqui os pesquisadores deixam registrado suas ideias e contribuições para as Ciências Sociais e os métodos que utilizam para desenvolvimento de seus trabalhos.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Simone Antoniaci Tuzzo

Ronaldo Nunes Linhares

António Pedro Costa

Editores Especiais

LA RACIONALIDAD EN CUATRO DIMENSIONES: PSICOLOGÍA DE LA ELECCIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS EN COLOMBIA

Luis Eduardo Ruano Ibarra¹,

Ana María Duque Fernández²

Lady Vanesa Muñoz Burbano³

Resumen

El trabajo analiza la implicación práctica de la racionalidad, en el ciclo de políticas públicas en Colombia, destacando cuatro tipologías ideales (políticas de elección racional- basadas en el modelo de utilidad esperada, políticas de racionalidad limitada, políticas de ajustes marginales y políticas de perspectivas). Se realiza un análisis que indaga desde cuatro categorías centrales: a) la concepción de ser humano; b) el papel que se le otorga al contexto; c) las estrategias sociales utilizadas y d) la inclusión o separación con respecto al enfoque de la teoría de las perspectivas. Como resultado del análisis, se resaltan las diferencias existentes entre las tipologías y se evidencia la forma en que las concepciones económicas y la representación del ser humano, imperantes en las políticas públicas, pueden llegar a perturbar la efectividad de su implementación.

Palabras Claves: teoría de las perspectivas, teoría de la utilidad esperada, ajustes marginales, racionalidad limitada.

RATIONALITY IN FOUR DIMENSIONS: PSICOLOGY OF ELECTION AND PUBLIC POLICIES IN COLOMBIA

Abstract

The present paper aims to analyze the practical implication of rationality in Colombia's cycle of public policies, highlighting four ideal typologies (rational election policies-based on an expected utility model, limited rationality policies, marginal adjustments policies and prospect policies). The analysis inquires four central categories: a) the human-being definition; b) the role given to the context; c) the used social strategies; d) the inclusion or detachment according to the Prospect Theory's focus. As a result of the analysis, the existent differences are highlighted among the typologies, it also shows how the prevailing and diverse economical conceptions and human-being representation can easily disrupt the effectivity of the policies' implementation.

¹PhD. en sociología, Docente investigador, Universidad Cooperativa de Colombia, email: luis.ruanoi@campusucc.edu.co

²Psicóloga, Investigadora grupo Psiedu, Universidad Cooperativa de Colombia, email: ana.duquef@gmail.com

³Psicóloga, Investigadora grupo Psiedu, Universidad Cooperativa de Colombia, email: lady.munoz@campusucc.edu.co

Key Words: Prospect Theory, expected utility theory, marginal adjustments, limited rationality.

INTRODUCCIÓN

La teoría económica clásica, específicamente la *Teoría de la Utilidad Esperada*, asume como naturales, la racionalidad y el egoísmo en los seres humanos, ello ha repercutido en las ciencias sociales, haciendo que dicha concepción del ser humano, se generalice, al punto de que la mayoría de enfoques que estudian las políticas públicas se basan en este modelo. Si bien es cierto que el mismo, ha sido evaluado y debatido, permitiendo el surgimiento de otros modelos económicos y de políticas públicas, la postura de la teoría de la utilidad esperada es la que mayor generalización presenta, tanto en economía, como en políticas de desarrollo (Pascale, 2007).

En respuesta a esa visión determinista, surge la necesidad de analizar el papel que desempeña la racionalidad, en la formulación e implementación de políticas públicas nacionales y regionales, destacando cuatro categorías ideales (políticas de elección racional- basadas en el modelo de utilidad esperada, políticas de racionalidad limitada, políticas de ajustes marginales y políticas de perspectivas)(Ruano, Duque & Muñoz, 2016). En esta ocasión, por medio de la obtención de un corpus documental conformado por diversas políticas públicas colombianas, se presentan posturas discursivas que representan o ilustran de mejor forma cada categoría, en el marco de una metodología cualitativa de análisis sociológico del sistema de discursos (Ruano, 2015).

En las políticas se indaga desde cuatro categorías centrales: a) la concepción de ser humano, que asume cada política pública; b) el papel que se le otorga al contexto; c) las estrategias sociales utilizadas que se describen en el documento de la política, y finalmente d) la inclusión o separación de la política con respecto al enfoque de la teoría de las perspectivas. Con el fin de marcar las diferencias existentes entre las tipología y evidenciar como las concepciones económicas y la representación del ser humano, imperantes en las políticas públicas, pueden llegar a perturbar la efectividad de su implementación.

APROXIMACIÓN TEÓRICA

La racionalidad del ser humano en el proceso de toma de decisiones, funge como tema y objeto de interés para diversas disciplinas, entre ellas, la filosofía, la economía y la psicología. Los avances conceptuales en la materia, han sido adoptadas en el proceso de formulación y gestión de políticas económicas y públicas por parte de tecnócratas, funcionarios públicos y legisladores, atendiendo a diversos contextos de aplicación (Banco Mundial, 2015). De ello da cuenta, el informe *Mente, sociedad y conducta* (2015), donde se expresa la necesidad de incluir los hallazgos de diversas disciplinas, como la psicología y la economía conductual, en las políticas de desarrollo.

Surgen en el proceso de reflexión nuevas posturas, entre ellas, los descubrimientos actuales en materia de elección, los cuales dejan a un lado la idea de un ser completamente racional, que se reduce a analizar el beneficio de una opción por encima de otra, revelando múltiples factores que inciden en la toma de decisión, y que complican la ecuación. Esta dimensión se fortalece desde la visión donde se plantea que “la solidez de la economía convencional reside en que coloca los conocimientos y la motivación de los seres humanos en una “caja negra” y simplifica intencionalmente el funcionamiento interno confuso y misterioso de los actores” (Freese, 2009, p. 98 *apud* Banco Mundial, 2015, p. 3) lo que lleva a asumir una visión poco realista de cómo funciona la mente humana, y que en la práctica no siempre obtiene resultados satisfactorios.

En sus comienzos las teorías económicas basaron sus principios en la concepción de racionalidad en la toma de decisión, un ejemplo de ello son las teorías de elección racional (TER), según estos postulados, el ser humano siempre actúa de manera lógica al momento de tomar decisiones, sin embargo, existen diferentes posturas dentro de esta teoría, las cuales varían en el nivel de exigencia respecto a la racionalidad y la restrictividad de sus supuestos. En términos generales se considera que la elección se basa en las preferencias individuales, dadas por los deseos y creencias, donde el sujeto escogerá de acuerdo a estas. Entre las principales visiones de la TER, se encuentran la Teoría de la Utilidad de Bernoulli (1738) y la Teoría de la Utilidad Esperada de John Von Neumann y Oskar Morgenstern, (1944). Para el presente texto se toma en cuenta la Teoría de la Utilidad Esperada, siendo esta la de mayor incidencia en la visión del comportamiento del ser humano, por su carácter convergente a las ideas de la cultura, que confían en la lógica y racionalidad humana.

La teoría de la utilidad esperada supone que los agentes económicos persiguen de una manera racional su propio interés, definido por ellos mismos, es decir que tratan de maximizar su utilidad o bienestar subjetivo, y para ello sopesan los costos y beneficios de las diferentes alternativas disponibles, a fin de tomar sus decisiones según principios racionales y utilitarios, siguiendo sus propias preferencias (Maletta, 2010). Dentro de esta teoría existen tres principios que determinan la racionalidad humana; el primero de ellos es la maximización de la utilidad, el cual hace referencia a elegir siempre la opción que traiga mayores beneficios o conlleve menos pérdidas; el segundo es el de continuidad, que plantea que una opción preferida cambia solo en el momento en el que cambian los deseos y creencias; por último, el de invarianza o independencia, el cual sustenta que el cambio en la presentación de las opciones no altera la preferencia sobre una opción, y por tanto no afecta su elección. Las políticas públicas, en su mayoría, se han ajustado a este modelo, caracterizándose por otorgar oportunidades para que los sujetos elijan la opción óptima desde una amplia gama de posibilidades; su ajuste contextual es pobre o nulo, pues no realizan una evaluación de la población a intervenir, sino que se esboza partiendo de características generales; interviniendo sobre el individuo, obviando los grupos sociales a los que pertenecen; y sin tener en cuenta los sesgos y procesos cognitivos, por su desconocimiento.

A partir de algunas inconsistencias en el modelo racional, surgen nuevas propuestas, Herbert Simon (1955, 1987) se opuso a la teoría de la utilidad esperada, puesto que creía que las teorías maximizadoras no se podían llevar al mundo real, siendo solo aplicables en los laboratorios. Así, plantea un cambio en términos de maximizar a satisfacer, tratando a su vez de solventar los defectos que encontró en estos planteamientos, como, que en la mayoría de las situaciones reales el cálculo de las consecuencias se hace de manera aproximada, pues esta teoría no considera la influencia de las características del entorno en la limitación de la toma de decisiones (González, 2004). Argumentando que la naturaleza limitada de la elección humana se basa en el desconocimiento de todas las alternativas, es decir se tiene una información limitada de las opciones del entorno, además el agente económico al encontrar una alternativa, que, a su nivel apreciativo, sea satisfactoria, desistirá de la búsqueda de otras opciones, haciendo su elección (Pascale, 2007).

El uso de este modelo en la formulación de políticas se encuentra menos generalizado, aun así, se pueden encontrar planes y proyectos que se sustentan en él. Estos

se caracterizan por tener una visión moderada respecto a la racionalidad, reconociendo límites en la toma de decisiones, dados por el contexto; no se toman en cuenta las estrategias sociales, sino que se adaptan a las intervenciones individuales; existe una aceptación parcial de los sesgos y procesos cognitivos.

Así mismo, respondiendo a las inconsistencias encontradas en el modelo racional, surge el modelo de ajustes marginales, que enfatiza en la existencia de la racionalidad, pero destacando el papel de la experiencia, pues esta otorgará la mejor opción posible, incrementando el valor marginal, respecto a las experiencias anteriores (Miklos et al., 2000). “Ya no se trata de deducir la solución, sino de aprender desde la realidad empírica [...] Se pasa de una racionalidad, a priori, donde se escoge antes de actuar, a una racionalidad a posteriori, donde la realidad surge de la práctica” (Roth, 2002, p.92-93).

Las políticas basadas en este modelo, surgen como un ajuste a políticas ya existentes, mejorándolas a través de la experiencia, por lo cual muchos ejemplos de estas, son versiones actualizadas, en donde se toman en cuenta las decisiones anteriores, para dar soluciones nuevas, siendo la experiencia adquirida la que define las posibilidades. Los diseños se basan en estrategias sociales, ajustándose al contexto; donde priman los métodos comportamentales, dejando a un lado los mecanismos cognitivos.

La economía ciertamente ya no es el estudio de las creencias económicas sobre el comportamiento humano racional, como lo planteó la economía neoclásica. Los términos de racionalidad e irracionalidad han sido actualizados, en tal sentido:

Uno podría, desde luego, tomar la palabra " racional " en un sentido objetivo, lo que implica que un agente racional es el que toma las decisiones que hacen que su vida vaya mejor, a juzgar por criterios objetivos, como la salud, la longevidad, o los ingresos. Empleada de esta manera, sin embargo, la idea debería no tener ningún poder explicativo. Como he subrayado, las consecuencias de una decisión no pueden explicarlo. Sólo los estados mentales que preceden a la decisión nos permiten explicar las acciones como óptimas, desde el punto de vista del agente, en lugar de solo caracterizar la elección como útil o beneficiosa, desde el punto de vista de un observador externo(Elster, 2007, p. 209).

Elster, afirma que el estudio de la toma de decisiones se debe dar desde el análisis de los mecanismos internos. En el libro *Explicación del comportamiento social* (2007) el autor da a conocer algunas de las teorías actuales que han intentado dar explicación a los fenómenos presentes en la toma de decisiones, como son: la aversión a la pérdida, las emociones y el descuento hiperbólico, entre otros. Para Elster, es necesario que los

individuos generen conocimientos y aprendan sobre estos mecanismos, para llegar a tomar decisiones que podrían ser llamadas racionales (Elster, 2007).

Hasta ahora las políticas públicas se han apoyado en estudios de comportamiento humano basados en la TER y en el costo beneficio, las cuales plantean un comportamiento estrictamente racional, que por su naturaleza puede ser modificado. No obstante, investigaciones de psicología de la elección, han puesto en juego diferentes factores que afectan esta concepción, proponiendo que la toma de decisiones se ve afectada por aspectos cognitivos, el efecto de las emociones, el contexto y la influencia social, llevando a la subjetividad de la elección.

Uno de los autores que ha realizado aportes significativos al estudio de la toma de decisiones, en especial la investigación sobre los factores cognitivos que se encuentran involucrados en este proceso es Daniel Kahneman (2014), este autor plantea que el funcionamiento cognitivo está conformado por dos sistemas, denominados sistema 1 y sistema 2; el primero de ellos es rápido e intuitivo, y es el encargado de generar las heurísticas (i.e., atajos) y sesgos (i.e., errores) en la toma de decisiones, ya que basa sus juicios en asociaciones rápidas que generan impresiones acerca de los estímulos percibidos; por otro lado, el sistema 2 es lento y racional, por lo cual su procesamiento consume más tiempo y es utilizado solo en ocasiones donde es requerido. A pesar de la racionalidad del sistema 2, la mayoría de las ocasiones los juicios del sistema 1 interfieren en la toma de decisiones, sobre todo en condiciones donde la atención del individuo es baja (Kahneman, 2014).

Así mismo, plantea que las decisiones se ven influenciadas por la existencia de “dos yo”, un yo que recuerda y un yo que experimenta, cada uno evalúa las opciones de distinta forma, donde la experiencia de un suceso es diferente al recuerdo del mismo (Kahneman, 2014), pues el recuerdo dista de ser una copia exacta de la experiencia, debido a la capacidad limitada de almacenamiento en el cerebro. Lo anterior es de gran importancia pues la evaluación de las opciones depende en gran medida de las interacciones que se ha tenido con la misma, por tanto, el recuerdo cumple un papel importante.

Daniel Gilbert (2006) pone en juego otro participante en el mundo mental, denominando yo futuro, conformando así la triada. Continuando lo propuesto por el autor anterior, Gilbert plantea diferentes evaluaciones en los distintos yo, lo que dificulta cómo

se manejan las elecciones y las opciones propuestas. Para este autor, es el yo futuro el que presenta mayor participación en la elección, pues representa la imaginación. Cuando evaluamos opciones imaginamos como sería si se elige una u otra. En cuanto al yo futuro, sus predicciones se basan en el yo pasado y el yo presente, desembocando en un problema, porque la memoria no es exacta y requiere rellenar los detalles faltantes en los recuerdos, y lo hace principalmente con el material del presente.

Las emociones hacen parte del pensamiento automático dentro de la toma de decisiones, estas no permiten ser totalmente racionales, ya que no son algo que se quita y se pone a gusto propio, pues el estado de ánimo presente, afecta cómo, los seres humanos evalúan el futuro y el pasado, cambiando así las valoraciones de las opciones (Ariely, 2008). Teniendo en cuenta como ejemplo, el deseo de ahorrar dinero, se puede observar que en muchas ocasiones la alegría de adquirir y disfrutar unos nuevos zapatos (o algún producto que nos sea atractivo), produce un cambio de valoración entre las opciones. La emoción presente nubla la idea del ahorro, “gastar más dinero en un futuro, no resulta tan atractivo, como tener esos zapatos, que me alegran hoy” (Ariely, 2008, p. 23)

Debido a la rapidez con la que actúa nuestra maquinaria cognitiva, se presentan ciertos sesgos al momento de tomar decisiones que afectan la racionalidad, dos de los sesgos que influyen en mayor medida las políticas públicas son: el descuento hiperbólico o temporal y la focalización; el primero de ellos hace referencia a la pérdida subjetiva de valor de una opción cuando su aparición es demorada. Al analizar dos opciones simultáneas, O1 y O2, siendo O1 subjetivamente más atractiva que O2, si se presenta demora en la aparición de O1 con respecto a la otra opción, esta disminuye su valor, al punto que se presente un cambio en la preferencia (Rachlin, 2009), un ejemplo de ellos se da cuando una opción que parece atractiva a futuro como lo es el bajar de peso, pierde valor cuando obtenemos una gratificación menor, pero a corto plazo como lo es el disfrutar de un helado.

Por otro parte, la focalización consistente en centrar la atención en pocas características de un evento, cuando imaginamos e incluso cuando recordamos, llevando a omitir detalles que podrían ser relevantes. Es decir “la gente se centra demasiado en la ocurrencia en cuestión (denominado evento focal) y dejar de considerar las consecuencias de que otros eventos ocurran probablemente” (Gilbert et al, 2000, p. 822), en las decisiones políticas, los formuladores pueden focalizar los aspectos de la realidad que

evidencien su pensamiento y su modelo mental, rechazando propuestas novedosas que pueden ser más efectivas.

Las desviaciones del supuesto de racionalidad se pueden ver claramente en los modelos cognitivos analizados anteriormente, puesto que la existencia de diferentes *yos*, así como el descuento hiperbólico, llevan a incongruencias en el análisis de opciones, eligiendo aquellas que no necesariamente generan mayores beneficios. Estos conceptos son importantes, puesto que al tenerse en cuenta la influencia de estos errores sistemáticos, surge el escepticismo ante la capacidad de las personas maximizar la utilidad; situación que no se presenta en el ámbito de políticas públicas, debido a que los beneficiarios, por ejemplo, se les presenta una opción, que se considera más atractiva y útil en el marco racional, obviando la subjetividad en la decisión, llevando a resultados poco satisfactorios en la intervención.

Otro mecanismo que afecta las elecciones son los modelos mentales, la importancia de ellos reside en que el mundo se ve a través del lente de los modelos mentales, estos ayudan a interpretar distintas situaciones y a su vez guían el comportamiento, incluyen “categorías, conceptos, identidades, prototipos, estereotipos, narrativas casuales, y visiones del mundo” (Banco Mundial, 2015, p. 62). A pesar de que los modelos mentales nos ayudan a simplificar el mundo en que vivimos, pueden conducirnos también a interpretaciones erróneas, pues las abstracciones del mundo pueden estar sesgadas. Así mismo, al mantenerse en el tiempo los modelos pueden llegar a perder vigencia, ya que el mundo se encuentra en constante cambio, puesto que “la mayoría de los modelos mentales emergen en la sociedad a través de las experiencias compartidas, y pueden transmitirse por generaciones. Pueden persistir incluso si son disfuncionales” (Banco Mundial, 2015, p. 66).

Los formuladores de políticas públicas también se ven afectados por los modelos mentales, lo cual puede afectar su diseño e implementación; teniendo en cuenta el caso de la pobreza, el modelo mental que tengan los creadores sobre esta, puede diferir de gran manera a la realidad vivida por los beneficiarios, ocasionando políticas públicas poco ajustadas a la realidad. Por tanto, distinguir cuando un modelo mental es un obstáculo para el desarrollo, es primordial, pues las políticas públicas deben crear estrategias de cambio para quienes se beneficiarán.

Una de las formas que se sugiere el Banco Mundial (2015) para el cambio de modelos mentales disfuncionales, es la presentación de dramatizados televisados, en los cuales se planteen problemáticas que estén afectando a la comunidad, en el caso de la pobreza, y teniendo en cuenta que uno de sus ejes de mantenimiento es el mal manejo de las finanzas en los hogares, la presentación de novelas donde se maneje esta temática pueden mejorar la actitud de las personas hacia el uso del dinero, pues este tipo de contenidos, llevan a generar empatía con los personajes, llegando a ser más efectivo que un programa que brinde información educativa.

La subjetividad en la toma de decisiones es afectada por el contexto social, el cual evidencia un obstáculo más hacia la racionalidad, pues el contexto en el que se enmarcan las opciones genera un cambio de preferencias violando los principios de independencia y continuidad de la TER. A este fenómeno, se le denomina, el efecto marco, que consiste en el cambio de valoración de las opciones por su forma de presentación puesto que: “Maneras diferentes de presentar una información provocan emociones diferentes” (Kahneman, 2014, p. 120).

Para ilustrar este efecto, tengamos en cuenta el siguiente ejemplo: “Los embutidos de los que se especifica que están en un <<90 por ciento libres de grasa>> nos atraen más que si se especifica que tienen un contenido del <<10 por ciento de grasa>>” (Kahneman, 2014, p. 120). La información es la misma en ambas situaciones, pero la presentación exaltando su baja cantidad de grasa (manera positiva), resulta más atractiva que la que advierte de su contenido graso (manera negativa). La elección se encuentra estrechamente ligada al contexto; y es que, las opciones nunca son evaluadas solo por una de sus características, sino que su valor es dado a través de muchas variables en donde influyen diferentes aspectos que sesgan la caracterización (Elster, 2007). El contexto de elección se podría ver cómo el lugar donde confluyen dichos aspectos, incluyendo el descuento temporal, efecto marco, modelos mentales y normas sociales.

La TER supone la existencia de un ser humano egoísta, que coopera solo cuando se generan beneficios para sí mismo; por otro lado, la psicología de la elección plantea que el altruismo y la cooperación poseen diversas motivaciones, que en ocasiones distan de buscar el beneficio propio.

Los estudios que los economistas conductuales han hecho sobre el altruismo han esclarecido esa espada de Damocles y han demostrado que las personas no son ni los egoístas amorales de la teoría

económica clásica, ni los comunalistas del todos para uno y uno para todos de las fantasías utópicas (Pinker, 1992, p. 409).

Así, los seres humanos, poseen motivaciones complejas y variadas, que no se pueden reducir, ni llevar a los extremos. Por ejemplo, en una sociedad con bajo nivel de desempleo, en donde recientemente se han experimentado cambios estructurales, pueden la mayoría votar a favor de un partido que plantea beneficios a los desempleados. Dicho evento puede parecer un comportamiento solidario, aunque esté motivado por la creencia de que se perderá el empleo, por tanto, la motivación es un interés propio, y el comportamiento, al colaborar con otros, es altruista (Elster, 2007).

La confianza juega un papel importante en el éxito o fracaso de las políticas públicas, la falta de ella afecta significativamente la actitud de los beneficiarios (ELSTER, 2007); por ejemplo, si se dudan de las intenciones de los creadores de políticas de desarrollo, alegando que se elaboran para beneficio de los mismos, los individuos podrían tener una actitud de oposición, entorpeciendo la labor de los ejecutores. De lo anterior, surge la necesidad de asociar el altruismo y la cooperación, pues actos altruistas, o que hacen bien a otros, generan mayor confianza, lo que puede incrementar la cooperación. Elster (2007) resume la confianza como la elección entre interactuar o abstenerse de hacerlo. La efectividad en las políticas públicas depende, entre otros, de la confianza en la ejecución de la política, pues individuos desconfiados son individuos que se abstienen.

Las normas sociales son también un factor a tener en cuenta cuando se habla de elección, pues estas permean tanto al individuo, en sus acciones y valoraciones, como también a las opciones que se le presentan, otorgándoles características que pueden llevar a focalizar una opción sobre otra, sin tener en cuenta la maximización para el individuo. Las normas sociales pre establecen qué es adecuado, a través del miedo a la desaprobación y al rechazo. En algunos casos, la búsqueda de aprobación social puede generar cierto conformismo e incluso afectar el desarrollo de los talentos de las personas (Elster, 2007).

Podemos ver que, la psicología de elección ha demostrado en las últimas décadas que los factores que influyen en la toma de decisiones son diversos y complejos, no obstante, muchos de los gobiernos diseñan políticas públicas basados en principios de la TER, de la racionalidad limitada o los ajustes marginales, teniendo una visión del ser humano incompleta que resulta restrictiva, pues se ignoran los factores humanos y

psicológicos que limitan los alcances de dichas políticas. Los conocimientos generados por la psicología de la elección, han sido utilizados desde hace décadas por el sector comercial, específicamente el marketing, estos, elementos contextuales, las normas sociales, los modelos mentales y los procesos cognitivos (y sus limitaciones), para así diseñar estrategias que produzcan mayores beneficios monetarios, pues comprenden al ser humano como cambiante, moldeable, emocional y social.

METODOLOGÍA

Se toma como base para el análisis, un conjunto de políticas públicas de intervención social en la República de Colombia, las mismas son elegidas del orden nacional, regional y local. En un primer momento se realizaron cinco entrevistas semiestructuradas con expertos (Vallés, 2003), el discurso producido fue grabado en audio y video y luego transcrito textualmente, para ser analizado, con la ayuda de un software de procesamiento de datos cualitativos (Atlas. Ti). De este análisis emergieron las pautas propuestas por la teoría fundamentada e identificaron las categorías iniciales de análisis a través de la codificación abierta y axial (Strauss & Corbin, 2002), estas categorías son: *Reconocimiento de la irracionalidad, reconocimiento del pensamiento social, concepción de ser humano y relación con el contexto.*

En un segundo momento, se creó cuatro tipologías de políticas públicas (*Políticas basadas en la Racionalidad Limitada, Políticas basadas en la Elección Racional, Políticas basadas en Ajustes Marginales y Políticas de Perspectivas*). Dentro del corpus textual, tomando como base el análisis documental (García Gutiérrez, 2002), se busca posturas discursivas “que representaran de mejor forma o fueran más ilustrativas para la categoría”. Inicialmente, se obtuvo un corpus conformado por 15 documentos de planeación estatal (políticas públicas), a partir del cual se seleccionan cuatro que proporcionan saturación discursiva (Krueger, 1991) y cumplen básicamente la función de ilustrar cada una de las categorías de los perfiles, acotar y ordenar la interpretación.

Para el análisis de los datos cualitativos, se implementó el análisis sociológico del sistema de discursos (Gutiérrez Del Álamo, 2009), en ese sentido, la identificación de perfiles que responden a diferentes espacios de la estructura social y categorías de prácticas sociales que se ubican en distintos ámbitos de lo social, posibilita la obtención de una muestra de tipo estructural que represente las distintas posiciones discursivas. Se

busca una representatividad estructural que no tiene como propósito la generalización de resultados.

Desde esta perspectiva, se busca en los textos, “la reconstrucción del sentido de los discursos en su situación micro y macro social de enunciación” (Bourdieu, 1979). Sin embargo, considerando que este análisis parte desde unos niveles más básicos de interpretación hasta unos niveles más complejos de reconstrucción del sentido de los discursos, basados en las herramientas de codificación deductiva e inductiva del Software Atlas. Ti, se parte desde la descripción de cada perfil ligado a un tipo específico de política pública, pasando por un análisis semiótico-estructuralista, que luego se complementa con un análisis de los contenidos manifiestos y latentes, hasta llegar a una dimensión más bien pragmática o interpretativa del contexto.

Se plantean entonces cuatro hipótesis, en términos de supuestos y no el sentido estadístico: H1, las políticas que responden al perfil de elección racional, tienden a percibir a los actores sociales como seres racionales que eligen la opción óptima, usan estrategias individualizadas, desconocen el contexto y los mecanismos cognitivos; H2, las políticas que responden al perfil de racionalidad limitada, tienden a percibir las opciones de los sujetos en la toma de decisiones como limitadas, teniendo en cuenta el contexto, haciendo uso de estrategias individualizadas y conocimiento restringido de los mecanismos cognitivos; H3, las políticas que responden al perfil de ajustes marginales, tienden a percibir a los sujetos como seres racionales que eligen la opción óptima de acuerdo a su experiencia, destacando el papel del contexto y usando estrategias sociales, aplicando métodos comportamentales e ignorando los modelos cognitivos; H4, las políticas que responden al perfil de perspectivas, tienden a percibir a los actores sociales como predeciblemente irracionales, que actúan como cooperadores condicionados; toman en cuenta el contexto, utilizan estrategias sociales y aplican los conocimientos acerca de los procesos cognitivos.

A partir de un análisis inicial se ofrece un esquema conceptual que represente gráficamente, la forma en que la integración de dos dimensiones da origen a los perfiles de racionalidad en las políticas públicas. El modelo que se presenta constituye el componente central que guía el análisis.



Figura 1. Modelo central (Elaboración propia).

En la parte superior del modelo se ubican las políticas que tienen un mayor reconocimiento de la irracionalidad (racionalidad limitada, perspectivas), en la parte inferior aquellas que poseen un menor reconocimiento de la irracionalidad (elección racional, ajustes marginales); del mismo modo, en la sección derecha se encuentran las políticas que tienen mayor reconocimiento del pensamiento social (perspectivas y ajustes marginales), y a la izquierda las que poseen menor reconocimiento del pensamiento social. Desde el extremo inferior izquierdo hasta el extremo superior derecho, se observa la trayectoria de la concepción de ser humano, de egoísta a cooperador condicionado.

El análisis parte desde una descripción o retrato de cada uno de los perfiles, como una forma de ofrecer los primeros antecedentes contextuales. Los datos, corresponden a información recabada en las políticas públicas, atendiendo fundamentalmente a su objetivo y lineamientos.

Política modelo de elección racional (*programa de Familias en Acción fase 1*): Tiene como propósito aumentar y/o mantener la inversión que realizan las familias en situación de extrema pobreza sobre sus hijos, otorgando subsidios para su nutrición y escolaridad. Los objetivos de este programa son: reducción de inasistencia y deserción en la educación primaria y secundaria, complementar el ingreso de los padres para los gastos de alimentación, aumentar la atención en salud y mejorar las prácticas de cuidado de los padres. El método mediante el cual se pone en práctica este programa es el de subsidio

condicionado, que consiste en la entrega de ayudas monetarias cuando las familias cumplen ciertos requerimientos y compromisos. Los lineamientos son los de nutrición, salud y educación.

Política modelo de Racionalidad limitada (*Plan Nacional de Seguridad Vial*): Busca disminuir el número de muertes por accidentes de tránsito a través de líneas de acción que incluyen aspectos institucionales, promoción de comportamiento responsable en la vía, estrategias sobre los vehículos automotores, atención a víctimas y estrategias sobre las vías o el entorno. Ello, por medio del incremento de la seguridad vial en el país, que posibilite la disminución de accidentes de tránsito, a su vez reduciendo el número de víctimas mortales y lesionadas.

Política modelo de ajustes marginales (*Política Nacional de Sexualidad, Derechos Sexuales y Derechos Reproductivos*): Su propósito es “orientar el desarrollo de las acciones sectoriales, e intersectoriales, en materia de sexualidad y garantía del ejercicio de los derechos sexuales y los derechos reproductivos, en el marco de la Atención Primaria en Salud” (Ministerio de Salud y Protección Social, 2014). Su objetivo: “contribuir a que la ciudadanía alcance el más alto estándar de salud sexual reproductiva, bienestar físico, mental y social, como de desarrollo humano, a partir de acciones que promuevan el ejercicio autónomo de estos derechos para todas y todos” (Ministerio de Salud y Protección Social, 2014). Sus líneas de acción: el fortalecimiento del sector salud, la generación de alianzas estratégicas, la movilización social, la comunicación de los derechos sexuales y reproductivos y la gestión de conocimiento.

Política modelo de perspectivas (*Política local de promoción y conservación del agua Bogotá 1997*): En el marco del eje central de cultura ciudadana, busca mediante la cooperación el ahorro de agua por parte de los ciudadanos. Dicha estrategia, es escogida debido a que la cultura ciudadana debe permear todos los procesos que se pretenden mantener a largo plazo, los lineamientos generales de la estrategia fueron: educación por parte de voluntarios que enseñaban métodos de ahorro de agua, promoción comunicativa basada en la presentación de comerciales televisivos, que en algunos casos presentaban como protagonista al alcalde; y reconocimiento y amonestación pública dependiendo del grado de cooperación (resultado del ahorro).

DISCUSIÓN Y RESULTADOS

Se busca obtener algunas distinciones claves que permitan identificar aquellos pares sémicos que incorporen de mejor forma al resto de los códigos de oposición. Se ha ubicado en la primera parte de la lista a modo de referencia, el par *políticas de elección racional -políticas de perspectivas*, ya que estos perfiles son los que se contraponen de forma tajante en el modelo central. El resto de oposiciones creadas a partir de esta distinción inicial, formaran parte de las propiedades que caracterizan a estos perfiles. Luego de la revisión de las oposiciones estructurales más importantes en relación a cada categoría de análisis, se determina que aquellos pares sémicos por su nivel de abstracción y su capacidad de contener al resto de las categorías son los que mejor representan el conjunto de oposiciones.

Tabla 1. Pares sémicos y ejes estructurantes (Elaboración propia).

	Políticas de elección racional	Política de perspectivas
Ser humano	Supone que el beneficiario buscará el beneficio propio (y familiar), al utilizar de manera óptima el apoyo monetario.	Supone la existencia de sujetos cooperativos, que bajo ciertas condiciones pueden trabajar por un objetivo común.
	Asume que el beneficiario tomará decisiones, con el fin de salir de su situación de pobreza extrema.	A través de voluntarios cooperadores se enseñó a la población técnicas de ahorro de agua y se influyó en la conducta de sociabilidad, mediante normas sociales.
Contexto	Se ejecuta la política nacional en todo municipio con menos cien mil habitantes, sin tener cuenta las diferencias existentes entre los beneficiarios (etnia, cultura, territorio).	Se ajusta a la situación de emergencia y a la población específica, tomando en cuenta el contexto de ciudad.
	Asume de manera homogénea a las personas en extrema pobreza, como iguales y con esa base propone las estrategias.	El proyecto de cultura ciudadana, tiene como eje estratégico, el reconocimiento de la diferencia.
Pensamiento Social	Los subsidios se entregan de manera individual, no se contemplan escenarios de participación que integren la población en ninguna de las fases.	Emplea estrategias sociales de comunicación. Se premia y reconoce públicamente a quienes ahorran agua, y se sanciona simbólicamente a quienes no lo hacen.

	Capacitaciones enfocadas al cuidado de los hijos, en donde los grupos presentes no generan redes de apoyo.	Por medio de la cultura ciudadana, se genera sentido de pertenencia creando objetivos comunes.
Pensamiento Automático	Otorga subsidios con el fin de que sean utilizados racionalmente: en alimentación y escolarización.	Asume que las emociones y la empatía, pueden generar mayor cooperación en los ciudadanos.
	Se ignora el sesgo generado por el descuento hiperbólico ⁴ .	Se publican las cifras de consumo, con el fin de evitar el sesgo de disponibilidad ⁵ .

Para dar continuidad al análisis y adentrarse de lleno en la revisión del material, se plantea de manera conjunta un análisis comparativo para cada perfil y temática, en torno a la identificación de los elementos manifiestos y la comprensión de los contenidos latentes implícitos en las diferentes políticas.

Tabla 2. Elementos manifiestos y latentes- Política de elección racional (Elaboración propia).

	Elementos Manifiestos	Elementos Latentes
Ser humano	Hace entrega de subsidios condicionados a las familias seleccionadas como beneficiarias.	Se basa en la concepción de seres humanos egoístas, que evalúan las oportunidades del ambiente (subsidios) y toman la decisión más favorable, desde una perspectiva racional y autocentrada.
Contexto	Está diseñada para toda familia colombiana que se encuentre registrada en el nivel 1 del SISBEN (extrema pobreza) y que pertenezcan a un municipio con menos de cien mil habitantes, que cuenten con entidad financiera y con una base del SISBEN.	No hay una caracterización específica de la población, obviando diferencias étnicas, regionales, culturales y climáticas. Se ignora la importancia de verificar los tiempos de entrega de los subsidios, así como las prioridades de los beneficiarios.

⁴Fenómeno que ocurre cuando una opción pierde su atractivo por la demora en su presentación (Rachlin, 2009).

⁵Se da cuando las personas sobreestiman y juzgan la frecuencia de que ocurra un evento, por la facilidad con la que los ejemplos acuden a la mente (Kahneman y Tversky, 1974).

Pensamiento social	Hace entrega del subsidio de manera individual, las capacitaciones se enfocan en la entrega de información.	Busca un cambio social, a partir de estrategias individuales que no tienen como objetivo la creación de comunidad. Se ignora la importancia de la cooperación y la creación de objetivos comunes en la generación de cambio social estructural.
Pensamiento automático	Otorga beneficios monetarios, capacitación en cuidados a la primera infancia y atención en salud a personas en situación de pobreza extrema.	Pretende que los beneficiarios inviertan el subsidio otorgado para mejorar su situación actual, y que, de la misma forma, hagan uso de los conocimientos adquiridos de los espacios de información, para tener buenas prácticas en el cuidado de sus hijos.

Tabla 3. Elementos manifiestos y latentes-política racionalidad limitada (Elaboración propia).

	Elementos Manifiestos	Elementos Latentes
Ser humano	Posee lineamientos punitivos enfocados en la restricción del comportamiento no deseado; las estrategias sobre la atención a víctimas de accidentes delegan la responsabilidad a profesionales.	No permite la cooperación, pues tiene la concepción de individuos como seres egoístas sólo cumplen las normas porque le son beneficiosas, o por evitar un castigo.
Contexto	La política se encuentra estructurada a nivel nacional, el diagnóstico es generalizado y las estadísticas son nacionales. La aplicación es regional, dependiendo de sus recursos.	Es una política generalizada que no toma en cuenta la cultura y la cultura ciudadana, la diferencia en el comportamiento en las regiones, el respeto a la norma y las diferentes causas de accidentes de tránsito. El contexto cobra importancia como generador de opciones.
Pensamiento social	Se basa en estrategias individuales, como exigencias para adquirir el pase de conducción; capacitaciones en seguridad vial y comportamientos responsables en la vía; y amonestaciones por incumplimiento de las normas de tránsito.	Sus líneas de acción desconocen las ventajas de las estrategias sociales para generar cambios significativos en los ciudadanos. La política hace uso de estrategias grupales para suministrar información, sin embargo, trabaja desde una concepción individualizada.
Pensamiento automático	Plantea mayor control sobre el comportamiento de los conductores, regulaciones de descanso y horas de	Se reconocen de manera moderada los procesos cognitivos y la limitación de la racionalidad al

manejo; así como la verificación del cumplimiento de los requisitos.	otorgar opciones limitadas, que contribuyan a la elección de opciones óptimas.
--	--

Tabla 4. Elementos manifiestos y latentes- políticas de ajustes marginales(Elaboración propia).

	Elementos Manifiestos	Elementos Latentes
Ser humano	Plantea la formación de redes sociales solidarias de comunicación, con el fin de garantizar el ejercicio de los derechos sexuales y reproductivos.	Se generan grupos en los cuales se comparte información y se intercambian buenas prácticas para la resolución de limitaciones y problemas. Estos no generan filiaciones, pues no existe cooperación, pero tampoco se actúa de forma egoísta
Contexto	Existen pautas generales en su línea de educación sexual, pero da libertad a las instituciones educativas para adaptar los materiales a su contexto. Además, incorpora el concepto de sexualidad, dependiendo de las lógicas ancestrales y la identidad grupal.	Es un ajuste a diseños anteriores respecto a sexualidad, donde se incluyen varios factores del contexto, pero se ignoran otros elementos sociales debido a que se encuentra diseñada para intervenir una población escolar. Se obvian otros factores contextuales que permean la sexualidad del sujeto.
Pensamiento social	Busca integrar grupos sociales y actores de la comunidad, orientando la erradicación de prácticas culturales lesivas de sexualidad y reproducción.	Se usan diversas estrategias sociales, enmarcadas principalmente desde la experiencia. Busca integrar en la cultura mejores prácticas sexuales sin hacer un cambio significativo de las normas sociales.
Pensamiento automático	Se enfoca en estrategias comportamentales como: capacitaciones en salud sexual y reproductiva, entrega de anticonceptivos y folletos informativos de ETS.	Reconoce las limitaciones respecto a la toma de decisiones, considerando la experiencia y el ambiente como generadores de racionalidad.

Tabla 5. Elementos manifiestos y latentes- política de perspectivas (Elaboración propia).

	Elementos Manifiestos	Elementos Latentes
Ser humano	Promueve el ahorro de agua en la ciudad de Bogotá por medio de estrategias de cooperación.	Se tiene una visión del ser humano como cooperador condicionado, es decir, que bajo

		ciertas circunstancias contribuye por el bien común.
Contexto	Envía voluntarios a los diferentes barrios de Bogotá para enseñar técnicas de ahorro de agua.	Por medio de los voluntarios, se ajustó la enseñanza por barrios y hogares, capacitación personalizada.
Pensamiento social	Realiza comerciales televisivos donde el alcalde aparece tomando una ducha junto a su esposa, invitando al ahorro y al buen uso del agua al tomar un baño. Además, se incluyeron líderes religiosos, a fin de fortalecer la cooperación.	Mockus, alcalde de Bogotá durante la crisis, tenía una imagen positiva como líder, por lo cual la influencia social de sus acciones en los ciudadanos generó soluciones colectivas. Se destaca la importancia de las organizaciones religiosas (y su efecto modelos mentales).
Pensamiento automático	Reconoce públicamente a las personas que han cooperado y a quienes no, en términos de ahorrador y no ahorrador. A estos últimos también les fueron aplicadas sanciones.	Se tienen en cuenta el papel de las emociones en la toma de decisiones, en este caso el orgullo, por un alto nivel de cooperación, y la vergüenza, por su poco compromiso con los objetivos comunes.

Como un ejercicio de fragmentación del análisis anterior, se extraen aquellas unidades de sentido que representan los discursos predominantes de cada categoría.

Tabla 6. Sintagmas y paradigmas (Elaboración propia).

	Concepción del ser humano	Contexto	Pensamiento social	Pensamiento automático
Elección racional	Egoísta, racional, optimizador.	Omitido	Individualizado	Desconocido
Racionalidad limitada	Parcialmente egoísta, mas satisfactor	Limitado a las opciones	Grupos de concepción individualizada	Parcialmente aceptado
Ajustes marginales	Parcialmente cooperador	Obvia partes del contexto	Identidad	Ignorado, comportamental
Perspectivas	Cooperador condicionado	Ajustado a diferentes realdades	Influencia, redes, identidad y normas	Eje central

El esquema (figura 2), permite abordar la capacidad explicativa que tienen las categorías sugeridas a priori, las cuales permiten acoplar de forma coherente el sistema de relaciones discursivas observadas. Entre los discursos característicos se observa en la

política elección racional, un discurso en torno a la “racionalidad absoluta” que implica la toma de decisión egoísta, optimizadora e inmune a los factores externos, se deja a un lado la influencia social y el contexto, además de estar caracterizada por obviar los conocimientos de la teoría de perspectivas. En la política de ajustes marginales prima un discurso de “racionalidad por la experiencia”, determinado por una racionalidad a posteriori, donde las vivencias permiten tomar decisiones óptimas, se destaca el papel social y el contexto, permitiendo estrategias grupales y ajuste en su la aplicación, sin embargo no hay una formulación clara de la contextualización, dejando espacio a la repetición de pautas generales, no se toman en cuenta los aportes de la teoría de la perspectiva, hay un enfoque comportamental en su formulación. En la política de racionalidad limitada prevalece un discurso de “irracionalidad por las opciones”, donde la elección de opciones no-óptimas se debe al contexto y su limitada gama de oportunidades (se desconocen todas las posibilidades), donde el papel social no es muy aceptado, mientras el contexto es simplemente tomado como un facilitador de opciones y la teoría de las perspectivas solo es aceptada parcialmente. En política de perspectivas, el discurso plantea una “irracionalidad predecible”, la cual reconoce la existencia de sesgos cognitivos que afectan la toma de decisiones, así como factores externos que obstaculizan la racionalidad, se destacan el papel social y del contexto, los lineamientos que se dan son específicos, permiten reajustes rápidos.



Figura 2. Matriz de relaciones estructurales (Elaboración propia).

Las transiciones discursivas pueden fluctuar desde la política de elección racional, hacia la política de ajustes marginales al ser revaluadas en cuanto al pensamiento social (estrategias sociales y experiencia); y hacia la política de racionalidad limitada, si se reconocen las restricciones contextuales de la racionalidad en la toma de decisión. Por otro lado, la política de racionalidad limitada, al incluir las variables que enmarcan el pensamiento social, puede transformarse en la política de perspectivas; del mismo modo, la política de ajustes marginales, podría fluctuar a la política de perspectivas, si se incluye en su discurso los sesgos cognitivos.

CONCLUSIONES

Las políticas de elección racional se plantean sobre una concepción de ser humano que elige de manera racional y egoísta, la mejor opción para sí mismo u opción óptima. Donde no interesa el contexto, por lo cual no se realiza una caracterización de la población y las estrategias sociales son mínimas o nulas, prefiriendo estrategias individuales; además se desconocen los mecanismos cognitivos de elección que afectan la toma de decisiones racionales. Este tipo de políticas pueden fluctuar en dos sentidos, el primero de ellos hacia las políticas de racionalidad limitada, cuando incluyen el contexto como limitador de opciones, aceptando irracionalidad en la toma de decisiones; el segundo es hacia políticas de ajustes marginales, cuando se agregan estrategias sociales y se contextualiza a través de la experiencia.

Las políticas de racionalidad limitada, plantean que el ser humano elige la mejor opción para sí mismo de una serie limitada, las cuales son ofrecidas por el contexto y dependen de los valores y las oportunidades, sin hacer uso de estrategias sociales y con un conocimiento restringido de los mecanismos cognitivos. Al incluir factores del pensamiento social y complementar los elementos cognitivos subyacentes al proceso de toma de decisión, esta política podría transformarse en política de perspectivas.

En las políticas de ajustes marginales los sujetos toman decisiones racionales a posteriori, las cuales son dadas por la experiencia; se plantean por un ajuste en el contexto y el uso de estrategia de cambio en la práctica social, desconocen el funcionamiento de los mecanismos cognitivos, primando los métodos comportamentales. Si este tipo de

políticas integran los factores cognitivos y fortalecen el pensamiento social, pueden fluctuar hacia las políticas de perspectivas.

Por su parte, la política de perspectiva niega la existencia de seres humanos enteramente egoístas, proponiendo una visión de sujetos como “cooperadores condicionados”, toma en cuenta el contexto, ajustando las necesidades a cada entorno; utiliza estrategias sociales e incluye los conocimientos de los mecanismos cognitivos que pueden afectar la toma de decisiones.

BIBLIOGRAFÍA

- Ariely, D. (2008). **Predictably Irrational**: The Hidden Forces That Shape Our Decisions. Nueva York: Harper Collins.
- Bernoulli, D. (1738). Exposition of a New Theory on the Measurement of Risk. **Revista Econometrica**, [S.l.] v.22, n. 1. p. 23-36.
- Banco Mundial. (2015). **Informe sobre el Desarrollo Mundial 2015: Mente, Sociedad y Conducta**. Washington: Grupo Banco Mundial.
- Colombia. Ministerio de Salud y Protección Social. (2014). **Política Nacional de Sexualidad, Derechos Sexuales y Derechos Reproductivos**. Bogotá: MINSALUD.
- Elster, J. (2007). **Explaining social Behavior**: more nuts and bolt for the social science. Nueva York: Cambridge University Press.
- García Gutiérrez, A. (2002). Tratamiento y análisis de la documentación. In: VIZCAYA, A. **Fundamentos de la organización de la información**. Habana: Universidad de la Habana.
- Gilbert, D. (200.). **Tropezar con la felicidad**. Barcelona: Destino.
- Gilberto, D. et al. Focalism: A Source of Durability Bias in Affective Forecasting. **Journal of Personality and Social Psychology**, Boston, v. 78, n. 5, p. 821-836.
- González, W. (2004). **Racionalidad, historicidad y predicción en Herbert A. Simon**. Coruña: Editorial Netbiblo, 2004.
- Gutierrez del Alamo, F. C. (2009). **Análisis Sociológico del Sistema de Discursos**. Madrid: CIS.
- Kahheman, D. (2014). **Pensar rápido, pensar despacio**. 6. ed. España: Debate.
- Krueger, R. (1991). **El grupo de discusión**. Guía práctica de la investigación aplicada. Madrid: Pirámide.
- Maletta, H (2010) La evolución del Homo economicus: problemas del marco de decisión racional en Economía. **Revista economía**. Buenos Aires, v.33, n. 65, ene/jun 2010.
- Neumann, J. V.; Morgerstern, O. (1994). **Theory of games and economic behavior**. Princeton: Princeton University Press.

Miklos, T. et al. (2000). **Las decisiones políticas:** de la planeación a la acción. Buenos Aires: Siglo XXI editores..

Pascale, R. (2007). Del “hombre de Chicago” al “hombre de Tversky-Kahneman” Aproximación a la racionalidad perfecta, la racionalidad acotada y la economía cognitiva. **Revista QUANTUM**, Montevideo, v. 2, n. 1, oct.

Pinker, S. (1992). **La tabla rasa:** la negación moderna de la naturaleza humana. Barcelona: Editorial Paidós Ibérica.

Rachlin, H. (2009). **Science of self-control.** Boston: Harvard University Press, 2009.

Roth, A. **Políticas Públicas:** Formulación, Implementación y Evaluación. Bogotá: Aurora.

Ruano, L. (2015). The Four Faces of Poverty and Its Context. **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais//Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales.** Porto, v. 3, n3, p. 114–119, ago. 2015.

Ruano, L. E.; Duque, A.; Muñoz, V. (2016). El papel de la racionalidad en la formulación e implementación de políticas públicas en Colombia: una mirada desde la psicología de la elección. **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais//Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales.** Porto, v. 3, n.4, p. 822–831, ago. 2016. Disponible en: <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/viewFile/1071/1044>

Simon, H. (1955). A Behavioral Model of Rational Choice. **The quarterly journal of economics**, Oxford, v. 69, n. 1, p. 99-118.

Simon, H. (1987). Bounded rationality. **The new Palgrave dictionary of economic first edition.**

Strauss, A.; Corbin, J. (2002). **Bases de la investigación cualitativa. Técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada.** Bogotá: CONTUS - Editorial universidad de Antioquia.

Vallés, M. (2003). **Técnicas cualitativas de investigación social. Reflexión metodológica y práctica profesional.** Caracas: Saber ULA.

**METODOLOGIA CENTRADA NO SUJEITO QUE PRODUZ
CONHECIMENTO E CONHECE: A HUMANIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS
SOCIAIS**

Serafim Camalhão¹

Isabel Camalhão²

Resumo

Este artigo é fruto de anos de estudo de dois estudantes e investigadores ao longo da sua vida académica. Observamos através da leitura e práticas das Ciências Sociais, que o ser humano com a globalização tem sido desumanizado, o pequeno grupo e o ser humano individualmente desapareceram ou são ignorados e nas Ciências Sociais o Homem é uma coisa e o investigador um meio. Em vez de se limitar a descrever e compreender o porquê, esboçamos uma metodologia que humanizasse o sujeito que conhece e é sujeito de conhecimento. Combinamos a a *Grounded Theory* Clássica e a Autoetnografia na base juntando-se outras contribuições das Ciências Sociais, de forma a dar ao Homem e às Ciências Sociais uma abordagem mais humana. A metodologia criada está intencionalmente incompleta, é uma estrutura para que o leitor possa criticar, alterar e modificar em nome da humanidade perdida.

Palavras-chave: Processo de Investigação. Conhecimento. Humanidade. Objectividade e Subjectividade.

METHODOLOGY CENTERED SUBJECT THAT PRODUCES KNOWLEDGE AND
KNOW: THE HUMANIZATION OF SOCIAL SCIENCES

Abstract

This article is the outcome of observation of two students and researchers during his academic life. We have seen through the reading and practices of Social Sciences, that the human being has been dehumanised with globalization. The small group and the human individually disappeared or are ignored. In the Social Sciences the Human are or

¹ Mestre em Sociologia do Trabalho, das Organizações e do Emprego, ISCTE IUL, Lisboa, Portugal, Doutorando em Sociologia ISCTE IUL, Lisboa, Portugal; Email: serafimleopoldo@hotmail.com

² Mestre em Educação Especial, Escola Superior de Educação de Lisboa, Portugal, Doutoranda em Educação, , Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED) Instituto de Educação Universidade Lusófona, Portugal; Email: isabelferreira66@hotmail.com.

a “thing” or in the researcher “a mean to”. Instead of just criticise, explain and describe the situation, we outlined one methodology that humanize the subject that produce and is subject of knowledge. We combine Classic Grounded Theory with Autoetnography is the base of this methodology, that we joined other contributions of Social Sciences, to give to the human being and Social Sciences a more human approach. This methodology was created intentionally incomplete, it is just a structure, to that, the reader can criticise, change and modify in the name of lost humanity.

Key Word: Research process. Knowledge. Humanity. Objectivity. Subjectivity.

INTRODUÇÃO

A subjectividade é parte da essência humana, o ser humano é um ser em construção, inacabado, imperfeito, que não é onipotente, omnisciente e omnipresente. O mesmo ser humano criou a ciência para obter um conhecimento objectivo, racional, estável, que escapasse á incerteza e especulação. Neste quadro assistiu-se a uma desumanização da ciência (Lakatos, 1970; Feyarabend, 1991) tornando-se esta uma forma de religião com os seus dogmas e a tendência para se reproduzir a si mesma. O resultado deste excesso é a desumanização da ciência e do conhecimento sendo que está não tem em conta nem o sujeito que conhece, através do investigador, nem o sujeito de conhecimento ao reproduzir apenas os seus enunciados. A questão é mais complexa e é desenvolvida ao longo do texto.

Tivemos o cuidado na nossa argumentação de evitar os excessos com a afirmação que os dois pólos do conhecimento são necessários: Um conhecimento objectivo, onde a razão, a lógica a formatação em termos de normas de escrita com comunicação de resultados científicos; E um conhecimento mais subjectivo ligado às escolhas, características do investigador no campo concreto da investigação onde toma decisões tendo em conta as suas características, crenças, valores e história de vida de transmite para a investigação.

A nossa proposta visa a criação de uma metodologia centrada na subjectividade do investigador no campo de uma investigação em concreto. Nao é uma novidade, no campo das Ciências Sociais, facilmente encontram-se exemplos na Fenomenologia, Construtivismo, Etnometodologia, Auto-etnografia e nas diversas formas de *Grounded Theory* entre outras. A singularidade do que se quer criar está em olhar para investigador concreto no campo de uma investigação situada num contexto social, cultural no espaço e tempo específico. A nossa ambição situa-se na pequena teoria, representando apenas o

investigador nas suas decisões visando revelar de uma forma total, todos os factores que este utiliza na produção de conhecimento.

Na base desta metodologia em construção está a *Grounded Theory* Clássica (Glasser, 1998) por ser a única metodologia completamente baseada no investigador e a Auto-etnografia (Chang, 2008) que se centra na forma como este partindo da sua cultura individual, se relaciona, pensa e se posiciona no contexto de investigação. A estas duas metodologias há uma abertura a todas as contribuições das Ciências Sociais, estudar a subjectividade implica não se fechar num campo nem a uma forma de a estudar. Neste ponto apresentamos duas formas de estudar a subjectividade do investigador a via *Grounded Theory* e outra da forma mais usual ou clássica de fazer investigação.

Intencionalmente, a nossa proposta não foi desenvolvida de uma forma exaustiva; em primeiro lugar porque uma metodologia demora anos a estabelecer-se tendo que passar o teste da sua aplicação no terreno, este é apenas um primeiro artigo; em segundo não fazia sentido pretender estudar a subjectividade do investigador na investigação, sem existir um grau de liberdade total de discutir, pensar, sentir e fazer de modo diferente.

Assim o que oferecemos à comunidade académica é uma estrutura, onde cada um pode colocar os seus elementos, características, formação, tendências, formas de pensar e sentir o trabalho científico. O texto é composto à imagem de qualquer investigação que tem uma pergunta de partida, uma problemática, um enquadramento teórico ligado à parte metodológica, e uma proposta de metodologia.

Tendo em conta a natureza autobiográfica desta proposta, existem elementos com base na nossa experiência académica desde a Licenciatura a até a esta fase de investigação associada a um Doutoramento, podendo ajudar a tornar a proposta mais clara e didáctica o para o leitor.

INVESTIGAÇÃO SOCIAL COMO PROBLEMA SOCIAL A RESOLVER

Como investigadores olhamos para investigação como problema a resolver, um pouco à imagem de um problema social de um dado tema em estudo a escolha de uma metodologia, métodos e técnicas é problema que se coloca apriori, durante e a posteriori do trabalho de campo. Na base do problema está a escolha de uma metodologia (Rossmann e Rallis, 2012) que é indissociável do tema, do que está projectado, dos recursos e conhecimentos do investigador. Numa forma prática consideramos que tudo é campo o investigador tem que lidar com o que se de se designa por condições de produção

científica (Almeida e Pinto, 1990), as quais incluem o contexto histórico com as suas tendências, a comunidade académica, o investigador e campo. O problema a este nível está em encontrar soluções tendo em conta um contexto específico cheio de situações imprevistas.

O que afirmamos que do mesmo modo que Strauss e Corbin (2008) indicam em que o sujeito toma as suas decisões tendo em conta a situação em que se encontra, conjugando múltiplos factores pesados em cada momento, o investigador tem que tomar decisões, não só porque as previu como tem que lidar com situações imprevistas. Os mesmos autores na forma straussiana de *Grounded Theory* indicam que o processo de investigação não é linear, nem tão objectivo, investigador até ao fim está sempre a fazer correcções e aperfeiçoamento. As questões são um problema que se coloca ao investigador, tão importantes como as questões de natureza teórica e empírica.

O PROBLEMA COLOCADO PELA SUBJECTIVIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Enquanto problema que se coloca centro no investigador a pergunta de partida que se coloca é: Como é que a subjectividade se manifesta e afecta todo o processo de investigação? Não é difícil responder e para isso há que retornar às origens das Ciências Sociais. O problema não é a desumanização da Ciência é a tendência para procurar um conhecimento que se coloca acima da fragilidade, a inconstância e limitações do ser humano, logo divino ou não humano.

A MORTE DO HOMEM NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A morte do Homem nas Ciências Sociais, é a tendência em nome de conhecimento objectivo e neutro, imitando a Física e Química nos procedimentos e valores ligados à investigação, ignorando a especificidade do ser humano como objecto de estudo. O que aconteceu?

Numa referência global à obra de Madeleine Grawitz (1996) e a Augusto Comte (1830) com o positivismo procurou-se replicar nas ciências humanas em geral os mesmos métodos utilizados nas Ciências Naturais como a Física, Química e Biologia. O fim da ciência consiste em tentar obter um conhecimento objectivo, generalizável e replicável, isto é descobrir relações de causalidade e estabelecimento de leis.

O trabalho de Augusto Comte com o seu positivismo constituiu-se como uma marca genética que está em todas os ramos das ciências e do conhecimento. Uma das consequências nas Ciências Sociais e Humanas foi a procura de construir grandes teorias, (Stake, 2010, p. 182) que permitem fazer generalizações sobre uma grande variedade de situações, baseadas na quantificação, controle das medidas e em grandes números, de forma a abranger todas as variações com uma expressão estatística. Edgar Morin (1990) neste ponto, indica que a procura do racionalismo e do racionalismo clássico na prática apresenta a tendência de estandardizar tudo transformado todos os aspectos da vida social e ciência em aspetos mecânicos, ignorando a variedade e singularidade de situações. Num mundo em transformação é um obstáculo ao conhecimento.

A forma como observamos as leituras sobre a produção de conhecimento e ciência na sua forma clássica, chegou-se ao paradoxo em que se quer produzir conhecimento sobre o Homem nas suas diversas vertentes, mas retirando deste o conteúdo o que o torna humano. A pergunta que se faz é: Como é que se mata a humanidade na ciência?

No campo do sujeito que é objecto de conhecimento, a humanidade, é reduzida na sua expressão em duas situações: As grandes teorias clássicas (Izuzquira, 2008) não conseguem lidar com uma sociedade cada vez mais complexa, procuram a unidade onde existe a diversidade, o sujeito é por simplesmente negado, é uma sociedade sem homens; Em segundo lugar a crítica, dos autores deste artigo, do trabalho de Anthony Giddens (1991), com a globalização, o ser humano desaparece, é antes uma expressão de grandes instituições e grupos, as quais integra, participa indirectamente e por si não tem poder de mudar o mundo. Reitera-se que neste contexto o Homem não existe, apenas o grupo.

No campo do sujeito que cria conhecimento o problema está no termo objectividade. Numa leitura mais clássica, este conceito para Max Weber (1979), é a necessidade de utilizar um método de trabalho que leve a resultados válidos; o investigador deve ser imparcial e evitar juízos de valor, por último a neutralidade axiológica, os dados devem ser analisados e dispostos de uma forma neutra de modo a evitar a arbitrariedade da validação pelos pares. O sujeito que conhece tem de ser imparcial e neutro, tratar os dados, observar como a realidade fosse exterior a este. O sujeito e a subjectividade fazem parte do trabalho científico, mas deve-se parecer que não estão lá, o primeiro sinal da morte do investigador na pesquisa, não se dar pela sua presença. Bachelard (1964) introduz a ruptura com senso comum a na qual a objectividade é conseguida pela assimilação do irracional através da objectivação pela teoria, enunciados abstractos. O sujeito de conhecimento é separado da realidade que observa por um enunciado teórico,

que racionaliza e reduz todos elementos estudados, mais uma vez o ser humano é convidado a retirar-se do acto de conhecer.

UMA QUESTÃO DE REDUÇÃO

O problema que se coloca muitas vezes ao investigador, põe-se em termos de redução. Partimos para o tema, olhando para a nossa experiencia no meio académico com a observação que desde um artigo para uma revista, uma Dissertação de Mestrado e a uma Tese de Doutoramento tem um número limitado de páginas para apresentar resultados. Há uma redução que implica seleccionar o que é importante do que é acessório. Os nossos critérios começam por sacrificar os aspectos pessoais ligados à investigação, o centro de qualquer trabalho científico, está no objecto de estudo e no que se pretende estudar. Os segundos elementos a cortar são todos os elementos que surgem no decurso da recolha de dados, mas que não se inserem completamente no que se está a estudar. Em terceiro lugar retiramos do texto todo e qualquer elemento, por mais importante que seja, que fique incompleto, que não compreendemos completamente e que escapa à razão e lógica. Há outras reduções envolvidas nomeadamente seleccionar os elementos que ficam em função daquilo que é central ao estudo. Desde o início estivemos a falar na objectividade ocultando a subjectividade.

Na literatura a mesma ideia é evidente, numa perspectiva mais usual das Ciências Sociais Quivy e Van Campenhoud (2011) mostram que a todo o processo de pesquisa implica redução inicia-se com uma fase exploratória expansiva para poder construir uma problemática, a partir daí assiste-se a um afinamento com um modelo de análise, observação, análise de informações e conclusões. Miles, Hubbermann e Saldaña, (2014 p. 12 - 14), o modelo interactivo com os componentes da análise de dados o composto por o movimento circular interactivo composto por recolha de dados, condensação de dados, apresentação de dados, por último desenho e verificação de conclusões. Os autores evitam o termo redução, preferindo a palavra condensação ao resumir os elementos através do processo circular resultante da análise dos dados, mas de facto implica perda e selecção da informação a incluir.

Nesta linha de pensamento, Holton e Walsh (2016) verifica que o mesmo processo se encontra na *Grounded Theory* Clássica, a codificação aberta expande a análise, com codificação selectiva e encontrada a categoria central ficam fora todos os elementos que

não cabem nesta categoria, na codificação formal com o confronto com a literatura relevante esta ainda se reduz mais ainda.

O que afirmamos em relação à redução, é que independentemente da opção teórica, escola de pensamento e metodologia e abordagem qualitativa, mista ou quantitativa, qualquer investigação social restringe-se ao tema estudado, a objectivos específicos e a um objecto de estudo. Quem quiser estudar os aspectos subjectivos do investigador, do campo, completar o que ficou incompleto, explorar aquilo que parece ser menos racional, contraditório e que não se enquadra, terá que não só utilizar uma metodologia adequada assim como os designar como objecto de estudo.

A IMPORTÂNCIA DA SUBJECTIVIDADE NA INVESTIGAÇÃO SOCIAL

A subjectividade não pode ser evitada nas Ciências Sociais e Humanas, Jürgen Habermas (Habermas, 1990, p. 81 – 83) afirma que há uma diferença entre Ciências da Natureza e Ciências do Espírito. Estas últimas são baseadas na reflexão e na consciência, são heterogenias, na prática não é possível reproduzir comportamentos nem reproduzir modelos.

Porque é que a subjectividade é importante? Eis alguns argumentos:

- O critério da falsificação (Popper, 2002) é utilizado como argumento como um para que as hipóteses sejam testáveis. Ninguém vai testar ou aperfeiçoar algo perfeito, isto é, contêm elementos subjectivos.
- O desenvolvimento da ciência (Kuhn, 1998; Feyerabend, 1991a) não se deve em absoluto à objectividade e à razão, mas sim à iniciativa humana, ao envolvimento do investigador, à subjectividade onde se teve a coragem de romper com tradições estabelecidas.
- Crozier e Friedberg (1977) apresenta a ideia de racionalidade limitada onde, cada actor toma as suas decisões mediante informação limitada com factores que desconhece pelo que, as suas estratégias são imperfeitas. Nas ciências sociais reconhecer o mesmo princípio, não se sabe tudo, essa é a sua função de revelar a realidade, e que a razão e a objectividade não são absolutas, mas limitadas onde o sujeito que conhece é o ponto central.
- No campo da escrita Schimel (2012), indica que a escrita que está longe de ser uma questão técnica, é preciso cativar a audiência se investigador for

rigorosamente neutro e apresentar apenas os resultados sem os justificar, não será entendido. Não se pode apagar o sujeito da produção com o risco de este não ser compreendido.

A subjectividade é parte do conhecimento em geral (Guilebaud, 1996), em referência à obra *Recontres de Châteavallon Pour une Utopie Réaliste Autour d'Edgar Morin*, os diversos autores em volta da obra de Edgar Morin comparam os avanços das Ciências Sociais em relação às Ciências da Natureza, da Física e Química, e verificaram que a objectividade funciona como um preconceito em relação ao conhecimento. A Física, a Biologia e outras ciências quando algo não funciona procuram alternativas e observa-se a sua evolução, as Ciências Sociais insistem em imitar os modelos estáticos e ultrapassados, estagna. Para evoluir e crescer é preciso abrir-se, explorar, especular, ter imaginação recorrer à subjectividade.

O QUE É A SUBJECTIVIDADE?

Qualquer estudo implica a definição de um objecto identificável e bem definido, neste caso, a proposta de estudar o investigador no campo concreto da investigação como um todo incluindo os seus aspectos subjetivos, o *bias*. Fica então a pergunta: O que é a subjectividade?

Encontramos a resposta através do conceito de objectividade, por aquilo que esta quer esconder ou evitar na construção de conhecimento. Eis o que nos dizem alguns autores:

- Para Max Weber (1979), a subjectividade é composta pelos juízos de valor que podem colocar em causa a investigação.
- Para Bachelard (1964), são os vários elementos que não foram organizados e reduzidos pelo crivo da teoria.
- Gunnar Myrdal (1976) indica são valorações crenças e opiniões que podem dar origem objectos de investigação. A noção que estas, mesmo objectivadas, de uma forma oportunista conseguem entrar na pesquisa mais racional, e objectiva.

Quando falamos em subjectividade na investigação social, surgem quatro elementos: o *bias*, bom senso, senso comum e reflexividade.

O termo é *bias*, por opção optou-se por não traduzir o mesmo, numa síntese de vários autores, (Stake, 2010; Patton, 2015; Hammersley e Atkinson, 2007) é tudo o que investigador leva para a investigação independentemente de contribuir para validar ou invalidar a mesma. Para os autores deste artigo, esta não tem que ser boa ou má, mas que

influencia o decorrer da investigação através dos seus valores e crenças. O problema deste termo, não tem a ver com a objectividade e subjectividade, mas sim com a verdade, levar a conclusões e resultados que não têm a ver com o que está a ser estudados, mas com valores e crenças dos investigadores, pode também ser uma ferramenta a conseguir.

O bom senso, é uma decisão que surge num dado momento da investigação baseado na sua experiência concreta. É uma capacidade muito generalizada, que definimos baseados na pesquisa em concreto e leituras com a capacidade de tomar as decisões mais ajustadas perante uma situação concreta com informação limitada (Crozier e Friedberg, 1977). No campo das técnicas o investigador utiliza esta capacidade para adequar os instrumentos de pesquisa ao terreno (Almeida e Pinto, 1990), isto é especialmente verdadeiro no campo da etnografia onde a recolha de dados depende da integração do investigador nas comunidades que estuda (Hammersley e Atkinson, 2007). Independentemente de se estar numa abordagem qualitativa ou quantitativa, o bom senso está acima das teorias, metodologias, métodos e técnicas, (Ghiglione e Matalon, 1992).

A ruptura com o senso comum é outro elemento da subjectividade, é algo complexo nas Ciências Sociais (Silva, 1986), reconhece-se que não existe um obstáculo epistemológico, que impede o conhecimento, mas sim vários. A noção que existe é que a investigação é influenciada, por questões ideológicas, pelo individualismo e influencias culturais, resultando numa naturalização das explicações ou aceitação imediata do que observa sem questionar. É necessário fazer uma ruptura não só de aspectos associados ao investigador, mas também a uma grande variedade de influências culturais e ideológicas de natureza colectiva e social. A interrogação que se coloca, é se todas essas pressões não fazem parte da investigação e do campo?

A reflexividade em todo o processo de investigação. Yin (2011) com referência a Webb et al (1981), indica a necessidade do investigador tomar consciência das suas interacções quando observa, estas podem ter um papel fundamental na compreensão do outro, assim como uma forma de evitar uma intervenção inapropriada.

Dos quatro elementos presentes associados á subjectividade, dois são marcados negativamente pelas ciências sociais, o senso comum e o *bias*, ligados ao investigador, procuram que este se retire da investigação, Charmaz (2014) defende que o investigador para poder analisar os dados tem que se colocar no lugar do outro procurando sentir e pensar como este, ajuda se já tiver experiências similares. Stern e Porr (2011) indicam que na forma clássica de *Grounded Theory*, o investigador começa pelas suas primeiras impressões recolhendo todo o tipo de informação. Assim como na investigação

qualitativa aceita que as afirmações dos participantes têm uma coerência, uma estrutura lógica e poder explicativo, também o sujeito que investiga tem as mesmas potencialidades. Na afirmação dos que escrevem este artigo, defende-se que não se deve fazer qualquer ruptura sem que esta passe pelo crivo dos dois outros elementos o bom senso e a reflexividade.

UM MÉTODO ADAPTADO À SUBJECTIVIDADE

Estudar a subjectividade implica constituí-la como objecto de estudo e adaptar ou criar uma metodologia. Utilizamos duas metodologias principais a *Grounded Theory* Clássica e a Auto etnografia, naturalmente estão presentes outras metodologias como as contribuições da fenomenologia e construtivismo. O resultado constitui-se como uma metodologia com identidade própria com elementos das várias Ciências Sociais.

A escolha da *Grounded Theory* Clássica (Glasser, 1998;2013) deve-se ao facto de ser a metodologia completamente baseada no investigador, que parte para o campo apenas com uma área de interesse, apresenta uma limitação no sentido, que este deve criar teorias partindo dos dados, evitando preconceções quer de quem investiga quer da teoria. O investigador funciona como um instrumento de análise e recolha dos dados através da sua sensibilidade teórica, as primeiras impressões vão sendo corrigidas e substituídas pelos dados fornecidos pelos participantes. A atenção deve estar no campo e nos dados, objectivamente, não no investigador nem na literatura.

O objecto de estudo está centrado na subjectividade implica aceitar a existência de elementos predefinidos, a primeira é a área de interesse, o tema, depois as normas de apresentação de trabalhos científicos estão formatadas, estandardizadas por si, obrigando investigador a responder a um conjunto predefinido de itens, aí assemelha-se a uma análise temática, (Saldaña, 2013). Há uma estrutura que faz parte de qualquer trabalho científico, mas nenhum ponto desta estrutura, determina qualquer conteúdo, serve apenas para incluir os elementos aparentemente subjectivos que estiveram presentes no trabalho realizado pelo investigador no campo concreto de investigação.

A Auto etnografia é uma resposta á necessidade de conhecer o investigador em todas as suas dimensões no contexto de investigação. A auto etnografia segundo Chang, (2008, pp. 9 - 29), é uma metodologia, que combina dados autobiográficos com a etnografia, o investigador que parte da sua cultura individual e que se reflecte fora dos indivíduos e que se transforma na mente das pessoas, ou seja, a forma como partindo da

sua experiência cultural pessoal fruto da pertença a grupos culturais com vários valores que partilha, fazendo parte da sua mente se reflecte na forma como analisa e interpreta os dados de um dado contexto sociocultural.

A contribuição da etnografia, segundo Ellis (2004), aplicando o mesmo a esta pesquisa, significa que o investigador necessita se envolver com os lugares e as pessoas posicionando-se em cada situação, nomeadamente, reavivar as memórias latentes que lhes estão associadas. A subjectividade é um elemento importante quer na recolha de dados quer na interpretação dos dados. No sentido de uma auto etnografia, isto significa fazer a interpretação na primeira pessoa, incluindo um envolvimento numa relação reflexiva entre participantes e investigadores.

A COMBINAÇÃO DE DUAS METODOLOGIAS

É importante do ponto de vista de métodos e técnicas como é que estas duas metodologias para formar um conjunto harmonioso.

Na auto etnografia, há uma transposição de técnicas ligadas à auto etnografia (Chang, Gunjiri e Hernandez, 2013) centradas na recolha de dados pessoais. Estas são recolha sobre memórias pessoais, materiais de arquivo, auto-avaliação, auto-reflexão, auto-análise e entrevista, correspondem numa pesquisa em geral a instrumentos de registo e recolha de dados que são pesquisa documental, observação, diário de campo, escrita de memos e entrevistas. No centro da atenção de toda a investigação está o investigador que em cada momento tem que se posicionar e explicar as suas decisões.

A *Grounded Theory* Clássica é uma forma de pensar e conceber a investigação invertendo o seu processo (Glasser, 1992; 1998). O investigador parte para o campo com uma pergunta de partida, uma área de interesse e um modo de proceder na recolha e na análise dos dados. O processo de investigação é conduzido e construído ao longo do trabalho de campo.

QUATRO PRINCÍPIOS BASE PARA ESTUDAR A SUBJECTIVIDADE

Por trás de qualquer metodologia está presente uma filosofia com fundamentos e princípios que lhes dão uma coerência. Inspiramo-nos nos axiomas utilizados por Lincoln

e Guba (1985) para defender e estruturar uma abordagem qualitativa, pelo que das leituras efectuadas, de uma forma sintética, apresentamos quatro princípios:

- O princípio da assunção da subjectividade defende que o investigador nem por motivos sociais, nem teóricos ou metodológicos deve censurar quaisquer pensamentos, tendências, reflexões ou juízos de valor (Glasser,1998; 2013).
- O princípio da subjectividade objectivada e objectividade subjectiva refere que a ciência exprime-se sob a forma de proposições, asserções e hipóteses, enunciados lógicos, objectivos e racionais. O conjunto das contribuições (Miles, Hubbermann e Saldaña, 2014). (Weber,1979; Chamaz, 2014; Crozen e Friedberg, 1977; Kuhn, 1998; Feyerabend,1991) acrescenta que o para obter conhecimento é preciso transformar conhecimento subjectivo em objectivo, mas este nunca é total sendo necessário perceber que este não é absoluto e contém elementos subjectivos que importa conhecer, subjectivar o objectivo.
- O princípio do equilíbrio entre abordagens indica que além da objectividade e subjectividade está a verdade, esta não é propriedade de uma metodologia ou abordagem teórica, mas sim espalhadas por todas as abordagens nas ciências sociais. Para estudar a subjectividade verificamos que nesta abordagem estão presentes a Auto-etnografia (CHANG, 2008), a fenomenologia (Husserl, 2014)e o pragmatismo (Strauss e Corbin,1998)entre outros.
- O princípio do investigador portador de conceitos e conceptualizações (Lakoff, 1986; Lakoff e Johnson 1999), neste princípio está presente a noção que os participantes de uma investigação apresentam uma conceptualização específica da sua realidade, os conceitos estão relacionados com as suas experiencias, crenças e valores, o mesmo se passa com o investigador que na compreensão da sua investigação parte da sua mente, experimenta, relaciona-se e sente. A afirmação presente é que a forma com o investigador conceptualiza o mundo e constrói conceitos é diferente da sua comunidade académica, da forma como aparece nos livros e dos conceitos veiculados pelos participantes.

Podemos resumir estes quatros princípios a um só, a ausência do certo ou errado, interessa apenas a verdade, do sujeito que investiga, que é subjectivo, parcial e decide dentro de um contexto muito específico, que papel muito importante do modo como se faz ciência.

DUAS VIAS PARA ESTUDAR A SUBJECTIVIDADE

O estudo a subjectividade no nosso ponto de vista, não deve ser limitado a uma expressão única a um modelo estático. Cada investigador é único num contexto social, cultural e económico singular, num espaço e tempo, pelo que aquela circunstância é irrepetível, logo a forma de abordar a subjectividade depende dessa circunstância.

Por conveniência e necessidade de há que escolher uma forma de abordar a subjectividade do investigador numa investigação concreta desde a concepção à redacção. Para este artigo escolhemos duas vias, ambas seguem o principio da objectivação da subjectividade e subjectivação da objectividade. Dentro das metodologias qualitativas a investigação as duas abordagens estão situam-se na indução analítica e a abdução na forma que é tomada pela *GroundedTheory*.

A primeira via em termos mais teóricos, tem por base a indução analítica, tendo como um dos seus fundadores, Florian Znaniecki (1934, pp. 249 - 262), indica que apesar de ter as mesmas exigência e estruturas das ciências, as hipóteses e enunciados de diversas instâncias são comparados evoluindo, acrescentando algo aos dados, não se limitando a comprovar ou refutar as mesmas. Na fenomenologia Wertz (2011) com base em Giordi (1985, 2009) apresenta a estrutura comum a qualquer pesquisa e no construtivismo Lincoln e Guba (2013) por seu lado apresenta o mesma ideia, mas colocando em relevância um paradigma teórico.

A primeira via é composta por uma estratégia onde se conjugam duas investigações em simultaneo, uma dedicada ao campo em estudo e outra dedicada a uma auto etnografia ligada aos aspectos subjectivos dos investigados. Os métodos e técnicas utilizadas em ambos acontecem em simultâneo, são muitas vezes os mesmos, complementando-se, podendo ambas as investigações fazerem menção uma à outra, apesar de distintas. No campo da etnografia e também da auto etnografia (Chang, Ngunjiri e Hernandez, 2013) está o diário de campo com as notas de campo, observação e as entrevistas. Acrescenta-se ainda a utilização memos de analíticos (Saldaña, 2011) como forma de reflectir sobre o trabalho efectuado. No caso dos memos notas de campo, estas são efectuadas para este fim, capturar a subjectividade do investigador em todos os momentos. Hammersley e Atkinson (2007) notam que as notas de campo, são selectivas e existem em função do problema de pesquisa, alarga-se esta ideia para as restantes técnicas, para afirmar que o foco não é campo, mas sim como o investigador sente, envolve, pensa, resolve os problemas que surgem. Com base em Chang (2008) estes

podem classificar-se de pessoais. A grande vantagem nesta via, é que se podem complementar de imediato as duas vertes da investigação oficial com a relacionada com o investigador, a grande desvantagem está no facto de fazer duas investigações numa só implica que estes se desdobrem em recursos e procedimentos numa disponibilidade que por exemplo um trabalhador estudante ou um investigador com vários projectos pode não possuir.

A segunda via segue a abdução, está associada à Grounded Theory embora o termo utilizado (Glasser e Strauss, 1967) originalmente seja indução analítica. Esta metodologia é uma forma de abdução, segundo Peirce (1974, p. 106) é um processo de formar hipóteses combinando indução e dedução, como forma de abarcar todas as explicações sobre a realidade. Observamos que é um processo mental muito usual, onde com a indução cada um procura todas as explicações sobre algo, e depois a dedução trata de as reduzir sob a forma de hipóteses. Reichertz (2014) indica que a abdução não tem um estrutura, é um ciclo onde se vão testando as hipóteses ao longo da investigação, parte do campo, da realidade estudada, resumindo é descoberta, retirar o significado e conteúdo das coisas em si mesmas.

A segunda via consiste na reconstituição da pesquisa pela análise dos elementos pessoais. Neste sentido (Glasser, 2014), não se deve classificar ou apagar *memos*, no final revelarão problemas, dúvidas, soluções e explicações sobre a pesquisa. É *Grounded Theory* Clássica, procuram-se evitar as preconcepções (Glasser, 2013), mesmo o recurso à literatura é recomendado que se faça na fase codificação teórica, no final da pesquisa. A impressão que fica da aplicação da auto etnografia no sentido pretendido far-se-á apenas após ter terminado a pesquisa. O investigador terá nesse sentido de não deitar nenhuma informação fora e juntar ainda mais alguma de natureza biográfica. Chang (2008) indica documentos oficiais, documentos pessoais como diários, poemas, documentos escritos. Estando o estudo delimitado pela investigação efectuada, incluem-se notas de campo, memos, diário de campo, estudos previamente efectuados, como projectos e artigos científicos do investigador.

Esta atitude pretende evitar conflitos com dois aspectos que marcam esta metodologia (Glasser, 1998) a interferência de preconcepções forçando os dados a aspectos que não fazem parte do campo e por outro lado, a parcimónia, deve ficar apenas aquilo que é importante na pesquisa evitar perdas de tempo. Quando se parte para o campo com apenas uma pergunta de partida e uma área de interesse, é necessária muita disciplina

e método para não se perder em tudo o que faz parte do campo, mas não do que se está a estudar, logo a importância da parcimónia.

Esta segunda abordagem é útil não só para quem está a fazer *Grounded Theory* mas para quem com poucos recursos materiais e de tempo não o consegue fazer paralelamente. É um processo de desconstrução, resconstituição do provecesso de investigação na optica do investigador. Toda a complementaridade com a investigação oficial surge a posteriori, em artigos, ou mesmo sob a forma livro.

UMA CONJUGAÇÃO DE VÁRIOS ASPECTO TÉCNICOS.

A nível técnico e metodológico torna-se necessário fazer adaptações, na *Grounded Theory*, A investigação começa com uma área de interesse e uma pergunta de partida (Glasser, 1992), o investigador vai para campo com as primeiras observações ou *hunches*, consistem nos primeiros enunciados, explicações e impressões que são (Stern e Porr, 2011) sempre provisórias e nunca formalizadas. A adaptação passa por aceitar a presença de uma estrutura formal de apresentação do trabalho científico como referência e formalizar sempre os enunciados.

O processo de análise (Glasser, 1998) e recolha de dados mantem-se nesta metodologia, a recolha e análise dos dados acontecem em simultâneo, são acompanhadas de memorandos. A investigação passa por três fases, codificação aberta, codificação seletiva e teórica. No caso, da subjetividade do investigador, na teoria substantiva estão apenas os elementos referentes ao investigador com as suas decisões ao logo da pesquisa, na teoria formal complementa-se a informação com elementos biográficos como diários, trabalhos anteriores, opções bibliográficas e publicações entre outras. O objetivo é perceber como surgem processos associados à sensibilidade teórica, podendo perceber-se como se chegaram àqueles resultados. Também há que reaquacionar os termo saturação teórica, a saturação apenas é possível se o investigador tiver uma grande carreira, ter reunido ao longo da vida muitos elementos autobiográficos, ao longo da pesquisa não ter deitado fora as notas de campo, observações e *memos* provisórios, estes elementos saturam, mas correspondem a uma saturação parcial em apenas alguns aspetos. A teoria produzida é representativa apenas do investigador num dado contexto, os conceitos podem, no entanto ser utilizados onde se mostrem úteis. Tal como a *Grounded Theory* Clássica aqui procura-se resolver as principais preocupações dos investigadores e revelar qual é a sua construção conceptual.

AS TÉCNICAS ENVOLVIDAS.

Falta indicar as técnicas utilizadas e estas são:

- A utilização e construção de memorandos (Glasser, 2014) e notas de campo (Saldaña, 2011) dos elementos do campo
- A entrevista surge como uma forma de interrogação dos elementos da pesquisa, das observações e racções de colegas participantes e uma forma de auto observação (Chang, 2008). Numa adaptação do trabalho de Kvale (2007, p. 19 - 20) defendemos que o investigador deve explorar e aprofundar os aspectos que vai entrando sobre as a forma como faz investigação para tornaro que é inconsciente o que é consciente.
- O investigador recorre ao método arqueológico de Foucault (1969) para reconstituir todo o processo de conhecimento que lhe está associado, a formação do discurso, objetos, enunciados, conceitos, estratégias, e quais são as suas observações e consequências.
- A indicação de Charmaz (2014) e Anderson (2011, p. 247 – 248) a necessidade de utilizar a sua memória e experiências e da intuição, e aqui trata-se por e simplesmente reconhecer e tornar consciente o que está presente no processo de investigação.

A questão central está presente nesta proposta, não está na forma, mas sim no objetivo que é estudar a subjetividade do investigador no campo da investigação concreta. Explica-se assim que nós autores, convidamos quem a experimentar lhe dê a forma com que mais se identifique. Independentemente de aspetos formais necessários para comunicar ciência, isto é entender e ser entendido, defendemos que a formalidade não assuma uma forma de censura prévia a quaisquer dados por mais dissonantes que pareçam. Mas que se pretende? A resposta não está no resultado mas sim na análise efetuada, é um exercício semelhante ao que Dey (1999) efetou para fundamentar a *Grounded Theory*, no qual utilizando Harnard (1987), Medin e Brasalou (1987) e Lakoff (1987) procurou apresentar todas as formas de categorização, destacou-se a última, a qual indica que a categorização é um processo de que se faz por justaposição, união, interseção, de categorias, num processo complexo onde estão as experiência dos participantes, que gera formas específicas de conceptualização. Afirmamos assim que no estudo da subjectividade o

principal está em expor a categorização e classificação a experiência do investigador e não da teoria ou do campo. O objetivo da análise é reproduzir as representações mentais, categorização, classificação e imagem conceptual do investigador no seio de uma investigação que não pode ser virtual ou simulada, tem de ser aplicada ao um campo concreto.

CONCLUSÕES

O que é que se pode perceber desta proposta que fazemos á comunidade científica? A primeira ideia é que não despreza o indivíduo que investiga na sua subjectividade, ele manifestar-se-á quer queiram quer não, a segunda é que há muito a ganhar em explicitar o conhecimento da subjectividade no trabalho científico, pois sem isso é como se tivéssemos um vazio nos processos de conhecimento, e por último o afirmar que, comparando os resultados da investigação pessoal, com o campo e com a literatura teremos um quadro completo. A subjectividade tem que ser objectivada para ser percebida assim como a objectividade nunca perde totalmente a sua subjectividade, diz sempre respeito a um sujeito a um contexto concreto e único, tal como Znaniecki (1934) em 1934 já dizia as ciências da cultura são diferentes, contextualizadas, inesperadas aprende-se ajustando.

A abordagem proposta tem limitações, na literatura fala-se em grandes teorias, teorias de médio alcance, aqui falamos em teorias de aprofundamento de situações concretas, não se tem a ambição generalizar, tão pouco da replicabilidade, a circunstância de cada um não é reproduzível nem estável. Os resultados sob a forma conceptual, podem ser utilizados noutras pesquisas e se mais estudos se fizerem aí poder-se-á generalizar, ao que Lincoln e Guba (1985) chamam de generalização naturalística. A Principal está em criar conhecimento, verdadeiro e autêntico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, João Ferreira e Pinto, José Madureira. (1990). *A Investigação nas Ciências Sociais* (4ª Ed.). Lisboa: Editorial Presença.

Bachelard, Gaston. (1964). *Le Nouvel Esprit Scientifique*. (10ªEd.) Paris: Presses Universitaires de France.

Beaud, Michel. (2006). *L'Art de la Thèse: Comment préparer et rédiger un mémoire de master, une thèse de doctorat ou tout autre travail universitaire à l'ère du Net* (Nouvelle Édition). Paris: La Découverte.

Chang, Heewon. N., Ngunjiri, Faith e Hernandez, Kathy-Ann. C. (2013). *Collaborative Autoethnography*. Walnut Creek: AltaMira Press.

Chang, Heewon. (2008). *Autoethnography As Method*. Walnut Creek: AltaMira Press.

Charmaz, Kathy. (20014). *Constructing Grounded Theory*. (2ª Ed.) London: Sage Publications, Ltd.

Comte, Augusto. (1803). *Cours de Philosophie Positive: Tome Premier Les Préliminaires Généaux de la Philophie Matématique*. Bachelier, Libraire por les Mathematiques, 1830. Disponível em <https://archive.org/details/coursdephilosoph01comt>. Acesso em 11 set. 2016

Crozier, Michel ; Friedberg, Erhard. (1977). *L'Acteur et le système: Les contraintes de l'action collective*. Paris:Editions du Seuil.

Dey, Ian. (1999). *Grounding Grounded Theory: Guidelines for Qualitative Inquiry*. Houward House: Emerald Group Publishing, Limited.

Ellis, Carolin. (2004). *The Ethnographic I: A Methodological About Autoethnography*. Walnut Creek: AltaMira Press.

Feyerabend, Paul. (1991). *Diálogo Sobre o Método*. Tradução, António Guerreiro. Lisboa: Editorial Presença.

Flick, Uwe. (1969). *Designing Qualitative Research*. London: SagePublications, Ltd, 2007.

Foucault, Michel. *L'Archéologie du Savoir*. Gallimard.

Giddens, Anthony. (1991). *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press.

Ghiglione, Robert; Matalon, Benjamin, (1992). *O Inquérito: Teria e Prática*. Tradutor Conceição Lemos Pires. Oeiras: Celta Editora.

Glasser, Barney G. (2014). *Memoing: A Vital Grounded Theory Procedure*. Mill Valley: Sociology Press, 2014.

Glasser, Barney G. (2013). *No Preconceptions: The Grounded Theory Dictum*. Mill Valley: Sociology Press.

Glasser, Barney G (2003). *The Grounded Theory Perspective II: Description's Remodeling of Grounded Theory Methodology*. Mill Valley: Sociology Press, 2003

Glasser, Barney G (1998). *Doing Grounded Theory: Issues and Discussions*. Mill Valley: Sociology Press, 1998.

Glasser, Barney G (1992). . *Basics of Grounded Theory Analysis*. MillValley: Sociology Press.

Glasser, Barney. G; Strauss, Anselm. L.. *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. New York: Aldine, 1967.

Guilebaud, Jean Claude (1996). (Ed.).*Recontres de Châteavallon Pour une Utopie Réaliste Autour d'Edgar Morin*. Paris: Arléa.

Gravitz, Madeleine. (1996). *Méthodes des sciences sociales* (10^e Ed.).Paris: Dalloz.

Habermas, Jürgen. (1990). *La Logica de las Ciencias Sociales*. Tradução Mamuel Jiménez Redondo.Madrid: Editorial Tecnos, S.A.

Hammersley, Maryn; Atkinson, Paul. (2007). *Ethnography: Principles in Practice* (3rd Ed.). London: Routledge.

Holton, Judith A.; Walsh, Isabelle. (2016). *Classic Grounded Theory: Applications With Qualitative and Quantitative Data*. London: Sage Publications, Ltd.

Husserl, Edmund. (2014). *A Ideia da Fenomenologia*. Tradução Artur Mourão. Lisboa: Edições 70.

Izuzquira, Ignacio. (2008). *La Sociedad sin Hombres: Niklas Luhmann o la teoria como escándalo* (2^a Ed.). Barcelona: Antropos Editorial.

Kuhn, Thomas. (1998). S.. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. (2^a Ed.) São Paulo: Editora Perspectiva.

Kvale, Steinar.(2007). *Doing Interviews*, London, Publications, Ltd.

Lakatos, Imre. (1970). Falsification and the Methodology of Scientific Research Programmes. In:

Lakatos, I.; Musgrave, A. (Ed.).*Criticism and Growth of Knowledge: Proceedings of the International Colloquium in the Philosophy of Science, London, 1965, Vol.4*.Cambrige: Cambrige University Press, 1970. p. 91 a 196.

Lakoff, George. (1986). *Women, Fire, and Dangerous Things:What Categories Reveal about the Mind*. Chicago: The University of Chicago Press.

Lakoff, George e Johnson, Mark. *Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and Its Challenge to Western Thought*. New York: Basic Books, 1999.

Lincoln, Yvonna S.; Guba, Egon G. (2013). . *The Construtivist Credo*.Walnut Creek: Left Coast Press.

Lincoln, Yvonna. (1985). *Naturalistic Inquiry* . London: Sage Publications, Ltd.

Miles, Matthew. B; Hubbermann, A. Michael.; Saldaña Johnny. (2014). *Qualitative Data Analysis: A Methods Sourcebook*. (3ª Ed). London: Sage Publications, Ltd.

Myrdal, Gunnar. (1976). *A Objectividade nas Ciências Sociais*. Lisboa: Assirio & Alvim.

Morin, Edgar. (1990). *Science Avec Conscience*. Paris: Éditions du Seuil.

Patton, Michael Quinn. (2015). *Qualitative Research & Evaluation Methods: Integrating Theory and Practice* (4ª Ed.). Thousand Oaks: Sage Publications, Inc.

Peirce, Charles S. (1974). *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Vol. 5-6. HARTSHORE et. al. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University of Marburg.

Popper, Karl . (2002). *The Logic of Scientific Discovery*. London: Routledge.

Quivy, Raymond e Van Campenhoud, Luc (2011). *Manuel de Recherche en sciences Sociales*. (4ª Ed. entièrement revue et augmentée). Paris: Dunod.

Reichertz, Jo. Induction, Deduction, Abduction. In Flick, Uwe. (Ed.). *The SAGE Handbook of Qualitative Data Analysis*. London :SAGE Publications Ltd, 2014, p. 123 – 135.

Rossmann, Gerchen B. e Rallis, Sharon F. (2012). *Learning in the Field: An introduction to Qualitative Research* (3ª Ed.). London: Sage Publications, Ltd.

Saldaña, Johnny. (2013). *The Coding Manual for Qualitative Researchers* (2ª Ed.). London: SAGE Publications. Ltd.

Saldaña, Johnny. (2011) . *Fundamentals of Qualitative Research: Understanding Qualitative Research*. Oxford: Oxford University Press.

Schimmel, Joshua. (2012). *Writing Science: How to write papers that get cited and proposals that get funded*. Oxford: Oxford University Press.

Silva, Augusto Santos. (1986). Ruptura com o senso comum nas ciências sociais. In SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (Org.). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Porto Editora, 1986 p. 30 – 51.

Stake, Robert E. (2010). *Qualitative Research: Studying How Things Work*. New York: The Guilford Press.

Stern, Phyllis N.; Porr, CA J. (2011). *Essential of Accessible Grounded Theory* (2011). Walnut Creek, California: LeftCoast Press inc.

Strauss, Anselm; Corbin, Juliet. (2009) *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory* (3ª Ed.) London: Sage Publications, Ltd.

Weber, Max. (1979). *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.

Wertz, Frederick J. (2011). A Phenomenological Psychological Approach to Trauma and Resilience. In WERTZ, Frederick J.;CHARMAZ, Kathy.; MCMULLEN, Linda.

Josselson, Ruthellen.; Anderson, Rosemarie; Mcspaden, Emalinda (Ed.). *Five Ways of Doing Qualitative Analysis* (pp. 103 -164). London: The Guilford Press.

Yin, Robert. *Qualitative Research from Start to Finish*. London: The Guildford Press, 2011.

Znaniecki, I, Florian. (1934). *The Method of Sociology*. New York: Rinehart & Company, Inc, 1934.

**EL SIGNIFICADO DE LA DROGA.
ANALISIS DE LAS REPRESENTACIONES SOCIALES DE LA DROGA
EN LA PROVINCIA DE CATAMARCA-ARGENTINA.**

Eleonora Jalile¹

Resumen

Se analizan las Representaciones Sociales de la Droga y su relación con las políticas dirigidas a controlar su consumo, tomando como marco de interpretación la Teoría de la Representación Social, de la Construcción Social de la Realidad y la Teoría Crítica, mediante una metodología cualitativa, enfocada en análisis de discursos y de las interacciones sociales. Se utilizaron técnicas defocusgroup, entrevistas en profundidad, shadowing, observación y análisis de contenido. Todo se organizó en una única matriz de datos analizada desde un análisis crítico del discurso, puesto que permite captar lo inaparente e ideológico de los discursos, que es la pretensión central de este trabajo. Toda esta estrategia teórica y metodológica permitió abordar el fenómeno de investigación de una manera profunda y sobre todo crítica, cuestión nodal en un estudio con implicancia política.

Palabras claves: Sentido, Sustancias Psicoactivas, Discurso, Estructura Social, Políticas Sociales.

**THE MEANING OF THE DRUG.
ANALYSIS OF SOCIAL REPRESENTATIONS OF DRUGS IN THE PROVINCE OF
CATAMARCA-ARGENTINA.**

Abstract

Analyze of Social Representations of Drugs and their relationship with policies to control consumption, taking as interpretation Theories of Social Representation, Social Construction of Reality and Critical Theory, using a qualitative methodology, focused in discourse analysis and social interactions, developing focus groups, interviews, shadowing and observation, content analysis. Everything was organized in a single array of data for analysis and opted for the technique of critical discourse analysis, since it allows to capture the unapparent and ideological discourses, which is the central aim of

¹Escuela de Doctorado en Ciencias Sociales, Comunicación, Interacción y Construcción Social- Universidad de Padova- Italia / Observatorio de Salud Mental y Derechos Humanos- Ministerio de Salud- Catamarca- Argentina; ejalile@catamarca.gob.ar; eleonorajalile@hotmail.com

this work. All this theoretical and methodological strategy allowed to address our research phenomenon in a profound way and especially critical issue that nodal in a study with political implications .

Keywords: Sense, Psicoactive Sustance, Discourse, Social Estructure, Social Policies.

INTRODUCCION

La droga se ha posicionado como un objeto político, es decir, un asunto público alrededor del cual se despliegan prácticas estatales para manejarlo. Estas prácticas institucionales se realizan mediante una diversidad de políticas públicas en materia de seguridad, salud, educación y relaciones internacionales, entre otras. El contenido de estas políticas depende de la visión desde la que se aborde el asunto. Se observa que en el caso de Argentina y por ello de Catamarca, se está transcurriendo un momento de crisis de la visión y de lucha por la definición de lo que la droga significa para la sociedad. Estas tensiones se operativizan en debates públicos, mediáticos, académicos y legislativos, y plantean posicionamientos aparentemente antagónicos. También se visualiza la tensión en las más diversas prácticas institucionales a veces inconexas y otras veces incoherentes, por ejemplo, entre aquellas judiciales de penalización del consumo y aquellas sanitarias de reducción de daño. Pero para constituirse como objeto político, la droga, se constituye primeramente como un objeto social, y lo es en tanto las personas le dan significado y la convierten en un elemento de su vida cotidiana y de sus relaciones sociales. Como objeto social, la droga, tiene diferentes sentidos en una diversidad de grupos y realidades sociales. Sucede que el sentido de la droga estaría dado por su representación social, definida como los universos de opiniones propios de una determinada cultura, de una dada clase social o de un grupo, relativos a un objeto perteneciente al ambiente circundante (Moscovici citado por Galli, 2005). Esta polisemia se asienta en la estructuración social definida por relaciones desiguales de poder y dominación. En estas condiciones de desigualdad, los grupos y los problemas sociales se construyen discursivamente a partir de las visiones o representaciones sociales dominantes. Esto es, cuando la diversidad de representaciones confluye en un solo campo de acción social como en las que tiene injerencia el Estado, la polisemia cultural entra en un campo discursivo y práctico de lucha por su definición legítima, por su definición hegemónica y por la construcción de prácticas sociales conservadoras, desviantes o subversivas. Comprender esto es crucial en el campo de lo político, pues visibiliza el

proceso mediante el cual el objeto social droga se construye como objeto político en materia de salud, de seguridad o de control social, además nos aproxima a la visión del mundo que las personas o grupos o instituciones tienen, pues es el conocimiento del sentido común el que la gente utiliza para actuar y tomar posición ante los distintos objetos sociales, en este caso, la droga.

Su abordaje posibilita, en fin, entender la dinámica de las interacciones sociales y aclarar los determinantes de las prácticas sociales y políticas respecto de la droga, pues, cito a Abric, la representación, el discurso y la práctica se generan mutuamente (Abric, 1994, citado por Galli, 2005). La investigación se centra, entonces, en los procesos sociales mediante los cuales el objeto social droga se transforma en objeto político y las características que adquiere, procesos atravesados por relaciones de poder y su consecuente estructuración social. Comprender estos procesos es fundamental a la hora de fortalecer con valores democráticos y equitativos a las políticas públicas.

La población bajo estudio es la provincia de Catamarca-Argentina, por ser la ciudad en la que desarrollo mi actividad profesional dándole con ello relevancia política a esta investigación. El período analizado es el correspondiente al desarrollo de mi doctorado: 2011-2014.

EL CRISTAL CON QUE SE MIRA:

Se ha optado por una estrategia teórica (Grafico 1) que articula los conceptos de: *identidad social*, entendida como factor comportamental sujeto a las evaluaciones subjetivas que el individuo hace de su pertenencia a grupos sociales y la categorización y comparación con otros grupos sociales, adquirida en el proceso de relaciones con el entorno; el *habitus*, definido como la estructura clasificatoria y evaluativa construida históricamente mediante la interacción social, y que se pone en práctica en la mismas y sobre el mismo entorno, esta estrategia permitirá analizar las *prácticas sociales* vinculadas con la droga en su diversidad y en su complejidad en tanto emergentes subjetivos socialmente situados en el espacio social que a su vez es también construido a partir de la interacción social y la negociación de las identidades sociales, desde la puesta en escena de la subjetividad de los agentes. El estudio se centrará en las *representaciones sociales* en torno a la droga como clave de bóveda para la comprensión de la diversidad de prácticas sociales vinculadas a su consumo, siendo imprescindible observar el entorno social en que se desarrollan. Desde allí, se observarán y

analizarán los hábitos vinculados con la diversidad de representaciones sociales, haciendo visible la relación que los procesos de diferenciación y estratificación social tienen con las representaciones sociales, y con las prácticas vinculadas a la droga en tanto que el hábito y las representaciones sociales son su materia prima, no determinística. Todo esto se analiza desde el enfoque de la teoría crítica, esto es así puesto que en la interacción de los grupos sociales y en la ejecución de las políticas dirigidas a controlar el consumo se observa una intención de manipulación de los grupos en desventaja y una pretensión de verdad por parte de grupos políticos, administrativos e intelectuales en un mapa social caracterizado por la desigualdad económica y cultural. Se sostiene junto con la teoría crítica que estudiar las creencias, informaciones, actitudes circulantes sobre la droga en la sociedad actual debe conllevar a un cuestionamiento de los mecanismos que provocan la profundización de las brechas sociales y el mantenimiento de un sistema de distribución de posiciones y disposiciones en detrimento de los grupos de siempre.



Fuente: El Sentido de la Droga. Eleonora Jalile (2015).

COMO INVESTIGAR EL SENTIDO: METODOLÓGICA CUALITATIVA Y LA CAJA DE HERRAMIENTAS.

Para llevar a cabo la investigación se optó por un enfoque cualitativo que nos permitiera captar el sentido que los diferentes actores le dan a la droga. El foco se colocó en el discurso, puesto que como práctica social el discurso pone de manifiesto los posicionamientos, ideas y creencias y las relaciones de poder que estructuran el campo social. Dice Abric que la representación, el discurso y la práctica se generan mutuamente (Abric, 1994, citado por Galli, 2005).

Para comprender el lenguaje, se opta por un análisis crítico del discurso (acd), puesto que, citando a Wodak y Meyer, el acd se propone investigar de forma crítica la desigualdad social tal como viene expresada, señalada, constituida, legitimada, etc. por los usos del lenguaje, es decir en el discurso (Wodak y Meyer, 2003). La población a investigar serán los individuos o grupos que posean y construyan una diversidad de valoraciones y prácticas en torno al consumo. Se considerarán los actores involucrados en lo que se denominará campo de políticas públicas sobre la droga, estos son aquellos grupos de personas con alguna incidencia sobre las prácticas en torno a la droga. Se identificaron a los siguientes actores: *Consumidores*: personas vinculadas al campo de las políticas públicas de drogas por consumir sustancia psicoactivas, ya sean ellas personas bajo tratamiento, sin tratamiento, o de alta de algún tratamiento; *Familia de consumidores*: personas con algún vínculo familiar y afectivo con algún consumidor; *Responsables de Políticas de Drogas*: personas dotadas de poder de decisión dentro de instituciones públicas o intermedias con algún grado de incidencia en la materia, las mismas se desagregaron en distintos grupos según el sector de incidencia: Instituciones sanitarias y de planificación o actuación en ámbitos diferentes; *Medios de comunicación*.

Para seleccionar a la población se realizó un muestreo teórico. Se toma al concepto de muestro teórico de Glaser y Strauss, que lo definen como una técnica de recolección de datos para generar teoría, mediante la cual el investigador conjuntamente selecciona, codifica y analiza su información y decide qué información escoger luego y dónde encontrarla para desarrollar su teoría tal como surge de los datos (Glaser y Strauss, 1967, en Kornblit, 2007). Como lo plantean Glaser y Staruss, los casos y grupos son elegidos de acuerdo al criterio teórico del investigador, respondiendo a los criterios de propósito teórico (cuál es el propósito de la investigación) y de relevancia (qué capacidad tienen para

promover el desarrollo de las categorías emergentes). El criterio para establecer cuándo cesa el muestro es la saturación teórica.

Entre los responsables políticos, se seleccionó a: la subsecretaria de salud mental y adicciones, al director de salud mental, a la directora de políticas asistenciales de salud mental, a la directora provincial de políticas de promoción y prevención en salud mental, al director de atención comunitaria, al director de atención integral de las adicciones, a cinco profesionales integrados en el centro integral de tratamiento; a uno de los dos jueces de menores, al responsable de la pastoral de las adicciones, al jefe de prevención de drogas peligrosas de la policía provincial, a la responsable de una organización civil que realiza prevención y asistencia en adicciones, al referente de alcohólicos anónimos en la provincia, al referente de una organización cristiana que realiza prevención y derivación por adicciones. También se consideró material documental del Poder Ejecutivo y se analizó el Plan Nacional sobre Drogas de Argentina. Entre los consumidores: se identificaron 42 personas consumidoras mediante contacto con las instituciones sanitarias, comunitarias y de desarrollo social, y de estrato social medio y medio-bajo y de edades entre 15 a 35 años.

Sobre medios de comunicación se seleccionó exclusivamente en Catamarca al diario en papel de mayor tirada El Ancastrique llega al 80% de los lectores de diarios de Catamarca y se consideró el período 2012. De este diario se tomó la sección opinión, puesto que condensa la posición y visión del periódico respecto de la temática. En el período estudiado se analizaron los 14 artículos referidos al tema.

Desde esta variedad de agentes abordados se obtiene un mapa más completo de las rs y las disputas de poder operativizadas mediante el discurso.

Ahora bien, una vez definido los grupos de agentes y las personas que serían parte del estudio cabe exponer la metodología y técnicas a aplicar. Siguiendo a Abric (Abric, 2001) asumimos que el análisis de una representación social requiere de un enfoque plurimetodológico, en tanto necesita que se conozcan sus tres componentes: su contenido, su estructura interna y su núcleo central y ninguna técnica permite recoger conjuntamente esos tres elementos. Este acercamiento plurimetodológico se articula en varias etapas: recolección de contenido, búsqueda de la estructura y el núcleo central, identificación de los lazos, de las relaciones y de la jerarquía entre los elementos de la representación, finalmente la puesta en evidencia de los elementos centrales, es decir de los elementos que organizan y proporcionan su significación a la representación. Ante la diversidad de actores y grupos a abordar se considera conveniente recurrir también a una variedad de técnicas de recolección

todas ellas dentro del enfoque cualitativo de la investigación social en tanto nuestro objeto de estudio se refiere al sentido que las personas y los grupos sociales le dan al fenómeno droga.

LAS HERRAMIENTAS: BUSCANDO EN EL DISCURSO.

Las técnicas utilizadas pueden reagruparse en dos, un primer grupo de técnicas propias de la investigación etnográfica que nos permiten acceder a los elementos culturales del fenómeno y que son aplicadas a los discursos y prácticas en torno al mismo. Estas son: *Focusgroup*: Esta técnica se aplicó entre consumidores en tratamiento, entre consumidores sin tratamiento, entre familiares de consumidores, entre personas no consumidoras permitiendo captar la diversidad de visiones, la argumentación, las relaciones de poder, la influencia y conflictos. Se realizaron 7 focusgroup distribuidos en 3 focusa consumidores en tratamiento; 2 a consumidores sin tratamiento, 1 a familiares de personas consumidoras y 1 a jóvenes no consumidores.

Entrevistas en profundidad: Esta técnica fue aplicada a 12 personas consideradas informantes claves por su vinculación con el fenómeno e informantes privilegiados por el rol que ocupan en el campo de la política dirigida al consumo de drogas. Se entrevistaron a consumidores en tratamiento, consumidores sin tratamiento, ex consumidores, familiares y responsables de políticas dirigidas a consumidores.

Shadowing: Esta técnica fue aplicada con tres consumidores durante dos semanas de manera diaria y luego por dos semanas más de manera esporádica, participando de sus interacciones con los demás agentes del campo de políticas de droga. La técnica se aplicó en las viviendas de los consumidores, en sus momentos de ocio y en espacios institucionales como los juzgados o instituciones de tratamiento.

Análisis de la prensa: Se definieron como unidades de análisis los artículos de prensa correspondientes a la sección opinión del diario El Ancasti en el período enero-diciembre de 2012.

Un segundo grupo de técnicas está comprendido por aquellas del tipo asociativas que nos permiten acceder a los componentes de las rs y su organización interna. Se aplicaron a 10 responsables políticos, 10 consumidores y 5 ex consumidores. De entre las técnicas disponibles se seleccionaron las siguientes:

La asociación libre: El carácter espontáneo y la dimensión proyectiva permiten tener acceso mucho más rápido y fácil que en una entrevista a los elementos que constituyen el universo semántico del término o del objeto estudiado. La asociación libre permite actualizar elementos implícitos o latentes que serían ahogados o enmascarados en las producciones discursivas y permite el acceso a los núcleos figurativos de la representación (Abric 2001).

Constitución de conjuntos de términos: El objetivo es aprehender las estructuras esquemáticas de la representación al analizar los recortes efectuado por los sujetos y sus fundamentos, a partir de los vínculos de similitud. Es decir, abordar los principios de construcción de la representación.

Identificación de la importancia de cada ítem: Permite captar la organización de los elementos de una representación y una aproximación cuantitativa para comparar en grupos diferentes la importancia relativa de ciertos elementos de la representación.

EL ANÁLISIS CRÍTICO DEL DISCURSO COMO TÉCNICA DE ANÁLISIS DE DATOS.

Se optó por un análisis crítico del discurso, definido como el análisis de un discurso socio-político desplegado por ciertas élites, grupos e instituciones de la sociedad orientado a la reproducción y legitimación de la dominación que ejercen. El núcleo de análisis crítico del discurso radica en una descripción, explicación y crítica detalladas de las formas en que los discursos dominantes influyen (indirectamente) en el conocimiento, las actitudes y las ideologías, es decir, en el conocimiento socialmente compartido. Se desarrolló un método mixto que toma elementos considerados sustanciales de aquellos planteados por Wodak y Meyer (2003): un análisis estructural, un análisis fino, una crítica inmanente y una crítica sociodiagnóstica. El análisis estructural más orientado al contenido, y el análisis fino más orientado al lenguaje. En la realización del análisis estructural es necesario proceder a una caracterización de los medios y los temas generales. Y en la realización del análisis fino, se centra en el contexto, la superficie textual y los instrumentos retóricos. La crítica inmanente del texto o discurso, tiene como objetivo el descubrimiento de incoherencias, contradicciones, autocontradicciones, paradojas y dilemas en las estructuras internas del texto o discurso y la crítica sociodiagnóstica guarda relación con la exposición desmitificadora del posible carácter –

manifiesto o larvado- persuasivo o manipulador de las prácticas discursivas. Con la crítica sociodiagnóstica, se trasciende la esfera puramente interna del texto o el discurso y se utiliza el conocimiento del trasfondo y del contexto de la situación para situar las estructuras comunicativas o interactivas del acontecimiento discursivo en un más amplio marco de relaciones sociales y políticas, de procesos y de circunstancias. Llegados a este punto, es necesario aplicar las teorías sociales para interpretar los acontecimientos discursivos (teoría del contexto).

PRESENTACION DE DATOS: CONTENIDO Y ESTRUCTURA DE LAS REPRESENTACIONES SOCIALES DE LA DROGA

Retomando los discursos circulantes recabados en el trabajo de campo entre los diversos grupos de agentes se puede concluir que el grupo de los responsables políticos entiende que la droga implica una enfermedad con bases sociales y familiares, pero de manifestación individual y con impacto negativo en la persona, la comunidad y en la sociedad en términos de salud y bienestar. Dicen estos sobre la droga:- es toda sustancia que produce un efecto en el organismo; es una enfermedad no un delito; es una sustancia o cualquier cosa que da dependencia; es una sustancia que al consumirla los chicos se van pegando; es un malestar individual, pero que es parte de un contexto, el individuo no está solo, está inserto en una familia y en una sociedad, estos factores juntos desarrollan una patología; la veo como un problema para tratar desde el punto de vista sanitario, la veo como una patología. Sobre el anclaje social, los entrevistados entienden que el consumo de drogas está condicionado por las experiencias sociales y familiares de los individuos, cito:- es un emergente y un síntoma social; es un síntoma de un malestar individual pero que es parte de un contexto familiar, social que juntos desarrollan una patología; creo que el problema viene de un vacío de la persona, de una carencia, de algo que lo llena con eso y toma la sustancia que no le hace nada bien y bueno tiene que buscar algo que llene ese espacio capaz que no está teniendo una vida familiar, afectiva, la sociedad utiliza como vía de escape a eso; lo tomo como un síntoma de problemas sociales. Por otro lado, pero estrechamente vinculada con las visiones de los agentes anteriores, se han analizados los planes nacionales de drogas y se encuentra que para abordar la cuestión prevalece la

denuncia del negativo impacto social que el consumo de droga acarrea y la conflictividad social que se teje en torno a ella.

En cuanto a la representación social del segundo grupo de actores abordados, el de los consumidores, se evidencia desde el análisis del discurso realizado que los mismos le dan el sentido de placer, divertimento y relajación y reconocen en su base a malestares e incapacidades personales, e incluso el acceso a ella. Dice uno de los entrevistados: - se consume porque se aburre!, reflexiona otro: - por aburrimiento, no tenés nada que hacer, cuando consumís pasan más rápido las horas. Confirma otro: - yo cuando no tengo nada que hacer me dan ganas de consumir, el mismo acota: - también por donde vivís, es en donde nos movemos, y sigue otro: - También algunos lo hacen para olvidar problemas, y continúa: - para pasarla bien, si no consumís te aburrís o no entendés los chistes de los demás y todos se ríen y vos crees que están diciendo boludeces. Otro dice: - fumo para tratar de olvidar, te pones a hacer algo en la casa y por ahí te acordás y ya está, también opina otro: - porque andas de cara no podés caminar hasta la esquina, es más aburrido para nosotros, en cambio te fumas un porro y te vas caminando para todos lados. Dice uno: - a las familias no les debiera faltar nada, que siempre tengan para comer, que los chicos tengan para comer, para dormir, un par de zapatillas, vas a la escuela volvés y jugas a la pelota, en cambio a otro que le falta, piensa en la droga. Y reflexiona:- los que tienen plata no sé por qué se drogan, no deberían, en cambio nosotros sí tenemos que andar trabajando, pidiendo para tener un plato de comida en la casa. Agrega otro: - si las familias tuvieran para comer y comprarse lo que quieran se dejaría de consumir. Otro afirma:- se consume porque estamos en un país de mierda; dice otro al respecto de qué debiera hacerse.- el gobierno debiera ayudar a las familias al menos con un colchón, la gente no tiene donde dormir, algunos duermen en el suelo, entonces los chicos salen a robar para drogarse, ahora en vez de darte una bolsa de azúcar te dan una bolsa de pasta si andas con el tacho de pasta ahí. También manifiestan que el consumo está vinculado con problemas familiares, dicen: - la gente tiene problemas familiares, en el mismo sentido otro dice: -por la familia, porque no se llevan bien; otro opina: - por la familia, porque no se llevan bien y para olvidar, para sacar el mal humor, por problemas en la calle, andás más tranquilo.

En cuanto al tercer grupo de agentes analizados, el grupo familiares de personas consumidoras, se evidencia que los mismos entienden que la droga destruye y mata y que en su origen se encuentran los vínculos familiares conflictuados. Dice una madre sobre la

droga:-Mirá yo no sé, es la cosa que está matando a los chicos y no cambia, sinceramente no son los mismos. Otra afirma:- para mí es la destrucción del adolescente. Confirma otra:- está matando a los adolescentes, exactamente. Y sigue otra.- es la destrucción total. Reflexiona una:- yo lo resumiría como una enfermedad devastadora realmente que produce mucha impotencia a la familia que no sabe cómo llevarlo, como ayudar a estos chicos. Sobre las motivaciones explica una:-por ahí cosas que uno no advierte en la casa, familia que hay poco diálogo y uno no se dio cuenta pensaba que la familia iba bien y de repente se ve con una cosa tan traumatizante. Agrega otra:- Sucede cuando son maltratados los chicos, por lo que vi en el humaraya vi chicos que son maltratados en la casa, porque son separados o la madre se juntó con otra persona que los maltrata, entonces son criaturas que al final para olvidarse de eso se drogan. Suele pasar en esa clase de problemas familiares también. Continúa otra madre:- En ese caso para olvidar para lo que están viviendo, y agrega:- no saben que se están matando, es peor lo que están pasando y ello lo sabrán pasar bien, no sé, no sé qué sensación es eso.

Por último, respecto al análisis crítico del discurso de la prensa, se observa que la droga aparece lleno de acotaciones antropomórficas y es caracterizada como un ser capaz de causar daños personales y sociales. Se hace especial énfasis en las repercusiones que su consumo tiene sobre los grupos marginales, con el efecto particular de generar en ellos conductas violentas y delictivas y en la sociedad situaciones de inseguridad cada vez más brutales. Se genera a través de este discurso una asociación entre droga-marginalidad-delincuencia y se construye un grupo social convocado en torno a ello. No se explica claramente la manera en que estos fenómenos se vinculan. En momentos se mencionan relaciones causales entre consumo de droga y marginalidad respecto de la delincuencia; y de reciprocidad entre la marginalidad y el consumo de drogas. Cito a continuación algunos pasajes de los artículos analizados:- el fenómeno de la marginalidad, el delito y las adicciones desatados en un cóctel explosivo y de imprevisibles derivaciones. La marginalidad avanza con su carga de familias destrozadas, madres-niñas que no pueden ni hacerse cargo de sus propias personas, adicciones y delitos; el denominador común de los hechos de inseguridad es la presencia de la droga; cuanto más audaces son los delitos, mayor probabilidad de que sus autores hayan actuado bajo el influjo de la droga; las adicciones en los sectores marginados no solo son un perjuicio para los adictos y sus familias, sino una amenaza para toda la sociedad; no se trata de un problema de orden sanitario o policial, sino social, que demanda una discusión profunda y sobre todo

compromiso; es una amenaza para toda la sociedad; tiene alcance social; los jóvenes y no tan jóvenes se vuelan la cabeza, exponen su integridad física propia y ajena en el delito; en la cultura de la marginalidad en las que las adicciones y el delito son elementos centrales; en el marco de crecimiento de la inseguridad y la violencia delictiva existen fuertes indicios que la utilización del cóctel es común para drogarse; en los sectores excluidos y marginales, la adicción no es selectiva, es solo adicción a cualquier sustancia que se ponga a tiro. En los artículos analizados se identifica como vías de solución a estrategias sanitarias basadas en tratamientos psicológicos individuales y políticas de seguridad de mayor acción policial. El rol del Estado es central, y existe una constante crítica a su accionar respecto al tráfico y al consumo de drogas en Catamarca, se discurre a modo de reclamo: - urge la acción estatal y comunitaria ante una situación que amenaza con apoderarse de las generaciones nuevas. Al Estado, como principal actor reconocido, se le exigen medidas sanitarias asistenciales y lucha contra el narcotráfico, dicen: Una multitud de jóvenes encerrados en ese infierno no tienen en Catamarca siquiera dónde tratarse y ser contenidos y deviene de víctimas en victimarios; es urgente contar con un centro idóneo; urge la conformación de equipos interdisciplinarios para atender el frente de los menores que delinquen y las adicciones.

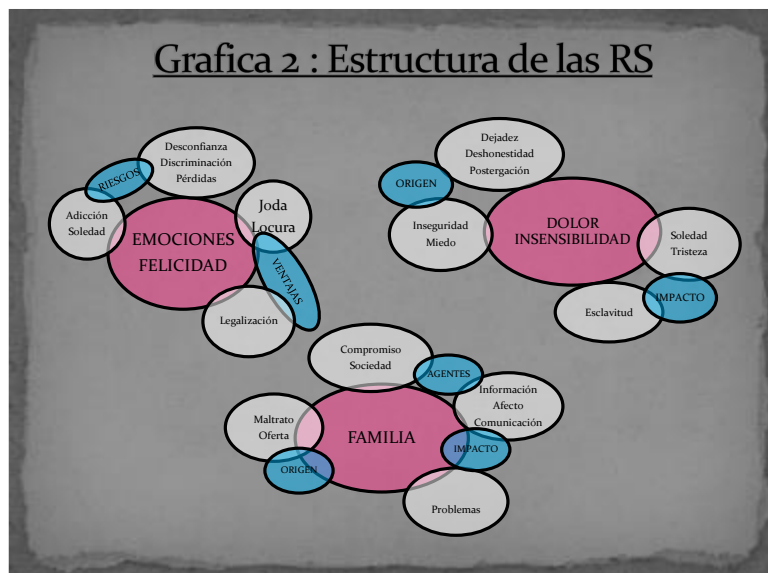
Dicen de la máxima autoridad del gobierno provincial: la Gobernadora tampoco abordó el flagelo de las adicciones y que hoy está arrojando a la marginalidad a vastas porciones de jóvenes catamarqueños. Sobre el impacto, se mencionan aspectos individuales pero siempre vinculados con el desenvolvimiento de los individuos en la sociedad, y en ese sentido se encuentran manifestaciones como por ejemplo: Consecuencias temibles como el cáncer; aborrecibles deterioros físicos debidos al alcohol; triste despersonalización que implica; desastre familiar, colectivo, el fracaso que suelen ser la sombra inevitable de un placer que se convierte en fuente de las peores desdichas; deja de ser una fuga para convertirse en rasgo de identidad del adicto. Como situación opuesta e ideal se expresan ideas como la siguiente: - la belleza y la grandeza de quien, libre de adicciones destructivas, construye su vida, su felicidad y su protagonismo social con la plenitud de sus dones. En el contenido de los discursos de la prensa se trasluce una actitud acerca de la droga netamente negativa.

Este recorrido por la diversidad de conjuntos discursivos muestra de qué manera diferencial los agentes han anclado sus ideas acerca de la droga para poder reducirlas a categorías e imágenes corrientes y ponerlas en un contexto familiar. Este sistema de

clasificación y asignación facilita la interpretación de las características, la comprensión de la interacción y las motivaciones detrás de las acciones de las personas en torno a la droga. Estas palabras/ideas sobre la droga se funden y sobre todo se integran en lo se denomina un modelo del núcleo figurativo, un complejo de imágenes que reproducen visiblemente un complejo de ideas. Para rastrearlo se aplicaron diversas técnicas asociativas y argumentativas, como la lluvia de palabras, importancia de cada ítem y agrupación por bloques, y su análisis consideró la saliencia, la valencia y la argumentación en cada grupo de agentes abordados (Grafico 2). Entre los diferentes grupos de consumidores y ex consumidores esta reducción de la complejidad y de lo desconocido se da en las ideas opuestas de *felicidad–infelicidad; dolor- emociones*. En el grupo de consumidores, las nociones más salientes y con mayor valencia fueron en primer término emociones, luego felicidad, y seguido de locura y joda. En el grupo de ex consumidores las nociones más frecuentes y valoradas fueron de *dolor e insensibilidad*. Esta diferencia reside en la etapa de vida en la que se encuentra cada grupo, los consumidores actuales no denotan reflexividad sobre su acción, mientras que los ex consumidores lo hacen con pesar. El núcleo central y periférico de los ex consumidores se compone negativamente, mientras que para los consumidores tiene mayor peso el contenido positivo. El contenido periférico negativo de los consumidores le da a la representación la flexibilidad suficiente como para participar de los espacios institucionales de tratamiento y sustenta su adaptación pasiva a los mismos.

Por su lado, para los responsables políticos la noción de droga se ancla en un binomio más corriente como lo es el de *familia-enfermedad*. En el discurso de este grupo se observa permanente tendencia a encontrar las causas del consumo de droga. Entre ellas se identifica esencialmente a las relaciones intrafamiliares que van desde el afecto de los padres hacia los hijos hasta el control parental. El consumo de droga sería la manifestación en un plano individual de estas deficientes relaciones vinculares. La familia es el elemento central, situada argumentativamente en el origen y en la solución del problema, mientras que aquellos que consumen o consumieron droga no la destacan como elemento principal. Los componentes periféricos se refieren a los condicionantes del consumo, entre los que el maltrato y el acceso a la droga son los más destacados. También se hace referencia a los efectos, en los que el malestar físico y mental es el principal y se identifica a los agentes que debieran intervenir para producir un cambio en

la situación: familia y sociedad en general. Este contenido periférico permite la maleabilidad de las estrategias operativizadas por los agentes políticos.



Fuente: El Sentido de la Droga. Eleonora Jalile (2015).

EL SENTIDO DE LA DROGA: CONCLUSIONES.

El interés político de analizar las representaciones sociales de la droga conlleva a retomar los presupuestos de la teoría crítica. Desde ella se entiende y observa que en el campo de las políticas públicas las representaciones sociales de los diferentes agentes revisten pesos diferentes, y es la visión de los responsables políticos la que toma preeminencia sobre las demás en el ámbito de las políticas sociales dirigidas a controlar su consumo. Si bien la diversidad de representaciones sociales que se encuentran en este espacio no entran en conflicto, es la visión de los responsables políticos la que sesga la praxis política, esto es: cuando la búsqueda de bienestar, placer o divertimento de los consumidores pone en riesgo el equilibrio familiar, comunitario o social pasa a ser considerado enfermedad, incluso para los propios consumidores y sus familias. Una situación observada en el curso del trabajo etnográfico resulta muy ilustrativa: - A G lo conocí en el juzgado de menores, en una instancia convocada por el juez para resolver conjuntamente con áreas educativas, de salud y de desarrollo social acciones que se podían concertar para ayudarlo. G estaba con su tía que es a la vez es su tutora, puesto que a sus padres se les retiró la tenencia. La

tía comunicó su hartazgo por la carga que implica G y G su voluntad de recibir ayuda. La oferta institucional se limitó a una ayuda económica y a tratamiento sanitario de su adicción a las drogas.

Entonces, se observa que para los consumidores la droga representa una vía asequible de bienestar y para los responsables políticos un mecanismo de control del consumidor y su familia, inicialmente con los mecanismos de desregulación informal de la distribución de la sustancia y luego con los mecanismos terapéuticos y/o sancionatorios y son precisamente estas representaciones sociales de la droga las que determinan la diversidad de prácticas: los responsables políticos tratan de controlar y neutralizar a enfermos, aquellos que los medios identifican cómo los marginales y a quienes acusan de poner en riesgo el bienestar social. Mientras tanto, los consumidores siguen buscando caminos invisibles hacia la felicidad o meros mecanismos de expresión del malestar y por su lado, los familiares permanecen pasivos o al menos impotentes ante algo que vivencian como externo y con capacidades excepcionales. Estas representaciones sociales y sus consecuentes prácticas sociales, que son producto de las posiciones e interacciones sociales, están en la base de una reproducción sistemática del orden de las cosas, orden que necesita identificar y encapsular el mal de la sociedad como algo externo para evitar cuestionar los mecanismos de exclusión que histórica y sistemáticamente reservan para un sector de la sociedad determinados capitales sociales y posibilidades.

Entonces, en el campo político, las prácticas e interacciones sociales están determinadas por la distribución de capitales y de disposiciones vinculadas con las posiciones ocupadas en el mismo campo y por las representaciones sociales de cada grupo sobre la droga. El encuentro de los diferentes actores: terapeutas, jueces, policías, consumidores y familiares, desemboca en una articulación de prácticas que construyen y/o reproducen la estructura del campo que no cuestionan el núcleo central de las representaciones sociales de la droga: emociones, felicidad, dolor, infelicidad, familia, enfermedad; ni de las prácticas en torno a ella, ya sea consumo o intervención sobre el mismo. Las prácticas sustentadas en estos esquemas organizadores, ya sean estos los hábitos a nivel subjetivo y las representaciones sociales en un plano psicosocial, dialogan sin conflicto puesto que se sostiene la estructuración del campo. Acaso es la droga el elemento estructurante, un capital de carga negativa distribuido desigualmente a favor de los más débiles.

La construcción del habitus de las personas situadas en contextos de desventajas culturales y económicas resulta funcional a la estructuración del campo de las políticas dirigidas al consumo. Es menester notar que aquellos consumidores de grupos sociales con acceso a bienes culturales y económicos quedan excluidos de las políticas públicas y que esa exclusión se basa en un recorte previo del fenómeno hacia las clases marginales, recorte fundado en que las conductas de aquel tipo de consumidor no representan los riesgos que suponen los marginales. El orden social se mantiene desplegando en estas clases mecanismos de tratamiento y punición, luego de asegurarles el acceso a la droga. Entonces, el fenómeno droga se construye discursiva y prácticamente mediante la interacción entre responsables políticos, consumidores, familiares y medios de comunicación y desde ello emerge la política de drogas. La interacción no se produce en condiciones de igualdad y sucede que la representación social dominante de los responsables políticos segmenta las políticas de drogas con una orientación exclusiva a las clases marginales, mostrándose como el camino alternativo para alcanzar el bienestar tan deseado. La limitación de estas prácticas políticas reside en que las mismas poseen un valor dominante y autoritario desde el momento que no consideran la complejidad del espacio social en tanto espacio material y simbólicamente estructurado y estratificado y desconociendo así la diversidad de posiciones sociales y de representaciones sociales.

O peor aún, desconocen y hasta niegan la arbitrariedad de sus políticas en tanto parten de representaciones sociales hegemónicas. En el centro de la ineficacia del Estado en su tarea de abordar el consumo de droga se encuentra esta limitación. Ineficacia no medida respecto a su capacidad de curar o disminuir el consumo de droga sino en su incapacidad de sostener prácticas democráticas y promotoras de la igualdad social. Entonces podríamos decir que el consumo de droga y las adicciones se revela a través del discurso como una construcción ideológica y política. Con un accidental cinismo la droga se ha transformado en el nuevo mecanismo de control de las clases peligrosas, tanto con su circulación, su tratamiento o la punición de su consumo y especialmente con el mantenimiento de los sistemas de valores y creencias que sustentan las diferentes prácticas. El discurso dominante que la considera como enfermedad capaz de diezmar a individuos y sociedades sesga el conocimiento social compartido, incluyendo a consumidores y familiares que participan impasiblemente del circuito de distribución, tratamiento y punición del consumo de drogas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abric, J.C. (2001). *Pratiques sociales et Représentations*. Traducción: JoséDacostaChevrel y Fátima Flores Palacios. México. Ediciones Coyoacán.

Araya, Umaña, S. (2002). *Las representaciones sociales: Ejes teóricos para su discusión*. Costa Rica. FLACSO.

Baratta, A. (2003). *Criminología Crítica y Crítica del Derecho Penal, Introducción a la sociología jurídico-penal*. Argentina. Siglo veintiuno.

Berger, L. Luckmann, T. (1969). *La realidad como construcción social*. Bologna. Il Mulino.

Bourdieu, P. (1997). *Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción*. Barcelona. Anagrama.

Bourdieu, P. (2010). *Sul concetto di campo in sociología*. Roma. Armando Editore.

Cardano, M. (2003). *Tecniche di ricerca qualitativa. Percorsi di ricerca nelle scienze social*. Roma. Carocci.

Calsamiglia, H. Tusón, A. (2012). *Las cosas del decir. Manual de análisis de discurso*. Buenos Aires. Ariel.

Di Tella, T. (2004). *Diccionario de Ciencias Sociales y Políticas*. Buenos Aires. Ariel.

Galante, R. (1990). *Identità, devianza e tossicodipendenza. Complessità cognitiva e analisi costruzionista*. Roma. Bulzoni Editore.

Galli, I. (2005). *La teoría delle rappresentazioni social*. Bologna. Il Mulino.

Kornblit, A. (2004). *Nuevos estudios sobre drogadicción. Consumo e Identidad*. Buenos Aires. Ed. Biblos.

Kornblit, A (Coord). (2007). *Metodologías Cualitativas en Ciencias Sociales. Modelos y Procedimientos de Análisis*. Buenos Aires. Biblos.

Martinez Martinez, M.J. (2000). *El discurso social sobre drogas en la prensa de Murcia*. Murcia. Universidad de Murcia.

Moscovici, S. (1989). *Le rappresentazioni sociali*. Bologna. Il Mulino.

Moscovici, S.. (1996). *Psicologia Socialie*. Roma. Borla.

Moscovici, S.. (1979). *El Psicoanálisis, su imagen y su público*. Traducción: Nilda Finetti. Buenos Aires. Huemul.

Neuburger, L. (1993). *Il sistema droga. La costruzione sociale della tossicodipendenza*. Padova. A cura de. CEDEM.

Rizo, M. (2005). *Conceptos para pensar lo urbano. El abordaje de la ciudad desde la identidad, el habitus y las representaciones sociales*. Barcelona . En bifurcaciones [online]. núm. 6, otoño 2006. World Wide Web document, URL: <www.bifurcaciones.cl/006/Rizo.htm>. ISSN 0718-1132

Ricolfi, L. (1997). *La ricerca qualitativa*. Roma. A cura de. Carocci.

Wodak, R. Meyer, M.(2003). *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona. Gedisa.

CAPITAL SOCIAL Y APOYO MUTUO ENTRE MUJERES. UNA APROXIMACIÓN CUALITATIVA AL CONTEXTO ASOCIATIVO DE LAS MUJERES MIGRANTES EN BIZKAIA (PAÍS VASCO)

María Silvestre Cabrera 16

Raquel Royo Prieto 16

Ainhoa Díez Sanz 16

Lía González Estepa 16

Estibaliz LinaresBahillo¹

Alba Alonso Álvarez²

Resumen

Este artículo recoge algunos de los resultados más significativos obtenidos a partir de una investigación de dos años de duración, desarrollada por el equipo Deusto Valores Sociales. Esta investigación aborda el fenómeno del asociacionismo de las mujeres migrantes en Bizkaia (País Vasco), desde un enfoque cualitativo articulado a través de grupos de discusión y entrevistas en profundidad que nos posibilitan acceder a los discursos de mujeres que participan activamente en el mencionado contexto asociativo –seleccionadas atendiendo a un criterio de diversidad según edad, país de origen, asociación a la que pertenecen y lugar de residencia–. Los grupos de discusión y entrevistas en profundidad realizadas permiten acercarnos a los mundos simbólicos y a las vivencias de las mujeres migrantes asociadas, ahondando en las relaciones, las alianzas y las sinergias que se tejen. Los resultados de esta investigación visibilizan la importancia del capital social y del apoyo mutuo generado a través estos espacios en la promoción del bienestar, el empoderamiento y la resiliencia.

Palabras clave: Mujeres migrantes, empoderamiento, capital social, apoyo mutuo, sororidad, asociacionismo.

¹ Departamento de Trabajo Social y Sociología Universidad de Deusto, España. maria.silvestre@deusto.es; raquel.royo@deusto.es; ainhoa.diez@deusto.es; lia.gonzalez@deusto.es; estibaliz.linares@deusto.es

² Departamento de Ciencia Política y de la Administración Universidad de Santiago de Compostela, España. alba.alonso.alvarez@gmail.com

SOCIAL CAPITAL AND MUTUAL SUPPORT AMONG WOMEN. A QUALITATIVE APPROACH TO THE ASSOCIATIVE CONTEXT OF MIGRANT WOMEN IN BISCAY (BASQUE COUNTRY)

Abstract

This article covers the most significant results obtained from a two years investigation carried out by the Deusto Social Values Team and funded by the Regional Government of Biscay (Bizkailab Agreement). This research addresses the phenomenon of the associations of migrant women in Biscay (Basque Country), from a qualitative approach articulated through the group discussions and in-depth interviews that allow us to access the discourses of women who actively participate in the mentioned associations and are selected according to the diversity criteria of age, country of origin, association to which they belong and the place of residence. Discussion groups and in-depth interviews allow us to approach the symbolic worlds and the experiences of migrant women, exploring their relationships, alliances and synergies which are created within the association they take part in. The results of this research make visible the importance of the social capital and the mutual support that is generated through such spaces promoting wellness, empowerment and resilience.

Keywords: Migrant women, empowerment, social capital, mutual support, sisterhood, associations.

INTRODUCCIÓN

El presente artículo es uno de los resultados de una investigación financiada por la Diputación Foral de Bizkaia y realizada desde el equipo Deusto Valores Sociales, expuesta sintéticamente también en el “5º Congreso Ibero-Americano en Investigación cualitativa” (Silvestre et al., 2016). Dicha investigación supone la continuación de un proyecto anterior, titulado “Las asociaciones de mujeres migrantes en Bizkaia: herramientas para la lucha contra las desigualdades múltiples”, que recogía la elaboración de un censo del tejido asociativo de las mujeres migrantes en Bizkaia, así como una aproximación cualitativa a las principales problemáticas de las mujeres migrantes en el contexto de crisis, las estrategias de afrontamiento de dichas problemáticas y la contribución de las asociaciones de mujeres migradas al empoderamiento.

En esta segunda parte del proyecto a raíz de los resultados obtenidos en el primer trabajo donde el apoyo social emergió como una estrategia de afrontamiento importante,

se explora de forma cualitativa el capital social de vinculación, de puente y de acceso (Álvarez de los Mozos, 2013) que se genera entre mujeres en dicho ámbito asociativo y su contribución a los procesos de empoderamiento.

Y es que tal y como Molyneux (2008) sostiene, a pesar de la vasta literatura que puede encontrarse sobre el capital social e independientemente de su creciente visibilidad en las políticas públicas, resulta sorprendente el escaso interés mostrado por el rol que desempeñan las mujeres en la génesis y mantenimiento de la vida social a través de sus propias redes y formas de solidaridad, teniendo en cuenta que “las mujeres crean redes y relaciones de apoyo recíproco” (Molyneux, 2008:64). De hecho, en palabras de Molyneux (2008:64), las mujeres son en muchos casos “el alma misma de las estrategias voluntarias” de autoayuda. Estas estrategias se materializan en un amplio espectro de actividades que se desarrollan en el terreno de lo que a veces se denomina economía social, entendida como aquellas formas de cooperación en las cuales se compromete la ciudadanía sin estar motivada, predominantemente, o al menos del todo, por intereses materiales o económicos (Molyneux, 2008).

Más allá de la contribución que pueda tener para mejorar la calidad de la vida social, estas actividades se ven motivadas por el hecho de que ni el Estado ni el mercado alcanzan a satisfacer todas las necesidades sociales (Molyneux, 2008; Requena, 2011). De ahí que la ciudadanía opte por, o se vea obligada a depender de, alguna combinación de instituciones formales e informales para su bienestar y seguridad (Molyneux, 2008; Requena, 2011). En este sentido, las redes informales y el apoyo que brindan pueden ser la única opción para garantizar la satisfacción de las necesidades básicas de las personas más vulnerables (Molyneux, 2008).

La importancia de la organización de las mujeres radica en la fuerza que logran darse mujeres que comparten situaciones similares, generando redes de apoyo e incluso de acción. Estas redes, y lo que ellas permiten y propician es, lo que en la literatura se denomina capital social (Pinzón Estrada y Aponte Valverde, 2013).

Además, las relaciones con otras personas posibilitan el acceso a bienes sociales que de otra forma resultaría imposible, ya que tal y como Álvarez de los Mozos (2013:21) resalta “nuestros contactos multiplican nuestras opciones”. En este sentido, se profundiza en las relaciones de apoyo emocional, instrumental e informacional (Barrón López de Roda y Sánchez Moreno, 2001; Buendía, 2010; Fielden y Davidson, 1998; Matud et al., 2002; Maya Jariego et al., 1999) existentes tanto entre las propias mujeres migradas, como entre

éstas y las autóctonas. Con el objetivo de recoger las voces de las protagonistas, se realizan dos grupos de discusión y cuatro entrevistas en profundidad donde, atendiendo a un criterio de diversidad según edad, país de origen, asociación a la que pertenecen y lugar de residencia, se indaga en las relaciones de apoyo entre las mujeres migradas y entre mujeres autóctonas y migradas. Estas narrativas permiten ahondar en estas relaciones de apoyo, abordando sus tipos, sus características, su vivencia y sus consecuencias en el empoderamiento, para finalmente explorar posibles estrategias futuras que promuevan la sororidad y refuercen las alianzas entre mujeres.

No podemos terminar esta introducción sin expresar nuestro sincero agradecimiento a todas las asociaciones que han hecho posible esta investigación, en particular a las mujeres que han compartido con nosotras sus experiencias, sus luchas y sus saberes. Asimismo, agradecemos a la Diputación Foral de Bizkaia la financiación que ha hecho posible la realización de este estudio.

OBJETIVOS DE LA INVESTIGACIÓN

El presente artículo presenta cómo hemos realizado un acercamiento al capital social que se genera entre mujeres migradas y autóctonas en el ámbito asociativo del Territorio Histórico de Bizkaia, a partir de los siguientes objetivos generales y específicos:

1. Explorar las relaciones que se generan entre las mujeres que participan en asociaciones.
 - 1.1. Indagar en las relaciones que se crean entre las propias mujeres migrantes.
 - 1.2. Profundizar en los vínculos que se establecen entre mujeres migrantes y autóctonas.
2. Estudiar las relaciones el apoyo social de las mujeres que participan en asociaciones y sus consecuencias en el empoderamiento.
 - 2.1. Describir el tipo de apoyo (emocional, instrumental e informacional) y el ámbito en donde se produce (laboral, familiar, participación sociopolítica).
 - 2.2. Identificar las redes desde las cuales se obtiene y se proporciona el apoyo.

2.3. Identificar las características que configuran la relación de apoyo (simetría, dirección del apoyo, etc.).

2.4. Explorar la vivencia de las mujeres en el proceso de apoyo (sentimientos y sensaciones que se generan al proporcionar/obtener apoyo).

PROCESO DE INVESTIGACIÓN

El abordaje de los objetivos mencionados ha implicado el siguiente proceso de investigación: se ha realizado un proceso metodológico cualitativo, que dentro del pluralismo de esta perspectiva metodológica, ha optado por los grupos de discusión y las entrevistas en profundidad, que nos han permitido sumergirnos en las relaciones, vínculos y sinergias que se generan entre las mujeres migrantes, y entre las migrantes y las autóctonas. La implementación de estas dos técnicas ha estado estrechamente relacionada, ya que la realización de la primera sirvió como base para el diseño de los guiones utilizados en la segunda, dando la oportunidad de reforzar aquellos aspectos que pudieran resultar de interés con relación a los objetivos marcados.

La metodología cualitativa escogida permite “estudiar los fenómenos sociales en el propio entorno natural en el que ocurren, dando primacía a los aspectos subjetivos de la conducta humana sobre las características objetivas explorando, sobre todo, el significado del actor humano” (Ruiz Olabuénaga, 2012b: 44).

DIMENSIONES Y CATEGORÍAS OBJETO DE ESTUDIO

Las dimensiones y categorías en las que se centra la investigación son las siguientes:

- *Tipos de apoyo*, abordando el ámbito en el que se apoya (laboral, familiar, participación sociopolítica, salud...) y la función del apoyo (emocional, instrumental, informacional).
- *Relaciones en el apoyo*, incluyendo el grado de formalidad de la red (formal, informal), la nacionalidad (migrantes vs. Autóctonas), el marco en el que se obtienen (laboral, vecinal, asociativo...), la dirección del apoyo (bidireccional y/o unidireccional), poder (simétrica, asimétrica; formal, informal) y las alianzas con mujeres concretas.
- *Vivencias en la relación de apoyo*, analizando la demanda de apoyo (explícita vs. Implícita), la congruencia entre la demanda y la conducta de apoyo, la reciprocidad, la

percepción de apoyo y los sentimientos implicados (positivos, negativos, ambivalentes).

- *Consecuencias del apoyo* en el empoderamiento (individual, grupal, colectivo) y en la resiliencia.
- *Potenciación del apoyo*, abarcando la sororidad/apoyo social entre mujeres y la generación/refuerzo de alianzas entre mujeres.

TÉCNICAS DE INVESTIGACIÓN EMPLEADAS

Dentro las técnicas propias de la metodología cualitativa, se han escogido los grupos de discusión y las entrevistas en profundidad semiestructuradas, las cuales han permitido explorar el tejido relacional que se genera entre las mujeres involucradas en el ámbito asociativo, centrándonos especialmente en las relaciones de apoyo.

La primera técnica interpretativa utilizada es el grupo de discusión, que tiene como fin “la comprensión de la palabra y los sentidos, el discurso producido en una situación artificial de un grupo inconsistente (grupo creado para la investigación) con propósitos y objetivos muy precisos” (Gutiérrez, 2008: 21). Así, los grupos de discusión tanto en Sociología, como en Psicología Social se han considerado como una técnica clave para estudiar y captar las vivencias colectivas y el discurso del grupo, destinado a la creación y simulación de espacios de dialogo, convirtiéndose en una teatralización de expresión de ideologías sociales y producción de discursos (Ibáñez, 2010; Caballero, Vicente y Galindo, 2014).

Considerando esto, esta herramienta nos ha permitido abarcar principalmente los objetivos planteados, pudiendo profundizar en el discurso colectivo de mujeres autóctonas y migrantes, esencialmente en lo relativo a los vínculos y relaciones que se crean entre las propias mujeres migrantes y entre las mujeres migrantes y mujeres autóctonas de Bizkaia.

En esta teatralización del discurso se ha querido comprender –y a la vez describir– los tipos de apoyos prestados entre mujeres, el ámbito donde se producen, las redes y características relacionadas con dichas ayudas. Con todos estos intereses, y con el propósito de adentrarnos en las experiencias y sentimientos vividos en el proceso de

ayuda y apoyo –tanto de mujeres autóctonas, como de mujeres migrantes–, se han realizado dos grupos de discusión, uno formado por mujeres migrantes y otro por mujeres autóctonas, pudiendo así aportar dinamismo y riqueza a la investigación.

Por otro lado, también se han realizado cuatro entrevistas en profundidad individuales de carácter semiestructurado. Ruiz Olabuénaga (2012a: 165), define la entrevista en profundidad como una “técnica de obtener información, mediante una conversación profesional con una o varias personas para un estudio analítico de investigación o para contribuir en los diagnósticos o tratamientos sociales”, la cual “implica siempre un proceso de comunicación, en el transcurso del cual, ambos actores, entrevistador y entrevistado, pueden influirse mutuamente, tanto consciente como inconscientemente” (Ruiz Olabuénaga, 2012a: 165).

Teniendo en cuenta el grado de estandarización, es decir, el grado en que varía la libertad/restricción depositada en los sujetos participantes, el tipo de entrevista escogida para el presente trabajo es la semiestructurada. Esta elección se ha visto motivada por el hecho de que este tipo de entrevistas, otorga a la persona entrevistadora y a la entrevistada una amplia libertad, al mismo tiempo en que permite asegurar que se tratan todos los temas relevantes y que se recoge la información necesaria (Corbetta, 2011).

El ambiente de intimidad que las entrevistas en profundidad llegan a generar, ha permitido ahondar en las relaciones de apoyo producidas entre las mujeres que participan en asociaciones, ya sea entre las mujeres migrantes entre sí, como entre las mujeres migrantes con las autóctonas.

SELECCIÓN DE LAS PARTICIPANTES

La lógica de la investigación cualitativa remite a la comprensión en profundidad de las ideas y vivencias, lo cual permite obtener una gran riqueza en la información, para lo que generalmente, se utilizan muestras de menor tamaño que en investigaciones de carácter cuantitativo (Hesse-Biber y Leavy, 2011).

En primer lugar, para la selección de las integrantes de los grupos –tanto en el caso de las mujeres migrantes, como en el de las autóctonas– se ha establecido contacto con las asociaciones que formaban parte del censo de la pasada investigación, atendiendo a situaciones diversas con relación a los siguientes criterios: edad, país de origen, asociación a la que se pertenece y lugar de residencia (municipios grandes/pequeños).

Los grupos de discusión se celebraron en el local de la Asociación Mujeres del Mundo, en octubre del 2015. Para su conducción se utilizó un guion semi-estructurado.

En segundo lugar, para las entrevistas en profundidad, se ha realizado un muestreo de carácter intencional (Ritchie, Lewis y Elam, 2006), que permite escoger a aquellas participantes que aporten un mayor conocimiento sobre el objeto de estudio. Por tanto, con el objetivo de profundizar en las alianzas entre mujeres, se ha seleccionado a dos parejas de mujeres entre las que se da una relación de apoyo: la primera, constituida por dos mujeres migrantes; y la segunda, formada por una mujer autóctona y otra migrante. Estas mujeres se han elegido asimismo atendiendo a criterios de diversidad en edad, nacionalidad, asociación en la que participan, etc. Las entrevistas se realizaron individualmente y se llevaron a cabo durante los meses de noviembre y diciembre de 2015.

Finalmente, cabe precisar que los resultados del estudio cualitativo que presentamos carecen de pretensiones de extrapolación. Su propósito es otro y se dirige precisamente a obtener una mayor comprensión de la realidad analizada.

ANÁLISIS DE RESULTADOS

El recurso de la metodología cualitativa nos ha permitido explorar el capital social que se genera entre las mujeres migrantes y autóctonas que forman estas asociaciones, sumergiéndonos en sus relaciones, alianzas y sinergias. Para ello, se han realizado dos grupos de discusión y cuatro entrevistas en profundidad que, atendiendo a un criterio de diversidad según edad, país de origen, asociación a la que pertenecen y lugar de residencia, exploran los vínculos entre las mujeres migradas y entre mujeres autóctonas y migradas. Sus discursos permiten ahondar en las relaciones de apoyo, abordando sus tipos, sus características, su vivencia y sus consecuencias en el empoderamiento, para finalmente explorar posibles estrategias futuras que promuevan la sororidad y refuercen las alianzas entre mujeres.

El análisis de la perspectiva del grupo de mujeres migrantes ha proporcionado valiosa información sobre la positiva contribución de su pertenencia a organizaciones. En primer lugar, la información recopilada apunta al tejido asociativo como un espacio privilegiado para la generación de capital social, en el sentido de que proporciona el

sustrato para el nacimiento de las redes de confianza y solidaridad. Entre los discursos que así lo avalan, encontramos las siguientes manifestaciones:

Participar en alguna asociación te abre este... esta puerta, de... de... de... conocer otras personas migradas de otros países, también autóctonas (...) Sí, esto a mí, por ejemplo, me ha ayudado mucho, mucho, muchísimo. Muchas mujeres que... que me han aportado a mi vida mucho (...) algunas situaciones muy, muy, muy complicadas y han hecho... han estado presentes en su momento (A6³)

Cosas positivas de las personas que llegan y que, al final, se pasan las voces unas a otras y van tejiendo por lo menos una pequeña red para poder tener ellas ese espacio de poder compartir (A8⁴)

(...) ellas me trataron como igual, como una familia, como si fuéramos una familia y yo... yo... yo las siento así (A9⁵)

Ese capital social es, además, tanto de vinculación –esto es, referido a las personas de la misma nacionalidad o grupo lingüístico/étnico–, como de puente –generando conexiones también con personas autóctonas–.

Esas redes cumplen además una variedad de funciones. Contribuyen a proporcionar apoyo emocional de manera que ayudan a combatir el aislamiento social y a proporcionar soporte y cuidado. Igualmente, cumplen funciones de tipo instrumental –aprendizaje de idiomas, apoyo en la relación con las administraciones etc. – e informacional, proporcionando claves para mejorar la integración en la sociedad de acogida.

Esos diferentes tipos de apoyos se producen además de manera bidireccional, de modo que las participantes en el estudio confirman tanto haber recibido soporte por parte de otras mujeres como haberlo proporcionado. Ello reporta múltiples beneficios para las mujeres migrantes, ya que perciben que no sólo genera una sensación de bienestar, sino que contribuye a su integración y a su empoderamiento. Esto deriva en un proceso de enriquecimiento tanto individual de las propias mujeres como grupal de las organizaciones en las que participan y de la sociedad de acogida en general. Las participantes en el estudio señalan, sin embargo, la necesidad de profundizar en el fortalecimiento de dichas redes de sororidad y apoyo. Se percibe como especialmente

³Los datos de identificación que se utilizan en la investigación en relación a quién denominamos “A6” son los siguientes: mujer originaria de Marruecos, residente en Bilbao, de 38 años de edad y perteneciente a la Asociación Ahizpatasuna

⁴Los datos de identificación que se utilizan en la investigación en relación a quién denominamos “A8” son los siguientes: mujer originaria de Perú, residente en Bilbao, de 42 años de edad y perteneciente a la Asociación Estudio 14

⁵ Los datos de identificación que se utilizan en la investigación en relación a quién denominamos “A9” son los siguientes: mujer originaria de Guatemala, residente en Bilbao, de 24 años de edad y perteneciente a la Asociación Mujeres con Voz

necesario reforzar las relaciones entre mujeres migrantes y mujeres autóctonas, y para ello se reclama la existencia de recursos específicos que creen el sustrato para su fortalecimiento.

También nos hemos acercado a la perspectiva de las mujeres autóctonas que participan en estas asociaciones. Sus discursos coinciden con los de las mujeres migrantes al afirmar que asociaciones objeto de estudio son un entorno favorable para el conocimiento, el encuentro entre mujeres y el establecimiento de redes de apoyo que van de lo formal a lo informal. El apoyo prestado es emocional, instrumental e informacional. El primero es el que se vive con mayor presión y frustración. Muchas de las mujeres autóctonas que han participado en nuestro estudio reconocen contenerse emocionalmente para poder ser un buen apoyo para las mujeres migrantes, no se sienten legitimadas para la queja ni para expresar sus penas, carencias o necesidades, ya que siempre se les revelan como menores al lado de las expresadas y vividas por las mujeres migrantes. Al hilo de esta cuestión, estimamos especialmente significativa la siguiente cita:

Yo no digo que no me apetezca en muchas ocasiones tener un mayor nivel de intimidad con esas mujeres, y les contaría cómo me siento, y les contaría también situaciones que viven personas de mi familia que también han sido con la crisis muy jodidas..., y les contaría mis dificultades a veces para llegar a fin de mes..., pero no me lo permito en ese tipo de relaciones porque, claro, será por el tipo de mujeres..., las historias de esas mujeres, pero si yo en la relación que establezco con ellas de acompañamiento no estoy al cien por cien para ellas, no es que no me parezcan interesantes... bueno, son increíbles, pero ... (...) Cierro el grifo en ese momento de lo que yo necesitaría de ella, me pongo en una relación de: 'me vas a aportar, claro que me vas a aportar un montón de cosas, pero no voy a cargarte más, porque lo tuyo ya es bastante jodido sostenerlo (B3⁶)

Precisamente por esa contención emocional y por reconocerse en situaciones de privilegio en comparación con las mujeres migrantes, las mujeres autóctonas de nuestro estudio afirman que las relaciones que se establecen entre mujeres son asimétricas, no se fundamentan en el principio de la igualdad y no se atreven a calificarlas de relaciones de amistad. A pesar de esta percepción, reconocen crecer como personas gracias a las relaciones mantenidas con las mujeres migrantes. El reconocimiento de su resiliencia, fortaleza y superación les ha ayudado a valorar más lo que tienen y a replantearse algunas

⁶ Los datos de identificación que se utilizan en la investigación en relación a quién denominamos "B3" son los siguientes: mujer autóctona residente en Usansolo, de 37 años de edad y perteneciente a la Asociación Sortzen Consultoría

de sus propias prioridades. La sororidad, la empatía y la solidaridad están presentes. Los siguientes comentarios ilustran bien dichas vivencias:

No es que yo encuentre soluciones en las otras mujeres, pero sí encuentro inspiración. Y, por un lado, me siento afortunada de no haber tenido que vivir ciertas cosas muy graves, que no he tenido que enfrentar, pero claro que me inspiro en la experiencia de ellas y ellas, en la mía. Eso lo sé, porque lo contamos: ‘qué buena eres’ o ‘qué fuerte eres (B2⁷)

Ha sido no tanto de relación de ayuda, sino de construir conjuntamente cosas (...) pues, a mí me han ayudado a abrir mi mirada, mi propia realidad (...). En esas relaciones he descubierto mujeres con un montón de capacidades que me han aportado un montón, con una fortaleza que yo no tengo, con un empoderamiento que probablemente yo no tengo, porque para pasar todo ese proceso de llegar hasta aquí, es que es gente súper potente (B1⁸)

Por último, hemos querido profundizar en alianzas concretas que se producen entre mujeres. En una sociedad que tiene como horizonte la igualdad y el reconocimiento del valor de la diversidad, las alianzas entre mujeres migradas y entre mujeres migradas y autóctonas se configuran como modelos positivos de relación social que permiten visibilizar las maneras en las que se traban dichos vínculos, sus características, sus beneficios y los obstáculos que encuentra su extensión.

La primera de las historias de sororidad que hemos presentado une a dos africanas, ilustrando lo que en la Teoría del capital social se denomina “capital social de vinculación”, en tanto que establece una relación de afinidad entre personas del mismo colectivo. Se produce entre una mujer de Angola de 33 años, Albegue, y otra de Guinea Ecuatorial de 44, Yoli⁹. Ambas trabajan en el Tercer Sector y participan en la asociación “Cargadora de África”.

Su alianza representa el encuentro de dos historias de superación y de lucha ante la discriminación múltiple y los obstáculos que encuentran en la sociedad de acogida. Su sentimiento de indignación compartido desde el espacio informal de la amistad se proyecta en la acción sociopolítica, mediante la creación, junto con otras mujeres, de una agrupación de mujeres africanas. En definitiva, el apoyo mutuo y la lucha aparecen como

⁷Los datos de identificación que se utilizan en la investigación en relación a quién denominamos “B2” son los siguientes: mujer autóctona residente en Getxo, de 32 años de edad y perteneciente a la Asociación Mujeres con Voz

⁸ Los datos de identificación que se utilizan en la investigación en relación a quién denominamos “B1” son los siguientes: mujer autóctona residente en Bilbao, de 45 años de edad y perteneciente a la Asociación Mujeres del Mundo

⁹ Utilizamos los nombres ficticios de Albegue y Yoli con objeto de respetar la confidencialidad y el anonimato de nuestras informantes.

elementos vertebradores de su experiencia personal, que, como evidencia la siguiente cita, trascienden a lo colectivo:

La he conocido [a Albegue] porque nos unía el sentimiento de... rebeldía o de indignación, de que desde la sociedad vasca se hablaba de las mujeres africanas sin tenernos en cuenta. Entonces con este sentimiento nos hemos unido [se ríe] y empezamos a hacer encuentros (...) y yo y otras amigas, ¿eh?, reunimos hasta que surgió una idea de que, vamos, al final con esta amistad, con esta relación, hemos formado un grupo de mujeres (...) Las relaciones esas que empiezan en el ámbito muy, muy, muy, muy, muy privado y ya ves dónde hemos acabado, ¿eh? (...) participando en ámbitos ¿eh?, con entidades globales, con Emakunde, con asociaciones de mujeres de Andalucía, de no sé dónde, pues en la Marcha Mundial de las Mujeres, o sea, esto todo partiendo de una conversación privada, entre amigas, y al final fuimos llegando, hemos llegado, vamos, al ámbito social a lo grande, por así decirlo, ¿no? (Yoli)

Aunque la ayuda mutua entre estas dos mujeres tiene un carácter múltiple, sus narraciones destacan la importancia del apoyo emocional –la escucha, la empatía– que consideran especialmente relevante ante la separación de la sociedad de origen. Así, la experiencia migratoria compartida proporciona unas bases comunes para la construcción de una comprensión mutua. Estas son algunas de las manifestaciones de ambas:

Tener con quién hablar. Y tener a alguien que sepas que, igual, te va a entender, porque está en unas circunstancias iguales a la tuya, es una persona también aquí inmigrada que conoce los dos lados, conoce la gente autóctona y conoce la gente de fuera (Albegue)

Nos hemos ayudado en muchísimas cosas, o sea cuando la he necesitado ha estado. Cuando ella me ha necesitado he estado (Yoli)

Las vivencias positivas sobre su relación impregnan sus relatos. La relación de igual a igual y la reciprocidad en el apoyo les reportan bienestar y seguridad, y convierten su vínculo en una fuente de sensaciones satisfactorias. Todo ello se aleja de la desigualdad de poder que estas mujeres observan generalmente entre las relaciones que se establecen entre inmigrantes y autóctonas.

Los efectos positivos de la relación y la ayuda mutua entre estas dos mujeres superan el marco personal –sensación de seguridad, crecimiento personal– y diádico –consolidación de la relación– y repercuten en las relaciones que ambas establecen con otras personas, generando actitudes altruistas y ampliando su red social. Este caso resulta además paradigmático para ilustrar cómo las relaciones personales y las vivencias compartidas de discriminación pueden traducirse en la organización y la acción colectiva

de un grupo de mujeres, lo que permite hablar de empoderamiento grupal: un espacio propio que permite la reivindicación, la visibilización de la realidad de las mujeres africanas, el mantenimiento de su identidad y el redescubrimiento de sus raíces. Según sus palabras:

...el grupo que tenemos en ese sentido ha permitido consolidar quizás nuestra identidad cultural. Es verdad que yo vivo aquí, con gente de aquí, con gente de otras culturas también. Pero es verdad que también hay momentos que necesitas espacios propios de mantenimiento de tu identidad, para no olvidar de tus raíces más que nada, para no olvidar tus raíces, porque creo que ahí tenemos unas raíces que son tan ricas y tan profundas que estamos marcadas por ellas, pero que el día al día de vivir aquí nos puede hacer olvidarlas (...) Entonces, el grupo de mujeres que tenemos, nos ayuda en ese sentido, a recuperar parte de nuestras raíces que van quedando en el olvido. Y, es más, incluso a rescatar algunas historias de nuestra infancia (...) a nosotras nos ha hecho descubrir también en parte nuestra cultura porque ha habido veces que se nos ha exigido una investigación, ¿no?. Entonces esto nos ha ayudado a ahondar, a profundizar, encontramos con nuestras propias raíces e incluso hacer descubrimientos de cosas que ni nosotras mismas conocíamos (Albegue)

Sus discursos, en la línea de lo señalado anteriormente, recogen la necesidad de un acercamiento entre mujeres migrantes y autóctonas mediante la creación de espacios de encuentro desde premisas igualitarias –para evitar reproducir dinámicas de superioridad y dependencia–, en los que se produzca un contacto directo necesario para la eliminación de prejuicios y el fomento de la sororidad. Nos invitan así a “tender puentes”:

Crear espacios de ‘vámonos a la ceremonia del té de Etiopía’, o ‘vámonos a enseñaros como se... eh... cómo bañamos a los niños’, yo qué sé, por decir algo, a tal sitio, u os vamos a contar cómo cuidamos de nuestros mayores en Guinea-Conakry, por decir un país... ‘Oye, ¿nos contáis cómo va lo de los baserritarras, cómo es?’ y ‘oye, esto de la txalaparta, ¿por qué das golpes con los palos y esto? ¿Qué sonidos buscáis?’ O sea, crear como espacios... (Yoli)

La segunda de las alianzas analizadas recoge esta inquietud y se ocupa del vínculo tejido entre una mujer migrante, Lucía, y una autóctona, Maite, lo que hace referencia al concepto de “capital social de puente”, que une a mujeres de grupos sociales distantes entre sí, atravesando fronteras de identidad primaria. Sus protagonistas son una mujer

venezolana de 38 años y una mujer autóctona de 72. Ambas destacan por su participación sociopolítica en asociaciones de mujeres migrantes¹⁰.

Se trata de una relación de ayuda mutua muy profunda y natural, gestada bajo el paraguas de una asociación de mujeres. Tanto la mujer migrante como la autóctona sienten que siempre podrán contar con la otra para lo que necesiten sin necesidad de pedirlo de forma explícita. Aunque la mujer migrante cuenta que hubo un momento en el que su dependencia de la mujer autóctona fue muy fuerte (material y emocionalmente), a día de hoy las dos mujeres funcionan de forma autónoma y el punto de unión lo marca el aprecio mutuo. Así lo explica Lucía:

... ha sido una relación que en un principio estaba muy desequilibrada hacia mí, pero que, poco a poco, el tiempo la ha ido equilibrando y la ha puesto en un momento ahora muy bonito, muy bien de... de mucha autonomía, ella hace sus cosas, yo las mías y tal y cuando nos vemos y hacemos y tal, pero... hombre, de un respeto muy profundo... Y fíjate tú que, hay un sentimiento que yo ya lo he superado, que era, al principio tenía como un sentimiento de mucho agradecimiento, ¿no?, o sea, coño, porque estaba muy mal, muy mal, muy mal y hay una persona que está ahí que es como tu balsa de salvación y al final es como, eso, estás superagradecida. Pero yo ya no tengo ese sentimiento con Maite, o sea, bueno, yo tengo una gran suerte, la vida me ha dado la gran suerte de ponerme en una situación en la que yo siento que le he devuelto a la vida todo lo que me ha dado. Entonces, ya yo no tengo como esa sensación de agradecimiento, sino más tengo una sensación de amor (...) o sea, es que no se cobra (...) o sea, ya no tengo como esa sensación de 'tengo que hacer algo para agradecerte', no, ya no tengo eso

Aunque esta relación abarca múltiples procesos, existen dos que destacan especialmente, ya que funcionan a modo de fuente de ayuda bidireccional. En primer lugar, el proceso de implicación de la mujer autóctona en la crianza de la hija y el hijo de la mujer migrante, y, en segundo lugar, el proceso de implicación de la mujer migrante en la gestión y promoción de la asociación en la que la mujer autóctona ya participaba activamente desde hacía tiempo.

En el primer proceso hallamos que, por un lado, la mujer autóctona resulta beneficiada en la medida que obtiene la oportunidad de disfrutar de la experiencia de la crianza gozando de madurez y tiempo para ello, que es precisamente lo que explica que le faltó en la crianza de su hija; y también al desarrollar su capacidad de expresión emocional, no solo en relación a las criaturas, sino en el marco de sus relaciones afectivas

¹⁰Utilizamos los nombres ficticios de Lucía y Maite con objeto de respetar la confidencialidad y el anonimato de nuestras informantes

en general. Por otro lado, a la mujer migrante este proceso le aporta apoyo práctico y material para sostener su prole y a sí misma, así como apoyo emocional para sobreponerse a la sensación de soledad e inseguridad que implica tener que hacerse cargo de dos criaturas y salir adelante, sin contar con red familiar ni de amistades, cuando acaba de romper con una relación de pareja abusiva que mantenía con el padre de las criaturas. Recogemos algunas de sus manifestaciones al respecto:

...en los momentos en los que yo necesité mucha ayuda, porque hubo un momento en mi vida personal que fue súper duro, o sea, Maite estaba allí, tuvo una capacidad de estar sin que se le pidiera, haciendo cosas que, o sea, que hace tu madre, que tú, o sea, que no las tienes que pedir, que sabes que esa persona sabe que hace en falta, que yo sabía que me hacían en falta. Ella tenía esa capacidad para estar ahí (...) Y de verdad yo sí que creo que los niños son una parte que a ella le ha venido bien. Pues toda la infancia, chiquitiniña de mis hijos, o sea ella es la que los ha sacado adelante prácticamente, porque yo siempre he tenido que trabajar, no sé qué. Ella ha ido a mi casa temporadas enteras a hacer de abuela (...) ella no había tenido la oportunidad con su hija de ejercer la maternidad pues porque estaba en la lucha. Cuando uno está en la lucha, uno no puede ser madre. (...) yo creo que en ese sentido a ella le ha venido bien lo de los niños. No sé, y la querencia... yo creo que nosotros también queremos diferente, queremos más “apachurrungado”, así de abracitos y de besitos (Lucía)

He hecho yo la opción, entonces es como una oportunidad de que me dan, para también cubrir ese aspecto [emocional], ¿no? (...) Madurar también, desarrollar en ese aspecto, [la crianza] con más tranquilidad, con menos prisas para todo y eso... (...) eso a mí todo me ha venido muy bien, porque además yo lo buscaba y lo quiera corregir (...) me ha abierto ese aspecto más de expresar mis manifestaciones afectivas, que son unas cosas, que yo no hacía (Maite)

En cuanto al segundo proceso, la mujer autóctona se beneficia de su alianza con la mujer migrante en tanto en cuanto consigue un notable apoyo práctico en la gestión de la asociación a la que pertenece. Así mismo, la mujer migrante sale reforzada de esta relación en la medida en que tiene la oportunidad de retomar en el espacio asociativo el desarrollo de aptitudes y capacidades vinculadas a todo su bagaje formativo, que tras su proceso migratorio se vio obligada a dejar de lado. Su participación en este ámbito le permite también ampliar su red de relaciones y contactos tanto informales como vinculados a proyectos e iniciativas de corte profesional. Maite y Lucía lo relatan de este modo:

...una mujer muy activa, muy capaz, muy... me impresionó, sí (...) Me ha venido muy bien... bueno, primero porque es una mujer que... planifica, que tal, que tiene una visión más amplia y así, eso siempre ha venido bien. Cuando estaba aquí, ella de presidenta, por ejemplo, el tiempo que estuvo

aquí, pues... también sabía planificar muy bien, organizar (...) yo aprendía del avance de ella y así, ¿no? Entonces, pues, esa cosa de... de sentirme también legitimada, ¿no?, de que me aceptaba muy bien. Había aquí un trabajo como en equipo muy bonito de cara a la asociación. Eso era muy interesante, te refuerza mucho lo que estás haciendo (Maite)

Me ha aportado mucho (...) de hacer relaciones, de conocer a gente fuera del marco de la asociación; de conocer a gente, gente que está metida por aquí, por aquí en otros sitios, o cuando yo necesitaba apoyo (...) me venía bien porque estaba metida como en el ajo. De hecho, después de allí, mi primer trabajo fue como técnica de oficio... (Lucía)

De la mano de las mujeres de la primera alianza hemos transitado el camino que lleva de lo informal –de la amistad o encuentros privados– a lo formal –la creación de un grupo de mujeres africanas que desempeñan colectivamente una acción sociopolítica–, mientras las protagonistas de la segunda nos acompañan en el recorrido inverso y nos muestran cómo la participación en una asociación de mujeres constituye un espacio especialmente propicio para la creación de historias de sororidad, como destacaban también las voces de las mujeres de los grupos de discusión.

CONCLUSIONES

Los resultados de esta investigación apuntan a la importancia del capital social y del apoyo mutuo generado a través las asociaciones en la promoción del bienestar, el empoderamiento y la resiliencia. Todo ello convierte a las asociaciones en enclaves estratégicos a apoyar desde las administraciones públicas, dado que las interacciones que albergan pueden tener un efecto muy positivo en la lucha contra las desigualdades múltiples y en la mejora de la convivencia social.

En la misma línea argumental, resultaría deseable reforzar el apoyo institucional a la creación y sostenimiento de iniciativas y espacios interculturales que permitan el conocimiento y enriquecimiento mutuo. En una sociedad que hasta hace pocas décadas ha sido en gran medida monocromática, la población autóctona tiene la oportunidad de enriquecerse de nuevos valores y formas de ver el mundo que nacen del conocimiento de otras realidades que nos acercan las personas migrantes.

Por otra parte, las alianzas y el reconocimiento mutuo entre mujeres se perfilan como estrategias personales y políticas en la lucha contra las desigualdades de género,

étnicas, socioeconómicas, etc. y en la construcción de una sociedad capaz de visibilizar y aprovechar los talentos y las aportaciones de las diversas mujeres que viven en la CAPV.

En definitiva, estas experiencias de apoyo a las que nos hemos acercado, nos ayudan a comprender y valorar el poder de las redes de mujeres y la ayuda mutua en los procesos vitales y en la acción sociopolítica. Sus biografías construyen nuestra historia colectiva y sus ejemplos resultan especialmente inspiradores en una Europa que, una y otra vez, parece empeñarse en olvidar su pasado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Álvarez de los Mozos, F. (2013). *Capital Social de las Asociaciones de Inmigrantes. Asociaciones bolivianas, colombianas, ecuatorianas y peruanas en Barcelona, Bilbao, Madrid y Valencia*. Bilbao: Universidad de Deusto.

Barrón López de Roda, A., & Sánchez Moreno, E. (2001). Estructura social, apoyo social y salud mental. *Psicotherma*, 13(1), 17-23.

Buendía, J. (2010). *El impacto psicológico del desempleo*. Murcia: Universidad de Murcia.

Cohen, S., & Wills, T. (1985). Stress, social support, and the buffering hypothesis. *Psychological Bulletin*, 98(2), 310-357.

Cohen, S., Gottlieb, B., & Underwood, L. G. (2000). Social Relationships and Health. En S. Cohen, L. G. Underwood, & B. Gottlieb, *Social Support Measurement and Intervention. A guide for health and social scientists* (págs. 3-29). United States of America: Oxford University Press.

Corbetta, P. (2011). *Social Research: Theory, Methods and Techniques*. Wiltshire (Great Britain): Sage Publications.

Dunst, C., & Trivette, C. (1990). Assessment of social support in early intervention

programs. En S. Meisels, & J. Shonkoff, *Handbook of Early Childhood Intervention* (págs. 326-349). New York: Cambridge University Press.

Equipo del Observatorio del Tercer Sector de Bizkaia. (2014a). *Definición operativa del Tercer Sector Social. Resultado de la reflexión con las redes en el marco del Libro Blanco del Tercer Sector Social de Euskadi*.

Equipo del Observatorio del Tercer Sector de Bizkaia. (2014b). *Acercamiento a la definición del Tercer Sector Social. Documento para la reflexión en el marco del Libro Blanco del Tercer Sector Social de Euskadi*.

Estrada Pineda, C. (2009). *Apoyo social y colectivos vulnerables: una herramienta para la intervención contra la violencia de género*. Universidad de Oviedo.

Fielden, S., & Davidson, M. (1998). Social support during unemployment: are women managers getting a fair deal? *Women in Management Review*, 13(7), 264-273.

Galindo Pérez de Azpillaga, L. (2010). *Capital social en zonas de contacto urbano rurales: la vega media de Sevilla*. España: Diputación de Sevilla.

Galván, J., Romero, M., Rodríguez, E., Durand, A., Colmenares, E., & Saldivar, G. (2006). La importancia del apoyo social para el bienestar físico y mental de las mujeres reclusas. *Salud Mental*, 29(3), 68-74.

Hegelson, V., & Lopez, L. (2010). Social Support and Growth Following Adversity. En J. Reich, A. Zautra, & J. Hall, *Handbook of Adult Resilience* (págs. 309-330). London: The Guildford press.

Hesse-Biber, S., & Leavy, P. (2011). *The Practice of Qualitative Research*. United States of America: Sage Publications.

Huete García, M. (2011). Los inmigrantes ante las redes de apoyo. Estudio de caso en

Sevilla. *Ánduli*(10), 47-68.

Ibañez, J. (2010). Como se evalúa una investigación mediante grupos de discusión. En M. García, J. Ibañez, & F. Alvira, *El análisis de la realidad social. Métodos y técnicas de investigación*. (págs. 283-298). Madrid: Alianza. Ciencias Sociales.

Lakey, B., & Cohen, S. (2000). Social Support Theory and Measurement. En S. Cohen, L. G. Underwood, & B. H. Gottlieb, *Social Support Measurement and Intervention. A guide for health and social scientists* (págs. 29-52). United States of America: Oxford University Press.

Martínez de Ibarreta Zorita, C., Redondo Palomo, R., & Rúa Vieytes, A. (2011). Impacto de las redes sociales de apoyo sobre la vulnerabilidad de los inmigrantes. Un análisis del caso español. *Migraciones*(29), 61-94.

Martínez García, M., García Ramírez, M., & Maya Jariego, I. (2001). Una tipología analítica de las redes de apoyo social en inmigrantes africanos en Andalucía. *REIS*, 99 125.

Matud, P., Carballeira, M., López, M., Marrero, R., & Ibañez, I. (2002). Apoyo social y salud: un análisis de género. *Salud Mental*, 25(2), 32-37.

Maulik, P., Eaton, W., & Bradshaw, C. (2010). The effect of social networks and social support on common mental disorders following specific life events. *Acta Psychiatrica Scandinavica*(122), 118-128.

Maya Jariego, I., Martínez García, M., & García Ramírez, M. (1999). Cadenas migratorias y redes de apoyo social de las mujeres peruanas en Sevilla. *Revista de Cultura Tradicional de Andalucía*(29), 87-105.

Molyneux, M. (2008). La política de desarrollo y la dimensión de género del capital social. *Papeles*(101), 63-79.

Pierce, G., Sarason, B., Sarason, I., Joseph, H., & Henderson, C. (1996). Conceptualizing and Assessing Social Support in the Context of the Family. En G. Pierce, B. Sarason, & I. Sarason, *Handbook of Social Support and the Family* (págs. 3-25). New York: Plenum Press.

Pinzón Estrada, C., & Aponte Valverde, M. (2013). Ausencia de capital social y vulnerabilidad de mujeres jefas del hogar. *La manzana de la discordia*, 8(2), 109-115.

Requena Santos, F. (2011). La importancia de las redes de apoyo. En F. Requena Santos, *Las redes de apoyo social* (págs. 17-29). Cicur Menor: Thompson Reuters.

Ritchie, J., Lewis, J., & Elam, G. (2006). Designing and selecting samples. En J. Ritchie, & J. Lewis, *Qualitative research practice* (págs. 77-108). London: Sage.

Ruiz Olabuénaga, J. (2012a). *Metodología de la investigación cualitativa*. Bilbao: Publicaciones de la Universidad de Deusto.

Ruiz Olabuénaga, J. (2012b). *Teoría y práctica de la investigación cualitativa*. Bilbao: Universidad de Deusto.

Silvestre, M. R. (2016). Asociacionismo, capital social y apoyo mutuo en las mujeres migrantes. Una aproximación cualitativa. *5º Congreso Ibero-Americano de Investigación cualitativa*. Porto -Portugal.

Zubero, I. (2010). *Herritarren konfiantza eta giza kapitala gizarte kulturantzaz*. Zarautz: Ikuspegi. Inmigratioaren Euskal Behatokia.

POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA EM PORTUGAL: ARTICULAR PERSPETIVAS DE ENVOLVIMENTO E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Paula Ochôa¹

Paulo J. S. Barata²

Rosa Galvão³

Vera Batalha⁴

Leonor Gaspar Pinto⁵

Resumo

A propósito das atuais tendências de maior envolvimento do cidadão nas políticas públicas, apresentam-se exemplos de articulação com estratégias metodológicas de cariz qualitativo, com especial realce para um estudo realizado em 2015, que envolveu 28 organismos da Administração Pública Portuguesa. Tendo como objetivos contribuir para a construção de uma política nacional de informação que integre o papel e a estratégia das Bibliotecas da Administração Central do Estado, o estudo está focalizado na colaboração estratégica, ouvindo e consultando as várias partes interessadas. O projeto teve duas fases de desenvolvimento, com a criação de um Grupo de Trabalho Informal de especialistas de Informação e Documentação, a quem coube a reflexão estratégica a discutir com quatro grupos de *stakeholders* em *workshops* de futuro, seguida da análise dos seus posicionamentos e da avaliação da participação

Palavras-chave: Modernização administrativa: Investigação-Ação: Estudos do futuro: Análise de *stakeholders*

ADMINISTRATIVE MODERNIZATION POLICIES IN PORTUGAL:
JOINT INVOLVEMENT PROSPECTS AND METHODOLOGICAL
STRATEGIES

¹Centro de História d'Aquém e d'Além Mar (CHAM), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa; Universidade dos Açores, poc.paula@gmail.com.

² Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), paulobarata2009@gmail.com

³Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS), Universidade de Évora, rgalvão@bnportugal.pt

⁴ Direção-Geral de Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), vera.batalha@ina.pt

⁵ CHAM, lgpinto@sapo.pt

Abstract

This paper, aligned with the current trends of citizen involvement in public policies, presents examples of cooperation with qualitative methodological strategies, with particular emphasis on a study conducted in 2015, involving 28 stakeholders of the Portuguese Public Administration. With the goal to contribute to the construction of a national information policy that integrates the role and strategy of the Libraries of the State's Central Administration, the study is focused on strategic collaboration, listening and consulting the various stakeholders. The project had two development stages: the creation of an Information and Documentation specialists Informal Working Group in charge of strategic thinking and its discussion with four groups of stakeholders in future workshops, followed by the positioning analysis and participation evaluation.

Keywords: Administrative modernization: Future Studies: Action research: Stakeholders analysis

INTRODUÇÃO

As atuais políticas de Modernização Administrativa em Portugal incidem sobre o envolvimento do cidadão na causa pública, pretendendo-se que a melhoria do funcionamento dos serviços públicos integre novos temas de investigação, debate, conceção e experimentação. A sua racionalização passa necessariamente pela articulação com as políticas para o desenvolvimento da sociedade da informação e, dentre estas, as que promovem a literacia informacional⁶ e as competências digitais⁷, e o acesso à

⁶ De acordo com a visão da UNESCO, deve ser usado um conceito holístico e agrupador de vários tipos de literacia: literacia mediática – que se reporta à compreensão e utilização dos meios de comunicação; literacia de informação – relativa à capacidade para reconhecer, identificar e localizar com eficácia a informação de que se necessita; e literacia digital – entendida como a capacidade para usar tecnologias digitais, ferramentas de comunicação ou servidores para recuperar, aceder e usar a informação – a literacia da informação e dos *media* (*Media and information literacy*). Neste âmbito, Del Moral e Villalustre (2013) consideram três critérios essenciais para os cidadãos: os efeitos, uso e participação, literacia mediática e informacional.

⁷ Segundo a OCDE (2013) trata-se da capacidade de usar tecnologia para resolver problemas e realizar tarefas complexas. Não é uma avaliação dos conhecimentos em matéria de informática, mas sim das capacidades cognitivas exigidas numa época em que a informação é fundamental – uma época em que a acessibilidade de informações sem limites exige que as pessoas sejam capazes de decidir que informação lhe é necessária, de a avaliar sob um prisma crítico e de a utilizar para resolver problemas. Para a União Europeia, o Quadro Europeu Comum de Referência para a Competência Digital (2013) constitui a base de uma estratégia a desenvolver em cada Estado-membro. São contempladas cinco áreas de competência e três níveis de proficiência (utilizador básico, utilizador independente e utilizador avançado): 1. Informação: identificar, localizar, recuperar, armazenar, organizar e analisar a informação digital, avaliando a sua finalidade e relevância; 2. Comunicação: comunicar em ambientes digitais, partilhar recursos através de ferramentas *online*, conectar e colaborar com outros através de ferramentas digitais, interagir e participar em comunidades e redes; consciência intercultural; 3. Criação de conteúdo: criar e editar conteúdos novos (textos, imagens, vídeos...), integrar e reelaborar conhecimentos e conteúdos prévios; criar produções

informação do cidadão, estimulando as relações entre diversas infraestruturas técnicas e científicas e a Administração Pública. Estimula também a utilização de metodologias participativas como a investigação-ação, ideais para a coprodução de conhecimento relevante baseado em problemas reais, onde o envolvimento e a integração do conhecimento tácito dos cidadãos em conjunto com o dos investigadores pode resultar em aprendizagem conjunta, em visões e soluções mais sustentáveis e apoiadas pela comunidade.

Pelas noções de transitoriedade e mudança que se encontram associadas a esta fase de maior aproximação ao cidadão, pretende-se neste artigo identificar algumas perspectivas de envolvimento⁸ desenvolvidas nos últimos anos e divulgar algumas opções metodológicas, em particular as que apontam para a confluência da investigação-ação, dos estudos do futuro e da análise do posicionamento de *stakeholders*, nomeadamente através da apresentação da experiência desenvolvida no terreno com 28 organismos públicos portugueses. A análise desta experiência tem por base o trabalho desenvolvido no âmbito das metodologias qualitativas, divulgado em julho deste ano, no 5.º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, que decorreu no Porto (Ochôa, P. *et al.*, 2016).

PERSPETIVAS E ESTRATÉGIAS DE ENVOLVIMENTO

Uma prática de envolvimento de *stakeholders* com sucesso tem sido a auscultação sistemática dos cidadãos no âmbito do Programa de Simplificação Administrativa *Simplex*⁹. Existente desde 2007, caracterizou-se, em 2016, por alargar as metodologias de auscultação a debates descentralizados e dinamizados pela Secretaria de Estado, visando a recolha de perceções e contributos diretamente na comunidade.

artísticas, conteúdos multimédia e utilizar linguagens de programação; saber aplicar os direitos de propriedade intelectual e licenças de reprodução; 4. Segurança: proteção pessoal e de equipamentos, proteção de dados e da identidade digital, medidas de segurança, proteção da saúde e do meio ambiente; 5. Resolução de problemas: identificar necessidades e recursos digitais, tomar decisões informadas a respeito de que ferramentas digitais são mais apropriadas de acordo com o propósito ou necessidade, resolver problemas conceptuais através de meios digitais, usar criativamente as tecnologias, resolver problemas técnicos, atualizar as próprias competências e as dos outros.

⁸ As estratégias de envolvimento acompanham de perto as de *empowerment*, todavia estas não serão abordadas neste artigo. São contempladas as modalidades de informação, consulta, cooperação e colaboração.

⁹Vd. <<https://www.simplex.gov.pt/>>.

Uma outra iniciativa recentemente criada foi o Labx¹⁰ – Laboratório de Experimentação da Administração Pública, espaço de cidadania ativa, que reúne pessoas com diferentes conhecimentos e diferentes graus de especialização para desenvolver projetos conjuntos, utilizando bases metodológicas consagradas.

Ao nível das estratégias centradas no cidadão, um dos exemplos mais significativos para o desenvolvimento de competências e para incentivar a melhoria da interface entre os serviços *online* e os cidadãos (acessibilidade e usabilidade) encontra-se na estratégia nacional para a Inclusão e Literacia Digitais¹¹ (2015-2020), desenvolvida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, a quem cabe a responsabilidade pelas políticas públicas na área da Sociedade da Informação em Portugal, em torno de três linhas operacionais, articuláveis entre si:

- (1) a definição e aplicação dum quadro referencial para as competências digitais;
- (2) a implementação de uma rede à escala nacional que possa mobilizar a infraestrutura e os recursos necessários para a intervenção proposta;
- (3) a compilação e disponibilização de uma ampla oferta de recursos destinados à formação das competências digitais.

A Estruturação de uma Rede *multistakeholder*, aberta à participação de todos os setores da sociedade, para a Inclusão e Literacia Digitais integra cinco perfis de atuação:

- i) o Facilitador Digital, que poderá ser pessoa coletiva (facilitador institucional) ou pessoa singular (facilitador individual);
- ii) o Produtor de Material Formativo;
- iii) o Divulgador da Rede;
- iv) o Detentor de Serviços *Online*;
- v) o Mecenaz da Rede.

Os recursos deverão abranger um amplo leque de opções e modelos de utilização, tanto para apoiar ações de familiarização e sensibilização, como para serem utilizados em formação contínua e presencial, ou mesmo em autoformação numa lógica de livre

¹⁰Vd. <<https://labx.gov.pt/>>.

¹¹Em 2006, a Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida (2006/962/CE) reconhecia a importância da Competência Digital ao considerá-la entre as oito competências essenciais aos indivíduos na sociedade do conhecimento. Em 2010, a Comissão Europeia, ao considerar a literacia, as competências e a inclusão digitais, uma das sete áreas prioritárias da Agenda Digital para a Europa, reafirmou a relevância que é atribuída a esta competência.

utilização, obedecendo a elevados índices de acessibilidade e usabilidade de modo a proporcionar o acesso a todos.

Ganha assim maior destaque o debate sobre o importante papel de outras duas áreas estratégicas: o desenvolvimento da política nacional de informação e o papel que nela pode ter o funcionamento do sistema biblioteconómico nacional, nomeadamente, as bibliotecas da Administração Central do Estado¹².

Por informação da Administração Pública entende-se toda a informação produzida, recolhida e/ou difundida pela Administração Pública no exercício da sua atividade.

Atenta a complexidade orgânica, as interseções que estabelece, os processos que gera, e as partes envolvidas (*stakeholders*) – cidadãos, empresas, decisores políticos, a própria Administração – a informação da Administração Pública exige uma abordagem sistémica, holística e dinâmica.

Relativamente às partes interessadas, Correia (2005) filia-as em dois eixos: cidadãos e empresas, no eixo individual ou privado; decisores políticos e Administração, no eixo coletivo ou público.

Na caracterização que faz da informação da Administração Pública distingue ainda vários subsistemas:

1. Subsistema de informação cidadania – englobando a informação que permite que os cidadãos se tornem membros de pleno direito da sociedade e exerçam os seus direitos cívicos, políticos e sociais. Permite igualmente que as empresas se tornem membros mais competentes da comunidade, que os decisores políticos entendam melhor os papéis e as necessidades dos indivíduos e das organizações, que a Administração a faculte.

¹² Este contexto de mudança suscita diversas interrogações: Que estatuto e papel devem as bibliotecas desempenhar no século XXI? Como devem abraçar o desafio colocado por estas novas tecnologias? Quais são as expectativas da população servida em relação a estes repositórios de conhecimento? Mas, talvez a interrogação mais importante seja: Que mudanças terão de ocorrer nos recursos, estruturas e competências das bibliotecas para que, no futuro, continuem a servir adequadamente o «bem comum»? (Demers *et al.*, 2014). Anglada num texto recente (2014: 608) sintetiza uma outra perspetiva de envolvimento com o cidadão: «But, are libraries really important to people? And how about the professionals who work in and out of them? Yes, we represent a unique point of view regarding information. We are not interested in the results (to get information), but in the process (to help people to find and use it). We do not want just any information (the most used) or only some users (those who can best use it): a library (the organization, not the building) seeks to collect and preserve all information for all and forever (Gorman 2007). The library is closer to the people than to the document, because it seeks to put information at the service of people by providing tools and skills to be citizens (not lackeys) in a world where access to and use of information can be key elements of success or social exclusion».

2.Subsistema de informação económico e social – englobando a informação que permite que as empresas gerem riqueza e se tornem competitivas. Permite igualmente que os cidadãos efetuem as suas obrigações contributivas e fiscais, que os decisores políticos elaborem as políticas de desenvolvimento económico e social, que a Administração faculte a informação e os serviços necessários para que as empresas e os cidadãos possam gerar riqueza e suprir as respetivas obrigações contributivas e fiscais.

3.Subsistema de informação política – englobando a informação que permite aos decisores políticos obter uma visão holística e articulada das políticas. Permite igualmente aos cidadãos e às empresas compreender o quadro político e os seus efeitos na atividade das empresas e dos cidadãos, e à Administração implementar as políticas de forma eficiente e eficaz

4.Subsistema de informação administrativa – englobando a informação que permite à Administração cumprir seu papel de apoio ao funcionamento do Estado e da sociedade. Permite igualmente que cidadãos e empresas possam suprir as suas obrigações administrativas, e que os decisores políticos compreendam a natureza da relação entre cidadãos e empresas e do Estado.

Além da sistematização que proporciona, evidenciando as inter-relações entre os diferentes subsistemas e partes interessadas, este modelo teórico permite-nos perceber a lógica sistémica e de coprodução inerente à informação da Administração. Todos desempenham a sua função contributiva, complementar mas não mutuamente exclusiva.

O envolvimento dos cidadãos na coisa pública é um elemento essencial da boa governança, contribui para a construção da confiança pública no Estado, fortalece a cidadania e eleva a qualidade da democracia. Esse envolvimento concretiza-se em três níveis: o do acesso, em que o cidadão acede à informação, o da opinião, em que o cidadão é consultado, e o da participação, em que o cidadão intervém e se torna parceiro. O nível do acesso à informação é um pré-requisito, a relação é unívoca e passiva: os cidadãos conhecem, compreendem e exercem os seus direitos; o da opinião configura uma relação biunívoca e semi-ativa: os cidadãos são consultados e expressam os seus pontos de vista; o da participação consubstancia já uma relação biunívoca e ativa: os cidadãos são envolvidos na definição e formulação de políticas, embora cabendo ao Governo a sua execução.

À luz do que referimos, constata-se que, em Portugal, apesar de algumas iniciativas pontuais como os orçamentos participativos em algumas autarquias, estamos ainda demasiado centrados na concretização plena do primeiro nível, como o demonstram a consagração no ordenamento jurídico do princípio da Administração Aberta, o direito de acesso à informação da Administração e as políticas de governo aberto. Uma das áreas estratégicas a consolidar diz, por isso, respeito ao modelo de gestão dos serviços de informação da AP visando um pleno funcionamento do governo aberto.

O CONTEXTO DAS BIBLIOTECAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO ESTADO

Para a IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions, as bibliotecas estatais correspondem a um tipo de biblioteca cuja principal característica é ter sido criada e financiada pelo Estado para atender às suas próprias necessidades. Embora tenham como público-alvo primário o Estado e os seus agentes, o público efetivamente servido pelas bibliotecas estatais pode ser mais vasto, abrangendo investigadores e outros especialistas, e, nalguns casos, o público em geral. Este tipo de biblioteca tem por missão contribuir e apoiar a prossecução dos objetivos e funções das organizações em que se enquadram, designadamente em termos de formulação de programas e políticas, regulação e ações administrativas, bem como funções de aconselhamento e programas de investigação (Bolt; Burge, 2008).

Bolt e Burge (2008) agregam as bibliotecas estatais em vários subtipos, agrupados em torno dos três poderes do Estado: legislativo, executivo e judicial.

Adaptando o esquema destes autores à realidade portuguesa, consideramos operativo, sem dispensar um aprofundamento subsequente, o seguinte agrupamento:

- Bibliotecas de organismos da Administração Central do Estado, de órgãos de soberania ou com elevado estatuto de independência
- Bibliotecas das Secretarias-Gerais
- Bibliotecas de organismos da Administração Central do Estado
- Biblioteca da Assembleia da República
- Biblioteca da Procuradoria-Geral da República
- Biblioteca do Tribunal de Contas

- Bibliotecas de outros órgãos de soberania ou com elevado estatuto de independência
- Bibliotecas de ensino superior
- Bibliotecas escolares
- Biblioteca Nacional (este subtipo compreende apenas a Biblioteca Nacional de Portugal – que procede à recolha, tratamento e conservação do património documental português, em língua portuguesa e sobre Portugal, assegura o estudo, divulgação e condições para a sua fruição e garante a classificação e inventariação do património bibliográfico nacional – ainda que nalguns países possa incluir bibliotecas temáticas de âmbito nacional; em Portugal, apesar de já existirem designações como Biblioteca Nacional do Desporto, essas bibliotecas enquadram-se nas bibliotecas de organismos da Administração Central do Estado).
- Bibliotecas municipais (comumente designadas por Bibliotecas públicas)

Em Portugal, as Bibliotecas de organismos da Administração Central do Estado, de órgãos de soberania ou com elevado estatuto de independência, que denominámos, por facilidade de designação, Bibliotecas da Administração Central do Estado (BACE) têm também surgido associadas a expressões como Centro de Documentação, Centro de Informação e Documentação, Centro de Recursos (em Conhecimento), além de Biblioteca (Especializada).

As BACE apresentam como características:

- Serem criadas, financiadas e estarem integradas em órgãos de soberania ou com elevado estatuto de independência e em organismos da Administração Pública de nível central;
- O seu público-alvo primário ser, em termos gerais, os organismos públicos, e, em concreto, o organismo em que estão inseridas, mas em que o público efetivamente servido é, em regra, mais vasto, incluindo todos quantos investigam e/ou se interessam pela respetiva área de especialização;
- Terem por missão contribuir e apoiar a prossecução dos objetivos e funções dos órgãos e organismos em que se enquadram;
- Serem unidades de informação especializadas na temática inerente às funções do organismo ou órgão que as tutela;

- Serem unidades de informação em que as publicações periódicas e a renovação das coleções são fatores (ainda mais) críticos;
- Serem unidades de informação em que as fontes de informação digitais são cruciais;
- Serem unidades de informação que, por trabalharem para públicos mais restritos, valorizam mais a prestação de serviços «à medida».

De igual modo, a análise do atual enquadramento institucional feita no último relatório realizado sobre o tema (GIBACE, 2015) permite sistematizar os pontos fracos das políticas existentes:

- A não existência de uma política global de informação do Estado, com reflexos na gestão dos serviços ao cidadão;
- A não existência de uma política global para a área das bibliotecas, com repercussões no funcionamento de todos os tipos de bibliotecas (escolares, públicas, do Ensino Superior, especializadas);

São, assim, necessários contributos de vários agentes da sociedade para repensar o funcionamento e operacionalização das políticas públicas. É nessa linha de investigação-ação que se enquadra o projeto que iremos apresentar.

O ESTUDO

No seguimento de outras iniciativas de reflexão e informação sobre a Administração Pública, a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) decidiu constituir, em março de 2015, um Grupo de Trabalho Informal (GTI) para desenvolver um documento de orientação estratégica e uma metodologia de investigação-ação para o setor das Bibliotecas da Administração Central do Estado, visando (GIBACE, 2015):

- Contribuir para a construção de uma política nacional de informação que integre o papel e a estratégia das Bibliotecas da Administração Central do Estado.
- Promover o reconhecimento das práticas de gestão de informação necessárias na Administração Pública.

- Incentivar o debate sobre o valor e o impacto destas bibliotecas, focalizado na cooperação ecolaboração estratégica, ouvindo e consultando as várias partes interessadas.

O GTI integrou cinco elementos, provindos de universidades e do setor público, com reconhecida experiência e contributos para o setor. Dentro do espaço de possibilidades teóricas que se abrem às estratégias de envolvimento de *stakeholders*¹³, foi considerada a preferência por processos de participação que encorajam o desenvolvimento de medidas e orientações em políticas públicas. Assim, o projeto foi planeado e desenvolvido em três ciclos de investigação-ação:

1. Ciclo de reflexão estratégica a cargo de especialistas;
2. Ciclo de auscultação dos *stakeholders* através de *workshops de futuro* e análise do mapeamento dos *stakeholders* com apresentação de recomendações ao INA;
3. Ciclo de avaliação de resultados da participação e envolvimento.

Os dois ciclos iniciais terminaram em outubro de 2015, estando prevista a concretização do terceiro ciclo em dezembro 2016.

METODOLOGIA

Primeiro ciclo do projeto de investigação-ação – reflexão estratégica a cargo de especialistas

A reflexão foi realizada em torno de três eixos selecionados com base na sua centralidade para o interesse público, para os debates teóricos nas principais disciplinas

¹³ Morra Imas e Rist (2009) sugerem a existência de dois objetivos para as abordagens participativas: a participação como produto, na qual o ato de participar é um objetivo e simultaneamente um indicador de sucesso e a participação como um processo através do qual se alcança um objetivo. Para Cullen, Coryn e Rugh (2011) o conceito de avaliação da participação não é ainda consensual, podendo envolver qualquer tipo de consulta ou interação com os *stakeholders*, até ao envolvimento destes em todas as fases do processo. Os autores são defensores de uma abordagem tridimensional em que a primeira dimensão «directly addresses who holds technical control of the decision-making process (i.e., the evaluator, stakeholders, or some combination thereof). The second dimension describes the extent of stakeholder participation from consultation to extensive participation. The third dimension [...] has been decomposed into what are considered the most important, discrete facets related to the primary activities necessary to execute most evaluations (i.e., evaluation design, data collection, data analysis, developing recommendations reporting of findings, and dissemination)» (p. 347) Uma pergunta determinante a não esquecer por todos os que se interessam por esta abordagem é a que questiona a razão para a inclusão dos *stakeholders*: «Are stakeholders included as more than a data source?» (p. 357).

em Ciência da Informação; para a sua relevância para a profissão de Informação-Documentação e a importância para a sua sustentabilidade.

- Eixo 1 – Gestão dos serviços de informação
- Eixo 2 – Gestão dos recursos de informação
- Eixo 3 – Gestão da transição bibliográfica

Para a sua escolha foram ainda considerados os recentes contributos de outras metodologias de análise sobre estratégias a desenvolver em Portugal, nomeadamente o projeto *Desenvolvimento de uma estratégia de competências eficaz para Portugal*, lançado em 2014, para traçar um quadro geral descritivo dos desafios que Portugal enfrenta em matéria de competências (OCDE, 2015), o relatório *Repensar o futuro da sociedade da informação* (13.^a edição, APDSI, 2014), o relatório *Um futuro para a saúde* (Fundação Calouste Gulbenkian, 2014), o relatório *Contributos para a reforma do Estado: uma visão da sociedade da informação* (APDSI, 2015), bem como o Fórum Internacional *O lugar da cultura* (Lisboa, 15-17 de abril de 2015), onde se discutiu, entre outras questões, se a Cultura não será o detalhe periférico e secundarizado que nos faz reconsiderar todo o sistema. A necessidade do desenvolvimento de uma visão simultaneamente sistémica e estratégica é consensual também entre muitos investigadores da área das bibliotecas e é nesta linha de análise que esta investigação-ação foi enquadrada.

A nível internacional foi considerada a iniciativa da Comissão Europeia realizada em 2015 de pensar a mudança nos Centros de Documentação Europeia, redefinindo a sua missão e reforçando o papel de educação e comunicação das políticas europeias junto dos cidadãos, bem como vários relatórios prospetivos, nomeadamente:

- *The future now: Canada's libraries, archives, and public memory* (Royal Society of Canada, 2014).
- *Preparing the workforce for the digital curation* (Committee on Future Career Opportunities and Educational Requirements for Digital Curation, 2015).
- *Prospectiva 2020: las diez áreas que más van cambiar en nuestras bibliotecas en los próximos años* (Consejo de Cooperación Bibliotecaria. Grupo Estratégico para el Estudio de Prospectiva sobre la Biblioteca en el Nuevo Entorno Informacional y Social, 2014).

O GTI levantou as principais questões, os pontos-chave, os conceitos e as recomendações, abrindo caminhos para outras análises mais completas da realidade presente e dos caminhos a percorrer no futuro. De acordo com Ochôa *et al.* (2016), o modelo de reflexão (*vide* Fig. 1), constituiu-se como unificador das várias perspectivas dos elementos do GTI e a base de reflexão da fase seguinte do projeto.

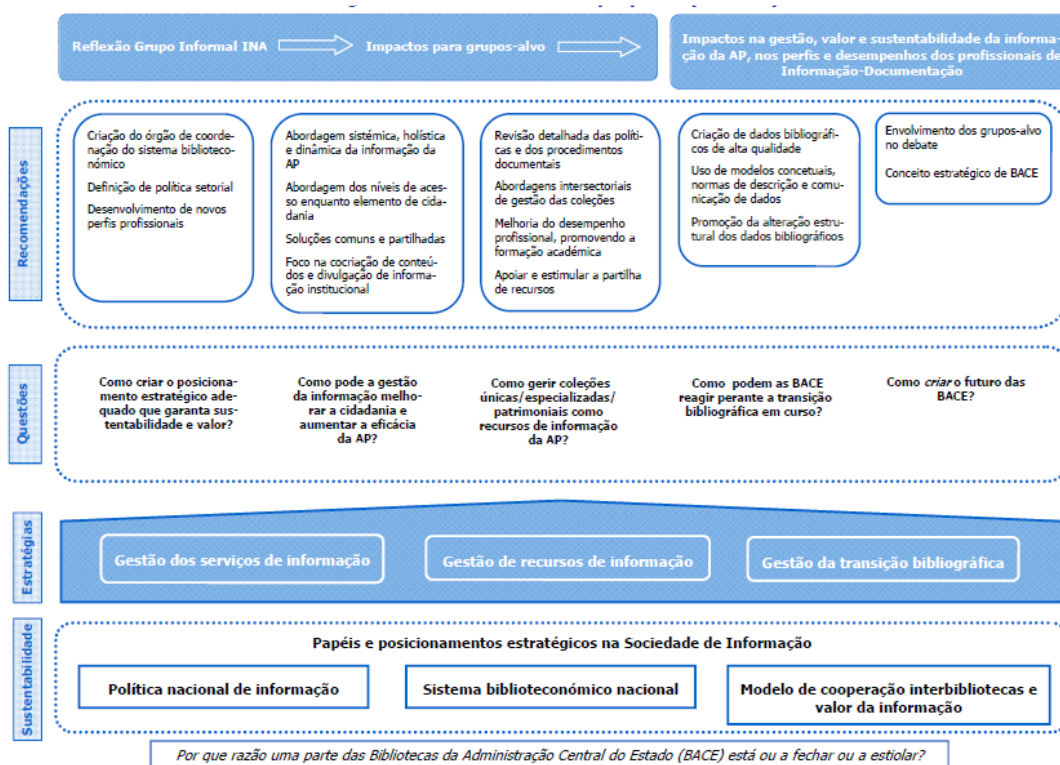


Fig. 1. Modelo de reflexão (GIBACE, 2015)

A estratégia de discussão seguida e a metodologia desenvolvida pode ser enquadrada numa linha de confluência de várias metodologias qualitativas: investigação, estudos do futuro e análise de *stakeholders*.

A linha dos estudos do futuro, uma abordagem e metodologia científica que visa a antecipação ou a construção do futuro, foi desenvolvida através do envolvimento dos *stakeholders*, aos quais foi dirigido um convite para comentarem a visão apresentada pelo grupo de especialistas.

Os estudos do futuro seguem duas grandes vertentes: a *previsão* – foco quantitativo e a *prospecção* – foco qualitativo. A previsão caracteriza-se por construir um futuro à imagem do passado, enquanto a prospecção orienta-se para um ou vários futuros, apresentando as suas relações dinâmicas, estruturas em evolução, com foco na tomada de decisão e construção do futuro desejado. Para Inayatullah (2013) podem ainda ser

acrescentadas a vertente interpretativa visando a compreensão das imagens competitivas do futuro e a vertente crítica que se focaliza no questionamento dos benefícios da realização de certos futuros e nas respetivas metodologias.

Integrada nos estudos prospetivos e em fase de confluência entre a metodologia da investigação-ação (*action research*) e os estudos do futuro, a abordagem da aprendizagem pela ação participativa (*participatory action learning*) adequa-se ao trabalho dos *thinktank* e ao envolvimento das partes interessadas, trabalhando as suas assunções do futuro de forma colaborativa e desenvolvendo ciclos de reflexão interativos e heurísticos, geradores de processos de construção e antecipação do futuro.

Segundo ciclo de investigação-ação – confluência das metodologias qualitativas na audição e análise de *stakeholders*

Nesta segunda fase do projeto foram consideradas as técnicas, a abordagem, os métodos e os instrumentos que melhor se adequassem aos intervenientes, ao tempo e aos recursos disponíveis, e que também permitissem simplificar o processo.

A abordagem consistiu numa série de passos que permitissem alcançar os objetivos traçados, resultando na elaboração de quatro relatórios por cada sessão de trabalho com as partes interessadas e num relatório final com os futuros desenvolvidos. Os métodos e as técnicas envolvidas tiveram por base uma ampla revisão da literatura e o estudo de casos e foram desenvolvidos de acordo com a sua sistematização académica. Os instrumentos utilizados tiveram por base a discussão em torno de cinco perguntas de referência (consideradas «incidências críticas»), estabelecidas no relatório preliminar distribuído previamente a todos os participantes, tendo sido pedido que fizessem um exercício de reflexão sobre o tema, no mês que antecedeu as reuniões de trabalho, e enviassem os seus comentários até à data da reunião.

Através de um facilitador, os resultados obtidos nesse exercício foram apresentados em cada reunião, constituindo o ponto de partida para uma visão conjunta de cada grupo de *stakeholders*.

Tendo por base a diversidade de interesses, a complexidade das interdependências existentes e as dinâmicas comportamentais imprevisíveis (Markley, 2011), esta metodologia difere de outras por permitir a reflexão e a aprendizagem por não especialistas nesta prática, emergindo o futuro do processo de questionamento e das várias

categorias epistemológicas dos participantes (Inayatullah 2006) que abrem novas perspectivas para serem estudadas e teorizadas (Stevenson, 2002).

Estas práticas metodológicas incluem processos de análise/diagnóstico, planeamento/visão do futuro, ação/implementação, reflexão/avaliação, consubstanciando processos de investigação entre os participantes, considerados para o efeito um grupo de referência num processo de alternativas sociais (Ramos, 2006). Reason, Bradbury e Torbert (2002) distinguem diferentes níveis processuais, tendo na fase de audição sido considerado apenas o segundo nível, ligado às organizações e baseado no diálogo interpessoal, visando a compreensão mútua para melhorar as práticas organizacionais, profissionais e a inovação.

Workshops do futuro

A audição envolveu 28 representantes de organizações públicas e foi realizada tendo por base a reflexão realizada previamente sobre o relatório preliminar que abordou o futuro das BACE. Seguindo a metodologia dos *workshops do futuro* (Jungk; Müllert, 1987; Inayatullah, 2006; Gould, 2014) foram constituídos quatro grupos de *stakeholders*, distribuídos por afinidades, tendo sido realizada uma reunião de trabalho com cada um deles, a 19 e 29 de setembro de 2015. Cada reunião foi desenvolvida em três fases:

1. Preparação e introdução da metodologia, a cargo de um facilitador;
2. Apresentação das principais questões levantadas pelo Grupo de Trabalho no primeiro momento de reflexão («incertezas críticas»), realçando a importância das BACE enquanto setor: Como criar o posicionamento estratégico adequado que garanta sustentabilidade e valor? Como pode a gestão da informação melhorar a cidadania e aumentar a eficácia da Administração Pública? Como reagir perante os novos desafios do universo bibliográfico? Como criar o(s) futuro(s)?;
3. Apresentação do posicionamento de cada um dos participantes, acolhendo novas ideias e visões dos futuros.

Os grupos pronunciaram-se e acrescentaram ainda a sua informação e perspectiva sobre o passado, o presente e a proposta de visão estratégica apresentada no relatório preliminar, numa prática qualitativa associada à lógica intuitiva da construção do pensamento sistémico, tentando compreender as relações existentes entre as diferentes posições e o modo como podem contribuir para a mudança.

Análise de stakeholders

Com base no registo escrito dos conteúdos resultantes da dinâmica de grupo gerada em cada reunião, procedeu-se, num primeiro momento, à identificação e caracterização dos respetivos posicionamentos e condicionantes e, num segundo momento, ao mapeamento do futuro (Inayatullah, 2013), utilizando **a tipologia de futuros**:

- os **futuros possíveis**;
- os **futuros plausíveis** (que podem vir a acontecer);
- os **futuros prováveis** (que possuem maior probabilidade de acontecer, dadas a tendências históricas e os dados disponíveis);
- os **futuros preferíveis**— aqueles que gostaríamos que acontecessem (Gould, 2014), respondendo às questões – O que irá acontecer? (preditivo); O que pode acontecer? (exploratório).

Os condicionantes de futuro foram selecionados em função da sua influência e impacto sobre o futuro do sistema biblioteconómico. De uma lista de 22 variáveis revistas foram selecionados 8 condicionantes, agrupados em 4 tipos de posicionamentos, utilizando-se para isso a técnica de análise morfológica.

O Quadro 1 sintetiza os posicionamentos e as visões dos futuros das partes interessadas auscultadas.

Quadro 1. Análise de *stakeholders* – posicionamentos e as visões dos futuros

(Fonte: elaborado a partir de Ochôa, *et al.*, 2016)

Entidades participantes	Posicionamento	Futuros
Grupo 1	Interesse e colaboração.	Os serviços partilhados são um dos futuros possíveis , constituindo a gestão tecnológica uma das estratégias a seguir para um futuro preferível – as BACE como parte integrante de uma política nacional de informação. sublinhando impressivamente uma visão de perda de informação resultante das fusões dos organismos ocorridas nos últimos anos; em que há agregação mas em que o conjunto parece ser menor do que a soma das partes.
Grupo 2	Apresentação de condições diferenciadas e distanciamento face às dificuldades das BACE.	O futuro provável apresentado assenta na visão de boas práticas de cada organismo e na integração em <i>clusters</i> radicados na especialização temática e/ou tipológica, considerando que os percursos e as atuais condições destes organismos os distanciam (e continuarão a distanciar) das BACE.
Grupo 3	Interesse e consolidação dos papéis das Secretarias-Gerais (SG) na gestão da informação em cada ministério, consolidação e visibilidade das competências profissionais. Interesse das associações profissionais na definição de políticas públicas para o sistema biblioteconómico nacional e de formação profissional contínua para os profissionais de Informação-Documentação.	Os futuros preferíveis passam pela existência de um melhor conhecimento e diagnóstico do setor e por uma visão e uma estratégia governamental que o valorize. Um das áreas prioritárias apontadas será a da formação contínua dos profissionais. As associações profissionais sublinharam a necessidade de políticas públicas e de um órgão de coordenação. Enfatizaram a necessidade da melhoria das competências profissionais, a perda de coleções das BACE e a reorientação dos respetivos profissionais para outras áreas. Genericamente, as SG sublinharam a necessidade de políticas públicas para BACE e de formação profissional contínua para os profissionais. Também foi abordada por algumas a necessidade de uma visão integrada da informação e a convergência com os arquivos.
Grupo 4	Interesse no desenvolvimento de uma política e estratégia para o setor que viabilize as oportunidades e desafios	Os futuros preferíveis passam pela melhoria da gestão das BACE: na identificação de áreas de desenvolvimento que acompanhem as tendências internacionais e a correspondente formação; numa maior divulgação dos serviços e coleções especializadas, no reforço e melhoria dos recursos humanos; na adoção de práticas de serviços partilhados e de curadoria de dados. Um dos futuros plausíveis é o acentuar da decadência de algumas bibliotecas se não forem alcançadas estas condições e o seu desaparecimento a curto prazo.

Em todas as reuniões, foi alcançado um nível elevado de concordância entre os participantes face às questões levantadas no relatório preliminar (*Nível de Consenso I*). Ficou bem patente que as formas como, em cada biblioteca, se pensam as dimensões determinantes do sucesso, sustentabilidade e sobrevivência organizacional, exprimem distintos potenciais estratégicos ainda não explorados. Pensamos que tais potenciais se podem apreender através de uma análise de *clusters*, o que poderá servir como ponto de partida para a definição de uma melhor e mais adequada estratégia de desenvolvimento. Suportado pelas práticas já existentes de funcionamento em rede em alguns ministérios, este conceito poderá ajudar a atingir níveis e padrões de funcionamento que assegurem a qualidade necessária em serviços públicos e o nível da qualificação dos recursos humanos.

Estes posicionamentos apontam para um possível agravamento da situação das bibliotecas, caso não sejam adotadas novas estratégias. No mais pessimista, terá particular intensidade porque combinará o agravamento da posição do grupo profissional de Informação-Documentação, com o progressivo desaparecimento destas bibliotecas. Mas mesmo nos outros posicionamentos parece evidente que se chegou a uma situação-limite, o que ajudou a reconhecer a pertinência do estudo realizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação da participação que se encontra a decorrer ao longo de 2016 permitiu identificar dois vetores essenciais à mudança da situação:

- a evidência de um efeito significativo exercido pela reflexão conjunta em torno de um problema estrutural com forte impacto na sobrevivência organizacional e do setor, que permitiu, em nossa opinião, um alargamento do leque de interpretações sobre o caminho estratégico a adotar, a nível profissional, organizacional e ao nível das políticas públicas.
- a manifestação de uma dinâmica de interdependência entre as várias tipologias de bibliotecas, ilustrando a necessidade de um melhor conhecimento do seu funcionamento.

Para esta visão correspondem algumas dinâmicas facilitadoras das metodologias de envolvimento utilizadas:

- a inclusão de um facilitador com experiência e conhecimento do funcionamento da Administração Pública nacional e internacional;

- o uso de metodologias de análise de *stakeholders* ao longo do processo de envolvimento;
- o foco na reflexão crítica, na investigação e na avaliação de impactos, maximizando os benefícios de longo prazo, para todos os participantes na aprendizagem;
- a estratégia de confluência de metodologias qualitativas, envolvendo especialistas e vários *stakeholders*, que, ao permitir mapear e perceber tendências de sucesso e fracasso para o setor analisado, regista igualmente os vários tipos de posicionamentos, permitindo ajustar as estratégias de comunicação. Como processo de facilitação do pensamento estratégico, permitiu ainda a realização de um diagnóstico do setor nos eixos estudados, baseado nas perceções e narrativas¹⁴ dos seus responsáveis e coordenadores (Heikkinen; Huttunen; Syrjälä, 2007).

Os resultados abrem a perspectiva de outros envolvimento futuros à escala individual ou profissional, com a possibilidade de o tema ser retomado em projetos de discussão no âmbito do LabX, com a produção de novo conhecimento e evidências para melhorar a criação das políticas públicas e o funcionamento da sociedade de informação em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anglada, Luís. (2014). Are libraries sustainable in a world of free, networked, digital information?. **El profesional de la información**, v. 23, n. 6, p. 603- 611. November-December.

Bergmann, M; Jahn, T.; Krohn, W.; Pohl, C.; Schramm, E. (2012). **Methods for transdisciplinary research: a primer for practice**. Frankfurt: Campus Verlag.

Bolt, S.; Burge, S. (ed.) (2008). **Guidelines for libraries of government departments**. The Hague: IFLA.

Committee on Future Career Opportunities and Educational Requirements for Digital Curation *et al.* (2015). **Preparing the workforce for digital curation**. Washington, D.C.: National Research Council – National Academies.

¹⁴A área da investigação transdisciplinar considera as narrativas e histórias dos *stakeholders* como tendo particular impacto nos decisores políticos (Bergmann *et al.*, 2012).

- Correia, Z. P. (2005). Towards a stakeholder model for the co-production of the public-sector information system. **Information Research**. 10(3), 2005. Disponível em: <<http://www.informationr.net/ir/10-3/paper228.html>>. Acesso em: 23 fev. 2016.
- Crisp, N. (2014). **Um futuro para a saúde**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cullen, A.E; Coryn, C.L.S; Rugh, J. (2011). The Politics and Consequences of Including Stakeholders in International Development Evaluation, **American Journal of Evaluation**, 32(3) 345-361.
- Del Moral, M.E.; Villalustre, L. (2013). Media literacy, participation and accountability for the media of generation of silence. **Revista Comunicar**, 40, v. XX, p. 173-181.
- Demers, P. (chair); Beaudry, G.; Bjornson, P.; Carroll, M.; Couture, C.; Gray, C.; Hare, J.; Ingles, E.; Ketelaar, E.; McMaster, G.; Roberts, K. (2014). **Expert panel report on the future now: Canada's libraries, archives, and public memory**. Ottawa: Royal Society of Canada, 2014. Disponível em: <http://rsc-src.ca/sites/default/files/pdf/L%26A_Report_EN_FINAL_Web.pdf> . Acesso em 22 out. 2016.
- Grupo Informal Bibliotecas da Administração Central do Estado (GIBACE). (2015). **Bibliotecas da Administração Central do Estado. Que futuro(s)**. Lisboa: INA-Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, 2015. Disponível em: <<http://repap.ina.pt/handle/10782/647>>. Acesso em: 22 out. 2016.
- Gould, S. (2014). **Leading through futures thinking: an introduction to using futures thinking questioning and methods and guideline on how to facilitate a basic 'strategic foresight' session**. 2014. Disponível em: <http://communitydoor.org.au/sites/default/files/strategic_foresight_facilitation_guideline_v1.pdf>. Acesso em: 22 out. 2016.
- Greenwood, D.J.; Levin, M. (2007). **Introduction to action research. Social research for social change**. 2nded. Thousand Oaks: Sage.
- Heikkinen, H.; Huttunen, R.; Syrjälä, L. (2007). Action research as narrative: five principles for validation. **Educational Action Research**, 15 (1), p. 5-19.
- Hunter, L.; Emerald, E.; Martin, G. (2013). **Participatory activist research in the globalised world: Social change through the cultural professions**. New York, USA: Springer.
- Inayatullah, S. (2002). **Questioning the future: future studies, action learning and organisational transformation**. Taipei: Tamkang University.
- Inayatullah, S. (2006). Anticipatory action learning: theory and practice. **Futures**, 38, p. 656-666.
- Inayatullah, S. (2008). Six pillars: futures thinking for transforming. **Foresight**, 10 (1), p. 4-21.
- Inayatullah, S. (2013). Futures studies: theories and methods. In Gutierrez Junquera. F. (ed.) – **There's a future: visions for a better world**. Madrid: BBVA, 2013, p. 36-66
- Jungk, R.; Mullert, N. (1987). **Future workshops: how to create desirable futures**. London: ISI.

Kearney, J.; Zuber-Skerritt, O. (2012). From learning organization to learning community: sustainability through lifelong learning. **The Learning Organization**, 19(5), p. 400–413.

Markley, O. (2016). Research and action toward the upside of down. **Journal of Futures Studies**, 15(3), p. 145-174. 2011. Também disponível em: <<http://www.jfs.tku.edu.tw/15-3/E01.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2016.

Morra Imas, L. G.; Rist, R.C. (2009). **The road to results: designing and conducting effective development evaluations**. Washington, D.C.: WorldBank. Também disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/2699/52678.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2016.

OCDE. **Skills strategy. Relatório de diagnóstico. Sumário executivo Portugal**. Paris: OCDE, 2015. Também disponível em: <http://skills.oecd.org/developskills/documents/Portugal-Sumarioexecutivo-web.pdf> Acesso em: 22 out. 2016.

Ochôa, P., Pinto, L.G.; Barata, P.J.S.; Batalha, V.; Galvão, R. (2016). Contributos da confluência de metodologias qualitativas para as políticas de modernização administrativa em Portugal: investigação-ação, estudos do futuro e análise de *stakeholders*. **Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (CIAIQ)**, 5, Porto (Portugal), 12-14 jul. 2016. Também disponível em: <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/958> Acesso em 22 out. 2016.

Pérez-Tornero, J.M.; Paredes, O.; Baena, G.; Giraldo, S.; Tejedor, S.; Fernández, N. (2010). Trends and models of media literacy in Europe: between digital competence and critical understanding. **Revista Anàlisi**, 40, p. 85-100.

Ramos, J. M. (2006). Dimensions in the confluence of futures studies and action research. **Futures**, 38(6), p. 642-65.

Reason, P.; Bradbury, H. (ed.). (2002). **Handbook of action research: participative inquiry and practice**. Thousand Oaks: Sage.

Stevenson, T. (2002). Anticipatory action learning: conversations about the future. **Futures**, 34(5), p. 317-325.

Stringer, E. T. (2013). **Action research**. 4th ed. Thousand Oaks, USA: Sage.

Unesco. (2011). **Towards media and information literacy indicators. Background document of the expert meeting**. Paris: UNESCO.

Weiss, C. H. (1986). The stakeholder approach to evaluation: Origins and promise. In E. R. House (Ed.), **New directions for educational evaluation** (pp. 145-157). Abingdon, Oxon: RoutledgeFalmer.

SATISFACCIÓN DE LAS NECESIDADES DE LOS NIÑOS Y NIÑAS EN AMBIENTE DE LA CALLE

Álvaro Giraldo Pineda ¹

Constanza Forero Pulido ²

Paula Anduquia Vásquez ³

Resumen

Investigación realizada con niños y niñas en situación de calle de la ciudad de Medellín Colombia, **Objetivo:** Conocer las experiencias y comprender los significados que los niños en situación de calle le dan a la satisfacción de las necesidades en el ambiente de calle **Metodología:** estudio cualitativo-etnográfico. Se realizaron 64 entrevistas, 100 horas de observación y cada uno de los investigadores llevó diario de campo, se establecieron códigos y se construyeron categorías para el análisis. **Ética:** se fundamentó en el respeto, la confidencialidad y el reconocimiento de su autonomía. **Resultados:** Los niños y niñas buscan la manera de construir un ambiente en el cual puedan satisfacer sus necesidades, las que clasifican en prioritarias y no prioritarias. Cuando logran satisfacerlas pueden sobrevivir en la calle. **Conclusión.** Para los niños la necesidad prioritaria es el consumo de sustancias psicoactivas y por satisfacerla no satisfacen las otras. Al satisfacer las necesidades logran un ambiente de tranquilidad.

Palabras clave: Sobrevivencia: Satisfacción Personal: Refugio: Jóvenes sin Hogar: Consumidores de Drogas. (Thesaurus DeCS)

SATISFACTION OF THE CHILDREN NEEDS IN THE STREET ENVIROMENT.

Abstract

Research made with children living in the street, in Medellín Colombia. **Objective:** To know the experiences and understand the meaning that street children give to the satisfaction of their needs in the street environment. **Methodology:** Ethnographic qualitative research. 64 interviews, 100 hours of observation and every one of the interviewers had a field diary. For the analysis codes were created and categories were

¹ Sociólogo. Magister en Salud Pública. Docente Facultad Nacional de Salud Pública. Universidad de Antioquia. alvaro.giraldo@udea.edu.co

² Enfermera. Magister en Salud Pública. Docente Facultad de Enfermería. Universidad de Antioquia. constanza.forero@udea.edu.co

³ Enfermera. Magister en Salud Pública. Docente Facultad de Enfermería. Universidad de Antioquia. constanza.forero@udea.edu.co

built. **Ethics:** It was established in respect, confidentiality and the autonomy acknowledgement. **Results:** Children look for the way to build an environment, where they can satisfy their needs, and classified it in essentials and no essentials. When they satisfy their needs, they can survive in the street. **Conclusion:** For children the essential need is the drug use and for satisfy it, they don't satisfy the other needs. When they satisfy their needs, they achieve a peacefulness environment

Keywords: Survival: Satisfaction: Shelter Homeless: Youth: Drug Users. (Thesaurus DeCS)

INTRODUCCIÓN

Las actividades que desarrollan en la calle los niños y niñas (a quienes en adelante se denominarán niños), están enmarcadas dentro de la cotidianidad. La vida cotidiana, ha sido abordada por diversos autores como Heller (1985), quien la describe como la vida de todo hombre, sin excepción alguna. Reguillo (2000) plantea la vida cotidiana como el escenario de la reproducción social y Rengel, (2006) como un “conjunto de actividades productivas, existenciales y de interacción social que conforman, estructuran y fundamentan la existencia de un individuo, matizadas por su extracción social y su particularidad”

La vida de los seres humanos gira en torno a la satisfacción de necesidades que son individuales y en su mayoría primordiales para el buen vivir. En este trabajo partimos de las clasificaciones sobre las necesidades de Heller (1996), Krischke y Salazar (1989) y Maslow (1991), quien, plantea la jerarquía de necesidades humanas, como una pirámide de 5 niveles: las necesidades básicas o fisiológicas, de seguridad y protección, de afiliación y afecto y en el último nivel están las necesidades de auto-realización y auto-actualización. Para Heller (1996), las necesidades son el resultado de la interrelación de los seres vivos con el mundo.

Autores como Cárdenas (2009) y Giraldo y et al. (2006), plantean que los niños convierten la calle en su hábitat, donde consideran que tienen plena autonomía y libertad. Según Figa (1995) la calle les enseña a sobrevivir, aprenden diversas estrategias, como: conseguir dinero, comida o drogas, asearse y huir de situaciones de riesgos y de peligros, además menciona que los niños crean una cultura propia que tejen desde abajo, generada por una singular forma de sobrevivir en un espacio y un tiempo que produce un giro en la escala de valores y da nuevos significados a las cosas y a los acontecimientos.

La sobrevivencia está condicionada por la satisfacción de necesidades fisiológicas y sociales, que difieren de las de la población en general, tanto en la prioridad que les dan, como en las estrategias a las que recurren para suplirlas y se convierten en propias de la vivencia en la calle.

La investigación es cualitativa-etnográfica, parte de la mirada de los niños y responde a las preguntas: cuáles son sus necesidades en la calle, qué prioridad les dan y cómo las satisfacen. El objetivo del trabajo fue: conocer las experiencias y comprender los significados que los niños en situación de calle le dan a la satisfacción de las necesidades en el ambiente de calle. Los resultados son la expresión de los niños y sirven para que quienes trabajan con ellos, diseñen programas y políticas que se adecúen a sus necesidades.

METODOLOGÍA

El enfoque de la investigación es etnográfico (Velasco 1997) y por tal razón se partió del concepto de cultura de Geertz (2003), quien la define como “estructuras de significaciones socialmente establecidas”.

Se entrevistó a 64 niños, con experiencia de vida en la calle de la ciudad de Medellín, Colombia con edades entre 9 y 17 años. Las entrevistas fueron grabadas, previo consentimiento de los niños. Las primeras preguntas fueron muy amplias, dejando los temas que pudieran causar dificultades para cuando los participantes lograran confianza y en la medida en que se avanzó se enfocaron áreas de interés y se profundizó sobre ellas. Se realizaron 100 horas de observación en los sitios frecuentados por los niños. Cada integrante del equipo llevó un diario de campo en el que se registraron detalladamente actividades, comentarios, hechos, estados de ánimo de los investigadores y sus percepciones. Todo este material se tuvo en cuenta en el proceso de análisis. Una vez estructurada la información se realizaron reuniones con los niños en las que se socializaron los resultados y se tuvieron en cuenta los comentarios hechos por ellos para seleccionar el contenido del informe final.

ÉTICA

Durante el proceso de investigación se tuvo en cuenta la ética, garantizando el respeto por su autonomía, expresado en el derecho de los niños a decidir su participación o no en la investigación, se garantizó su anonimato y la confidencialidad de la información. Se tuvo en cuenta la Resolución 008430 de 1993 del Ministerio colombiano de Salud. La investigación se consideró de bajo riesgo y fue aprobada por el Comité de Ética de la Facultad Nacional de Salud Pública de la Universidad de Antioquia y los investigadores expresaron no tener conflicto de intereses con el tema.

RESULTADOS

La calle como lugar para resolver las necesidades y poder sobrevivir

Entendemos por necesidades situaciones o carencias que los niños deben resolver para sobrevivir en la calle. Algunas son similares a las de cualquier persona, otras son propias de su condición de habitar la calle. Ambas, deben solucionarlas haciendo uso de sus habilidades y conocimientos.

La calle es un lugar de socialización, que los transeúntes y habitantes permanentes construyen y reconstruyen por medio de las interacciones entre ellos y con el ambiente. Ese proceso les posibilita formar parte de ella y en el caso de los habitantes permanentes, de apropiársela.

Los niños como habitantes de la calle, establecen rutinas que les son útiles en el proceso de aprendizaje, socialización y resolución de sus necesidades. Estas rutinas conforman la vida cotidiana que les brinda experiencias y conocimientos y los vuelve prácticos. Esto hace que la solución de sus problemas esté estrechamente vinculada a la calle y a los elementos que allí existen. Los niños tratan de resolver las necesidades, cada vez que se presentan.

Los niños establecen normas que no son tan restrictivas como las de quienes no viven permanentemente en la calle, que les permiten buscar comida en las canecas de basura, bañarse en las fuentes públicas, dormir, orinar o defecar en los parques o en las aceras y consumir sustancias psicoactivas debajo de los puentes, en los parques o en la calle, sin preocuparse por lo que puedan pensar, decir o actuar las otras personas.

Algunos sitios presentan condiciones que les facilitan satisfacer sus necesidades, por ejemplo, restaurantes donde consiguen comida, sitios aislados donde pueden dormir

o consumir, sin ser molestados. También hay lugares como los semáforos y los estacionamientos de buses donde pueden vender productos como dulces cigarrillos y chicles para conseguir el dinero y de esa forma pagar hotel, comprar droga y comida. Por el contrario, les es difícil satisfacer sus necesidades donde hay presencia de la policía o los “convivires” (integrantes de vigilancia y seguridad, organizados de manera no legal), en centros comerciales, lugares habitados o abiertos o donde no hay restaurantes o fuentes de agua.

Necesidades prioritarias

Los niños consideran algunas necesidades prioritarias y para suplirlas hacen lo que sea necesario, hasta el punto de sacrificar otras. Las prioritarias son: consumir sustancias psicoactivas, calmar el hambre, dormir, orinar, defecar y estar preparados para afrontar actos de violencia o agresión.

Lo primero es la droga (E26).

- *Consumir sustancias psicoactivas:* cuando no obtienen la droga se desesperan, se ponen nerviosos y buscan conseguirla por cualquier medio.

Es como cuando uno tiene hambre y no tiene qué comer (E43)

Para comprar la droga roban o camellan (trabajan).

Robar, pa'l vicio... o haciendo mandaos (E36).

Los sitios donde más fácil se consigue la droga son: la calle, los hoteles, las ferreterías, las casas de vicio y las farmacias.

Por ahí en las esquinas de la calle, pero más que todo en los hoteles; el sacol lo venden en las ferreterías, el perico y la rueda, en los hoteles. (E46)

Los lugares para el consumo dependen del tipo de droga: si van a consumir “ruedas” (ansiolíticos) o “bazuca” (mezcla de cocaína), lo hacen en un cuarto de una pensión; para consumir marihuana o inhalar sacol (pegante), buscan lugares oscuros y tranquilos o la calle, sin importar que los vean. El hecho de ocultarse obedece más al miedo a la policía o los “Convivires”, que a lo que puedan decir los transeúntes o las personas que trabajan en la calle.

Después vamos pa' el hotel, seguimos consumiendo, vamos a comprar entonces marihuana o perico, nos ponemos a güeler (oler) allá, (E26)

- *Calmar el hambre:* esta necesidad se suple fácilmente mediante dos estrategias diferentes: comer o consumir sustancias que sean distractoras.

No falta cualquier persona que le da a uno un pancito, tengo varias partes donde llevo les barro la entrada y me dan el desayuno. (E32)

Para conseguir comida los niños hacen mandados y piden en los establecimientos, conscientes de que les darán alimentos, bien sea por lástima o por deshacerse de ellos, para que no ahuyenten la clientela, por su aspecto físico o por el temor que puedan generar.

La gente le daba a uno el cafecito, pero para que se fuera de ahí, para no molestar a los clientes. (E35)

La sustancia que utilizan para quitar la sensación de hambre es el pegante o sacol, otras sustancias como la marihuana, aumentan el hambre.

El sacol, si uno no tiene con qué comer, pues, no le da hambre. (E 26)

Los lugares que los niños consideran propicios para obtener comida son: las plazas de mercado, los parques, algunos centros religiosos, o sitios en donde los conocen, los ponen a realizar determinadas labores y les dan alimentos. Algunos niños deben recurrir a la búsqueda del chute o sobras, que es la comida sacada de las basuras.

En la minorista (plaza de mercado), no me faltan las comidas (E61)

- *Dormir:* cuando tienen sueño buscan un sitio para dormir. Prefieren los hoteles, ya que dormir en la calle les produce frío y sienten miedo, por las agresiones que les pueden propiciar los mismos niños, otros habitantes de calle, “convivires”, policía o dueños de tiendas y negocios, lo que hace de la calle un lugar peligroso para dormir.

En las aceras de los negocios, llegan los tombos (policías) y lo levantan a uno. (E40)

En los hoteles les cobran la habitación por días, aunque algunos, especialmente cuando tienen pareja, tratan de permanecer por períodos largos en ellos. Allí tienen lo fundamental: la cama y el baño, que en algunos casos es compartido. Los niños deben conseguir el dinero para el pago de la pieza.

Tienes plata, pagas una piecita, duermes, eso es dormir bueno (E 24)

Cuando no tienen dinero para pagar una pieza buscan un sitio en la calle para dormir y prefieren hacerlo de día, debido al temor que les produce la calle en la noche.

Me quedaba dormido en cualquier acera, en cualquier andén, al resisterio (resistero) del sol, tapado con un plástico y un cartón (E35)

Los lugares preferidos por los niños para dormir en la calle deben ser oscuros, retirados del bullicio de la gente, situados donde los conocen y los pueden defender de agresiones y en donde puedan consumir e interactuar con otros compañeros sin ser molestados. Generalmente tienen cobijas o frazadas que esconden en alcantarillados, huecos en los árboles y contadores de agua y luz o se las guardan en parqueaderos y algunos puestos de ventas ambulantes.

Nosotros manteníamos las cobijas, las metíamos así en las cosas del alcantarillado y por la noche, las sacábamos (E43)

Otros niños cuando no consiguen hotel prefieren no dormir y para ello consumen droga que los mantiene despiertos.

El perico, si uno no quiere dormir en toda la noche, compra, lo aspira por la nariz y con eso no duerme (E 25)

Hay lugares donde prefieren no dormir por las condiciones sanitarias, como en el caso de una de las plazuelas porque es muy usada por la gente para defecar y los niños dicen que tiene tanta materia fecal que es difícil andar y por lo tanto no es posible hallar un espacio limpio para dormir y lo consideran un lugar desagradable por su aspecto y su olor.

El Parque de la mierda, no me gusta por cochino (E52)

- *Eliminar:* El término eliminar hace alusión a los actos de orinar y defecar. En el caso de enfermedades intestinales los niños distinguen tres tipos de molestias: daño de estómago, churria y diarrea.

Daño de estómago: cuando me duele el estómago, es como un cólico que me da y se me quita. (E65)

Churria: lo deja llegar a uno al baño y no hace fuerza (E65)

La diarrea no lo deja llegar (E65)

Tanto hombres como mujeres, no tienen dificultad para eliminar, pues utilizan los baños públicos que son gratuitos o también en algunos hoteles, restaurantes y bares, les prestan los baños. Algunos prefieren tener su baño privado y para ello cuando pueden pagan hotel.

No tengo que salir a prestarle el baño a nadie, uno mismo lava su baño, lo limpia y lo mantiene asiado (aseado). (E 30)

Los niños tienen como sitio preferido para orinar, las columnas del metro, ya que éstas les parecen adecuadas, porque tienen unos espacios o ranuras propicios para ocultarse mientras lo hacen.

Ustedes van a la columna del metro, por toda la mitad que tiene ahí se orinan, porque no los ven. (E64)

Para defecar, tratan siempre de que les alquilen un servicio sanitario, pues consideran que no deben hacerlo en sitios abiertos, porque lo ven como un acto reprochable, y además, si la policía los encuentra defecando, los castiga y para evitarlo consiguen el dinero para ingresar a este servicio.

Los niños buscan opciones que van desde pagar el uso de un baño hasta buscar un lugar, que muchas veces puede ser incómodo para ellos pero que por necesidad deben usar.

Existen dos opciones, uno empieza a descartar, si tiene 500 pesos paga y va al baño; y si no, va a los baños gratis. Si no tiene ninguna de las dos, le toca la peor pena, es mejor perder un amigo que una tripa. (E64)

- *Estar preparados para afrontar actos de violencia o agresión:* como ya se dijo, la calle es un lugar donde los niños pueden ser agredidos o violentados

La calle nos enseña que no debemos ser cobardes (E28)

Los niños deben aprender a defenderse y para ello utilizan tácticas como jugar a pelear, observar a quienes pelean y respetar normas.

Bailar con la lata (objetos corto punzantes) y dar saltitos p' uno pegar (E28).

Observan las peleas para adquirir habilidades de defensa y agresión; se preparan psicológicamente para tener valor y convencerse de que no les va a pasar nada, pero también para mantenerse alertas.

Todos los días nos toca estar, vea, estar mirando pá todas partes, ver una moto de policías y salir corriendo (E 30).

No frecuentan sitios que consideran peligrosos y respetan las fronteras invisibles o límites que establecen las diferentes bandas en las calles de los barrios, para impedir el paso de personas que no pertenecen a su grupo o a la zona. Los que traspasan esos límites son agredidos o los matan. Además, andan en grupos, aunque si la pelea es personal y no tiene que ver con los “parceros”, no intervienen y cumplen las normas de la calle:

El que está quieto se deja quieto, (E19).

Necesidades no prioritarias

Las necesidades no prioritarias según los participantes, son las que pueden esperar o no ser satisfechas en el momento que se presenten, para darle solución a las prioritarias y son: tener libertad, estar limpios, calmar el calor, protegerse del frío, tener afecto, interrelacionarse, tener ropa y zapatos.

- *Libertad:* Una de las razones por las cuales los niños salen de su casa es la búsqueda de libertad y de hacer las cosas sin tener restricciones impuestas por los padres o por la sociedad.

Lo que más me gusta de estar en la calle, la libertad, que puedo hacer lo que yo quiera y nadie me dice nada (E44).

También es libertad no estar ligado a un horario, ni cumplir obligaciones y poder disponer de su tiempo, sin tener que responder ante nadie.

La vida fácil es eso, porque una persona que trabaja tiene que madrugar todos los días y cumplir un horario, ... (E4).

No consideran pérdida de la libertad las normas que ellos mismos establecen como *ver, oír y callar (E 53)*, que sirven para afrontar actos de violencia o agresión y que les permite sobrevivir.

En relación con la libertad y el consumo de droga se presentan dos situaciones que dependen si los niños dominan la droga o son dominados por ella. En el primer caso, al poder dominar o controlar la droga se sienten libres.

Con la droga se siente una persona libre (E34).

Usted le va a dar las órdenes y no es la droga la que le va a dar las órdenes a usted (E13)

Cuando la droga los domina y no logran *manejarla*, esta se convierte en una enemiga que se adueña de ellos y sienten que pierden la libertad.

Los niños consideran que también pierden la libertad cuando deben cumplir reglas impuestas por instituciones o por otros “parceros” (compañeros del parche o grupo), con las que no están de acuerdo.

Cuando le aplican las reglas, entonces uno no está de acuerdo, se siente privado de la libertad, de la libre expresión. (E35).

- *Estar limpio, calmar el calor, tener ropa y zapatos:* con el paso del tiempo ha habido un cambio en la presentación personal y en los hábitos higiénicos de los niños. Ahora se visten de manera diferente: usan zapatos, generalmente tenis de marca, usan ropa

limpia, que no esté rota, se bañan y usan accesorios como gafas, cachuchas, aretes, pulseras, relojes y teléfonos celulares.

No me ha gustado mantenerme sucio ni desorganizado. Siempre trato de ponerme lo mejor, arreglarme bien (E 25)

Lo anterior puede deberse a la influencia de la publicidad en los medios de información, además, al acceso que tienen a ciertas instituciones, en donde se les brinda orientación sobre el aspecto y cuidado personal.

Algunos son conscientes de que las personas puedan sentir pena al verlos sucios o mal presentados y procuran mantenerse limpios,

Me voy a vestir, me voy a peinar, pa que la gente no le dé pena de mí. (E13)

Cuando quieren infundir pesar, para que la gente viéndolos en esas condiciones, les de dinero o alimentos, no se bañan y se lavan solo la cara y las manos. A estos niños, los otros los llaman “gatos”

Ser gato es ser desaseado (E65)

El consumo de algunas sustancias psicoactivas los afecta tanto que dejan de bañarse

Estar limpio depende del vicio, la fuerza de voluntad. Los del sacol no les importa nada, no se cepillan, no se bañan, el vicio los domina (DC).

Cuando quieren estar limpios o tienen mucho calor, utilizan algunas fuentes de agua de la ciudad, se bañan en los hoteles donde pasan la noche, o en sitios donde les permiten asearse.

Gente de los mismos locales, me dejaban bañar y me daban ropa. (E 25)

También consiguen dinero para pagar su ropa, para esto trabajan.

Necesitaba plata pa comprar mi ropa, mis zapatos(E36)

- *Protegerse del frío:* los niños en la calle son muy propensos a tener que enfrentar fenómenos climáticos, tales como, el calor, la lluvia y el frío, especialmente en la noche.

En la calle le da mucho frío a uno (E38)

El frío es el que más los afecta y por esta razón deben buscar la manera de protegerse. Se calientan ubicándose cerca de aparatos que expelen aire caliente o usan cartones, periódicos y plásticos. También controlan el frío inhalando sacol (pegante) que les genera calor, sin que requieran otro aditamento.

El sacol le quita a uno el frío. (E 26)

- *Tener afecto e interrelacionarse*: el afecto implica para los niños sentir que tienen compañía, felicidad, apoyo, comprensión y aceptación.

Felicidad, cuando lo valoran, lo apoyan y lo comprenden (DC)

Una de las razones para que los niños abandonen sus hogares es la carencia de afecto y cuando llegan a la calle lo buscan en los compañeros del parche o “parceros”, en personas que frecuentan la calle, como vendedores ambulantes, mujeres que ejercen la prostitución, transeúntes, instituciones religiosas y de apoyo, los educadores, *los tíos* (personas que en algún momento los apoyan) y en las parejas que consiguen. Los niños buscan lugares para manifestar el afecto y es así como consiguen cuartos en hoteles o donde puedan tener privacidad.

Él me ayuda a sobrevivir, porque el amor que no me pudo dar mi hermano, me lo está dando él (E 28)

Cuando carecen de afecto se tornan agresivos y en algunos casos tratan de llenar el vacío afectivo consumiendo droga, aunque tienen claro que ésta no les da realmente compañía, sino que los hace sentir acompañados.

La droga no es un acompañante, no, sino que lo hace sentir a uno así. (E12)

Ambiente tranquilo

Se logra una vez que se resuelven las necesidades, tanto prioritarias como no prioritarias. Además es el ambiente donde los niños no tienen ninguna preocupación y pueden dedicarse a actividades como jugar y descansar sin tener ninguna presión por parte de los diferentes actores de la calle. En este ambiente el consumo se realiza como una forma de disfrute y no como la solución de una necesidad. Los niños buscan lugares que consideran relajados o construyen ambientes de tranquilidad.

El ambiente de tranquilidad es cuando uno está así relajadito en su pieza, con sus amigos, está fumando marihuana y comiendo, está tranquilo porque nadie lo está molestando. (E50)

Ambientes de tranquilidad pueden ser: los hoteles, los lugares apartados en donde tienen la suficiente privacidad, los parques y calles, que no son frecuentados por la policía ni los convivios y en donde se pueden reunir con el *parche*, nombre que los niños le dan a su territorio y al mismo tiempo a su organización social.

Donde se sienten felices y se pueden distraer, pueden jugar, es un lugar que representa algo tranquilo, donde se pueden sentir libres, sin que los molesten. (DC)

DISCUSIÓN

Según Castamán (2005), el hecho de que un niño o adolescente decida salir a la calle, lo ubica en una posición de independencia con respecto a las instancias tradicionales, como la familia o la escuela. Mora y Tarazona (2011), afirman que los niños carecen de normas, a diferencia de los participantes en nuestra investigación, quienes deben cumplir reglas para poder sobrevivir en la calle.

En lo relacionado con la vida cotidiana, los hallazgos de nuestra investigación coinciden con Biasoli y Cols (2002) quienes plantean que las actividades que desarrollan los niños les proveen aprendizaje para sobrevivir. La situación de vivir el día y no pensar en el futuro, también ha sido descrita por Cornejo (1999) quien expresa que "...los menores viven día a día, sin poder imaginar qué harán la semana siguiente" (p. 234) y Gómez y Cols (2008) para quienes la conducta de los niños está enmarcada dentro de la inmediatez.

Los hallazgos de nuestro trabajo en relación con la satisfacción de necesidades denominadas por Maslow (1991) fisiológicas o biológicas, coinciden con el estudio realizado por Rengel (2006) quien encontró que las necesidades básicas para la sobrevivencia son: alimentación y sed, Cobijo, descanso y sueño, aseo, trabajo, recursos económicos, vestuario, abrigo, salud y relaciones. Estos hallazgos coinciden con los encontrados en nuestro trabajo con excepción de lo que tiene que ver con la salud como una necesidad que debe suplirse, esta diferencia podría explicarse por el hecho de que el estudio de Rengel fue realizado con personas adultas.

Coincidimos con Cornejo (1999), Domínguez y et al. (2000) en lo que tiene que ver con las actividades que deben realizar los niños para obtener dinero y así suplir sus necesidades.

Cornejo (1999) plantea que el consumo de sustancias psicoactivas para los niños es fundamental en la cultura de la calle, lo cual está de acuerdo con hallado en esta investigación, mientras Forselledo (2002) expresa que la droga es utilizada para satisfacer necesidades. Nuestro trabajo muestra que para los niños participantes en el estudio, el consumo de sustancias psicoactivas es una necesidad.

Cabrera (2012) y Cárdenas y Rodríguez (2009) encontraron que en los niños el consumo de sustancias psicoactivas, además de ser una necesidad, sirve como distracción para suplir necesidades como el hambre y el sueño, lo que se corrobora con los hallazgos de

este estudio. También el consumo es usado para calmar el frío Ossa 2005, Castamán 2005, situación similar a la vivida por los niños que participaron en esta investigación.

Coincidimos con Biasoli y et al. (2002) Cornejo (1999) y Ossa (2005) en que los niños no tienen dificultades para obtener los alimentos, y el dinero que consiguen lo emplean para comprar las drogas.

A diferencia de lo hallado por autores como Castamán (2005) y Farré (2013), quienes muestran que los niños duermen en las aceras, debajo de los puentes, en las entradas de los cines o en los atrios de las iglesias, los participantes en este estudio prefieren dormir en hoteles y solo lo hacen en la calle cuando no tienen dinero para pagar una pieza.

Lo hallado en este estudio sobre las formas de aseo y eliminación, es similar a lo que plantean Pérez y Barragán (2012) sobre la utilización de las fuentes en los parques para bañarse y el uso de otros lugares como sanitarios.

Concordamos con Ossa (2005) en que los niños consideran importante bañarse, situación que difiere de la idea generalizada de que los niños son sucios.

La sobrevivencia depende de su preparación para afrontar actos de violencia o agresión. Altamirano y et al. (2002) encontraron que los niños deben mantenerse entrenados y alertas. Al igual que Saucedo y Taracena (2011), hallamos que los juegos de los niños con simulacros de violencia, están encaminados a que aprendan a defenderse de los ataques de otros.

En diferentes investigaciones se evidencia entre los participantes la necesidad de encontrar algún tipo de afecto, por lo que se organizan en grupos conocidos como “parches”, allí sienten protección y apoyo. Cornejo (1999).

El trabajo de Ossa (2005) muestra la necesidad, del cariño que no recibieron de sus padres. En nuestra investigación los niños buscan una pareja que les proporcione el afecto del que carecen.

En el trabajo de Biasoli y et al (2002) la calle representa para los niños un lugar de múltiples posibilidades de diversión. Además, el consumo de drogas, no solo les sirve de distractor, sino que les proporciona un ambiente tranquilo y les produce alegría (Domínguez 2000, Ossa 2005). Este trabajo muestra que la resolución de las necesidades les facilita la construcción de un ambiente tranquilo y les permite una permanencia en la calle con menos dificultades.

CONCLUSIONES

Los niños establecen dos tipos de necesidades: las prioritarias como el consumo de sustancias psicoactivas, calmar el hambre y dormir, entre otras y las no prioritarias como tener libertad y afecto.

La aplicación de sus propias normas les permite satisfacer sus necesidades sin preocuparse por lo que piensen las otras personas.

Hay lugares que facilitan la satisfacción de las necesidades, mientras que la presencia de entidades legales e ilegales de control, la obstaculizan.

Los niños prefieren los hoteles para dormir, pero si no tienen dinero para pagar el cuarto duermen de día o usan sustancias psicoactivas para no dormir.

Mediante el juego y la observación se preparan para enfrentar actos de violencia o agresión.

Distraen algunas de las necesidades mediante el consumo de sustancias psicoactivas.

Para los niños el afecto es compañía, apoyo, comprensión y aceptación.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Altamirano, F. et al. (2002). La atención en salud de un niño o niña en situación de calle: un constante desafío. **Archivos Argentinos de Pediatría**, Buenos Aires, 100, 5, 398-401.

Biasoli, P. et al. (2002). Atividades cotidianas de crianças em situação de rua. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, 18, 3, 305-313.

Cabrera, K.G. (2012). Niños y adolescentes “gomeros” de la calle. Un caso de Quito. **Universitas. Revista de Ciencias Sociales y Humanas**, Ecuador, 17, 103- 130. Julio-diciembre.

Cárdenas, Y. Rodríguez, I. (2009). Adolescentes y jóvenes adultos en situación de calle Municipio Maracaibo. **Omnia**. Maracaibo, v. 3, n.15, 2009. Disponible en <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=73712297011>. Acceso en: 30 abril. 2015.

Castamán, D. (2005). El consumo del “terokal” en los niños y niñas en situación de calle. **Revista Psicología Universidad Femenina Del Sagrado Corazón de Jesús**, Lima, 13, 1, 67-95. Enero-diciembre.

Colombia. Resolución 8430 de 1993. **Normas científicas, técnicas y administrativas para la investigación en salud**, Bogotá, 4 Octubre 1993. Ministerio de Protección Social.

Cornejo, P. I. Los Hijos del Asfalto. (1999). Una Prospección Cualitativa a los Niños de la Calle. **Convergencia. Revista de Ciencias Sociales**, México, v. 6, n. 19, p, 207-243, mayo-agosto.

Domínguez, G. M. Romero, M. Paul, G. (2000). Los Niños Callejeros: Una visión de sí mismos vinculada al uso de las drogas. **Revista Salud mental**. Mexico, v. 23, n. 3, 2000. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=58232303>. Acceso en: 5 feb, 2015.

Farré, F.J. (2011). **Habitar la calle: del espacio al lugar. Significaciones y formas de sobrevivencia En La Ciudad De Santiago De Personas En Situación De Calle. El Caso De Adultos En Situación De Calle**. 2011. Trabajo de grado, (Licenciado en Sociología). Universidad Académica de Humanismo Cristiano. Escuela de Sociología, Santiago De Chile, Chile, 2013.

Figa, M.E. (1995). Desde el asistencialismo hacia una cultura a favor de la infancia, En: CERVANTES, M.V. MONROY, M, ZARCO, C. **De la utopía a la acción. Cuatro experiencias de promoción popular**. México: Universidad Iberoamericana, 1995. P. 19-93

Forselledo, A. G. (2002). **Niñez en Situación de Calle Un Modelo de Prevención de las Farmacodependencias basado en los Derechos Humanos. Programa de Promoción Integral de los Derechos del Niño (IIN)**. 2. ed. Montevideo: Instituto Interamericano del Niño, 2002. 44p.

Geertz, C. (2003); **La interpretación de las culturas**. España: Gedisa, 2003. 387p

Giraldo, A. Forero, C. López, L. Tabares, L. Durán, P. (2006). Encontrar una familia en la calle. **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, Medellín, v. 24, n.1, p. 91-96, enero-junio.

Gómez, L. Sevilla, M. Álvarez, N. (2008). Vulnerabilidad de los niños de la calle. **Acta bioethica**, México, v.14, n. 2, 2008. Disponible en: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1726-569X2008000200013&lng=es&nrm=iso. Acceso en: 1 may. 2015

Heller, A. (1985). **Historia y vida cotidiana. Aportación a la sociología socialista**. México: Grijalbo. 1985. 166p.

Heller, A. (1996). **Una revisión de la teoría de las necesidades**. Barcelona: Paidós. 1996. 160p.

Krischke, P. J. Salazar, G. (1989). Necesidades y sujetos sociales. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 51, n. 3, p. 75-98. Julio-septiembre.

Lindon, A. (2000). **La vida cotidiana y su espacio- temporalidad**. Barcelona: Anthropos ,2000. 232p.

Maslow A. (1991). **Motivación y personalidad**. 2. ed. Madrid: Díaz de Santos SA. 1991.436p.

Mora, D.L, Tarazona, E.A. (2011). **Los significados tras las huellas de la calle. Investigación cualitativa sobre habitabilidad en calle, el sujeto y su permanencia en calle.** Trabajo de grado, (Trabajo social). Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca. Bogotá, Colombia.

Ortíz, V.M. (1984). **La casa. Una aproximación.** México: Universidad Autónoma Metropolitana. Xochimilco. 1984.153p

Ossa L. (2005). **Adolescentes en situación de calle: construcción de identidad en situación de extrema vulnerabilidad. Un acercamiento cualitativo.** Trabajo de grado (Magíster en Psicología). Universidad de Chile; Santiago de Chile. Chile.

Pérez, L.R, Barragán, R.L. (2012). Construcción social de un espacio público en la ciudad de México: la plaza Zarco y sus jóvenes. **Revista Nueva antropología**, México, v. 25, n. 76 p.13-32. Enero-junio.

Rengel, D. (2006). La satisfacción de las necesidades básicas de las personas sin hogar en Huelva: estrategias de supervivencia. 2006. Disponible en: http://www.caritashuelva.org/spip212/IMG/Estrategias_de_Supervivencia_PSH.pdf. Accese en: 15 ene. 2015

Saucedo, I. Taracena, B.E. (2011). Habitar la calle: paso hacia una ciudadanía a partir de este espacio. **Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Niñez y Juventud**, Manizales, v. 9, n. 1, p 269-285. Enero-junio.

Velasco, H, Díaz de Rada, Á. (1997). **La lógica de la investigación etnográfica: Un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela.** Madrid: Trotta.1997.304p

LES GUSTA MÁS A LOS HOMBRES QUE A LAS MUJERES EL SEXO CASUAL? COMPARANDO LA SITUACIÓN ENTRE ESPAÑA Y SUECIA

Andrea Gutiérrez García. ¹

Beatriz Palacios Vicario. ²

Resumen

Existe una idea ampliamente extendida que apunta a que a los hombres les gusta el sexo en mayor medida que a las mujeres; y por ende que muestran una actitud más favorable y mantienen una mayor predisposición a mantener relaciones sexuales casuales. En un estudio previo llevado a cabo en España y Suecia³ se ha constatado la presencia de esta idea entre la juventud y usopara apoyar la creencia de que las mujeres tendrían mayor facilidad para mantener contactos sexuales esporádicos si así lo desean. El presente trabajo tiene como objetivos principales examinar si existen diferencias de género en la percepción y comportamiento de la juventud en este sentido y examinar si esos resultados son propios de la cultura española o se mantienen en otros contextos como puede ser el sueco. Para ello, se realizaron 9 grupos de discusión en ambos países en los debían responder a un hipotético ofrecimiento de sexo casual por parte de una persona que acababan de conocer y se les pedía que justificaran su aceptación o rechazo. Los resultados fueron procesados y analizados mediante el programa de análisis de contenido NVIVO11.

Palabras clave: Diferencias de género, jóvenes, relaciones sexuales esporádicas, metodología cualitativa.

¹ Facultad de Psicología, c/ Compañía, 5, Universidad Pontificia de Salamanca. 37002, España.
agutierrezga@upsa.es

² Facultad de Psicología, c/ Compañía, 5, Universidad Pontificia de Salamanca. 37002, España.
bpalaciosvi@upsa.es

³ Tesis en proceso: Prostitución: construcción psicosocial de la coacción como consentimiento. Autora: Andrea Gutiérrez; Directora: Carmen Delgado. Universidad Pontificia de Salamanca (España)

DO MEN LIKE CASUAL SEX MORE THAN DO WOMEN? COMPARING THE SITUATION BETWEEN SPAIN AND SWEDEN

Abstract

There is a widespread notion that suggests that men like sex to a greater extent than women; and therefore show a more favorable attitude and maintain a greater willingness to keep casual sex. In a previous study conducted in Spain and Sweden⁴ it has been confirmed the presence of this idea among the youth and its use to support the belief that women could more easily have casual sex if they wish. This research is primarily aimed at examining whether there are gender differences in the perception and behavior of youth in this respect and to examine whether these results are typical of the Spanish culture or held in other contexts, such as the Swedish. To this end, nine focus groups were conducted in both countries, participants were asked to justify their acceptance or rejection to an hypothetical offer of casual sex by a person who had just met. The results were processed and analyzed using content analysis program NVIVO11.

Keywords: Gender differences, young, casual sex, qualitative methodology.

INTRODUCCIÓN

La sexualidad es parte inherente de la vida humana y elemento central del desarrollo de la identidad (CECILIA e ANIBAL, 2015), y así es considerada por la población joven como uno de los aspectos más importantes de la vida. Los últimos datos recogidos por el Instituto Nacional de la Juventud (2010) en España señalan que el 90% de la población entre 18 y 30 años considera la sexualidad como un aspecto fundamental, siendo este porcentaje algo más elevado en los hombres que en las mujeres. En países como Suecia esta importancia se ha concretizado en una educación sexual que es obligatoria en los centros escolares desde mediados del siglo XX (RFSU, 2011). Además, este tema se aborda de manera habitual en los medios de comunicación y esta filosofía de apertura cuenta con el respaldo de la población (Danielsson, Rogala e Esundström, 2001). Sin embargo, a menudo la sexualidad es reducida a la genitalidad, a lo puramente biológico (Cecilia e Anibal, 2015).

⁴ Thesis in process: Prostitution: the psychosocial construction of coercion as consent. Author: Andrea Gutiérrez; Supervisor: Carmen Delgado

Los numerosos estudios que se han hecho a nivel internacional acerca de la sexualidad en jóvenes se han centrado en las conductas de riesgo y el uso de los distintos sistemas anticonceptivos. El abordaje teórico del tema ha sido un ámbito de cambio, así en los últimos tiempos se ha incorporado la perspectiva de género a estos estudios. Por ejemplo, Maddaleno, Morelloe Infante-Espínola (2003) y García-Vega, Menéndez, García e Rico (2010) proponen para el estudio de las relaciones sexuales entre jóvenes un enfoque de género para conocer la situación de chicos y chicas en relación a la salud sexual.

Esta última cuestión ha puesto de relieve las diferencias en el comportamiento sexual que manifiestan las personas en función de haber sido socializadas como hombres o mujeres (Navarro- Pertusa, Reig-Ferrer, Barberá, e Ferrer- Cascales; García-Vega, Menéndez, García, e Rico; Petersen e Hyde, Puente et al., 2006, 2010, 2011), apuntando a un mayor interés en el sexo por parte de los hombres. Baumeister (2000) encontró evidencias empíricas que sugerían que el deseo sexual femenino es más maleable y cambiante que el masculino, en el sentido de que es más sensible a factores culturales y sociales, y más dependiente de las circunstancias externas. Los varones señalan tener relaciones sexuales en contextos menos comprometidos que las mujeres (Navarro-Pertusa et al., 2006), mientras que ellas señalan el enamoramiento o la vinculación emocional como principal razón para la experiencia sexual compartida. Sin embargo, estas diferencias no deben ser entendidas como diferencias biológicas con base evolutiva (Buss e Schmitt, 1993), sino que parece indicar la existencia de lo que Oliva, Serra e Vallejo (1997) denominan patrones de comportamiento sexual asociados al género y vinculadas a lo que la sociedad entiende como actitud deseable para uno y otro sexo. El patrón general masculino estaría caracterizado por un mayor número de pensamientos acerca del sexo (Baumeister, Ctanese, e Vohs; Conley et al., 2001, 2011), una actividad sexual más precoz y a veces más agresiva, por mayor número de parejas sexuales, mayor experiencia sexual en contextos relacionales sin compromiso y por una mayor aceptación y valoración del placer. Por el contrario, el patrón general femenino presentaría una actividad sexual más vinculada a relaciones de pareja y sentimientos afectivos, y más proclive a generar más sentimientos negativos y menor placer. Encontrándose que el número de orgasmos sólo se equipara al de los hombres, cuando las relaciones tienen lugar en un contexto relacional previo (CONLEY et al, 2011).

Con el paso del tiempo, el clima generalizado de apertura hacia las relaciones sexuales ha hecho que las relaciones de noviazgo y el matrimonio tradicional vayan perdiendo peso como

marco contextualizador, y ha dado lugar a una nueva manera de comprender los vínculos afectivos, amorosos y sexuales. Surge una nueva forma de vínculo más instrumental en la que se busca la pura satisfacción genital, sin los compromisos o ataduras posteriores que una relación implica, y sin ambicionar ninguna otra cosa. Wentland e Reissing (2011) establecen cuatro tipos de sexo ocasional: *one-night stands* (ligues de una noche); *fuckbuddies* (persona con la que mantienes un contacto regular para mantener relaciones sexuales), *bootycalls* (persona con la que contactas para mantener relaciones sexuales sin compromiso) y *friendswithbenefits* (amigas/os con derecho a roce). Esta clasificación se basa según sus autores en criterios tales como la frecuencia, tipo de contacto, análisis de la relación y el grado de amistad. La investigación clásica en este sentido es la llevada a cabo por Clark e Hatfield's (1989) en la que asistentes mujeres y hombres abordaban a participantes del sexo contrario y los invitaban a participar en sexo casual.

Los resultados señalaron que ninguna de las mujeres accedió frente al 70% de los hombres que sí lo hicieron. Los estudios posteriores que se han llevado a cabo, concluyen en el mismo sentido, son los hombres son los que más aceptan este tipo de encuentros (Conley, Ziegler e Moors; Jonason, Hatfield e Boler, 2013, 2014) y las razones o motivos pueden ser según Amstronge Reissing (2015) de carácter físico o emocional. En su estudio con 510 mujeres encontraron que en el caso de relaciones sexuales ocasionales las motivaciones que aparecen son de carácter físico a menos que haya una relación estable donde las razones serían de carácter más emocional. Otros autores como Jonason, Hatfield e Boler (2014) explican que los hombres aceptan más que las mujeres el sexo ocasional pero que influyen en estas decisiones los rasgos de personalidad y los estilos de amor, por ejemplo, los que tienen en una idea del amor más romántico son menos dados a este tipo de prácticas. Aún con estas diferencias, tanto hombres como mujeres se benefician de un bienestar psicológico (Vrangalova, 2014).

Para Conley (2011) las diferencias se explicarían por las capacidades sexuales de las personas que lo proponen y la anticipación de las mujeres del estigma que conllevaría la aceptación del ofrecimiento.

Teniendo en cuenta esta revisión sobre relaciones sexuales y género, este trabajo se centra en uno de los tipos de relaciones sexuales ocasionales, a saber: los *one-night stands* o ligues de una noche. En concreto, pretendemos abordar cuáles son los motivos y razones que llevan a los jóvenes a mantenerlos o no y ver si existen diferencias que puedan ser atribuidas al género.

MATERIAL Y MÉTODOS

2.1 Objetivos del estudio:

- Conocer la actitud que manifiesta la juventud universitaria española y sueca ante las relaciones sexuales esporádicas.
- Conocer la percepción de chicos y chicas acerca de la aceptación/rechazo del supuesto presentado y su actitud ante el mismo.

2.2 Estrategia metodológica

En base a los objetivos planteados optamos por una estrategia metodológica basada en la metodología cualitativa, ya que entendemos esta forma de trabajar tal y como Strauss eCorbin (1990, p.17) la describieron:

cualesquier tipo de investigación que produce resultados a los que no se ha llegado por procedimientos estadísticos u otro tipo de cuantificación. Puede referirse a investigaciones acerca de la vida de las personas, historias, comportamientos y también al funcionamiento organizativo, movimientos sociales o relaciones e interacciones. Algunos de los datos pueden ser cuantificados pero el análisis en sí mismo es cualitativo

Nuestro objetivo de investigación se refiere a la vida de las personas y son ellas las que nos proporcionan los datos, es decir, su propia experiencia, de los que extraer la información en un contexto natural. Por otro lado, como técnica de análisis hemos realizado un análisis de contenido de los grupos de discusión realizados a lo largo del curso 2012-2013 en España y 2013-14 en Suecia. Estos últimos se realizaron durante la estancia predoctoral de una de las autoras en dicho país⁵.

2.3 Dimensiones, sistema de categorías y criterios de calidad aplicados a la investigación

⁵Ayuda predoctoral FPI concedida por la Consejería de Educación, Cultura y Turismo del Gobierno de La Rioja, asociada al IV Plan Riojano de I+D+I 2012-2015

Las *dimensiones* que dieron lugar al sistema de categorías utilizado para el análisis de los datos están relacionadas con las preguntas iniciales que se les plantearon a las/os participantes durante los grupos de discusión:

- ¿Aceptarías el ofrecimiento? ¿cuál serían los motivos, razones...que te llevarían a aceptar dicho supuesto?
- ¿Rechazarías el ofrecimiento? ¿cuál serían los motivos, razones...que te llevarían a no aceptar dicho supuesto?

A partir de estas dimensiones y después de la transcripción de los grupos de discusión se elaboró el siguiente sistema de categorías:

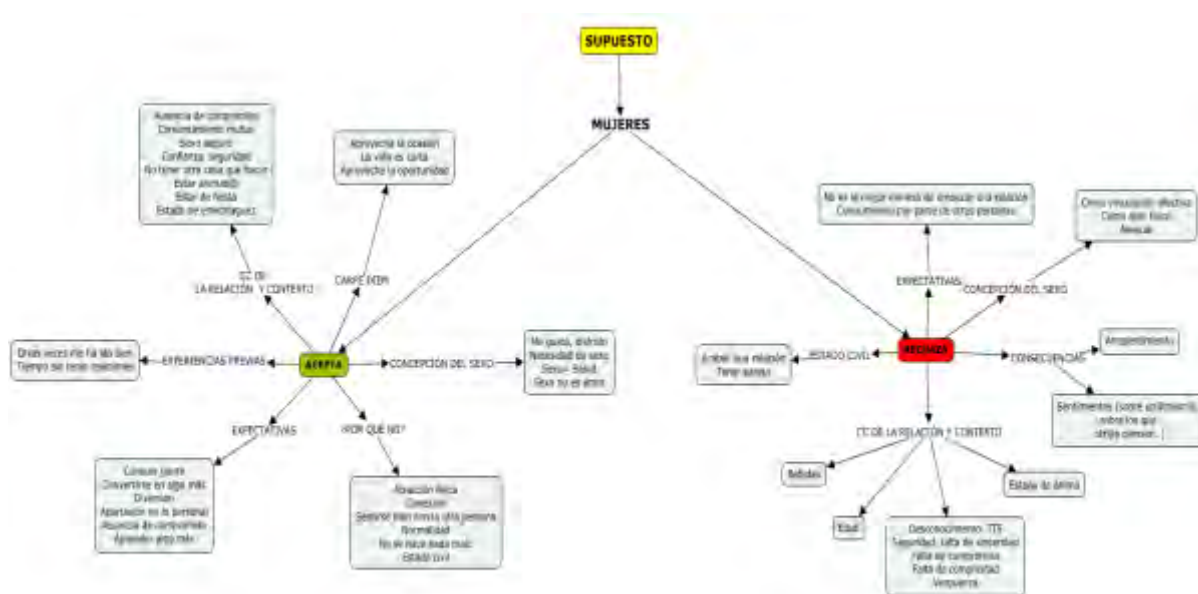


Fig. 1. Sistema de categorías para el análisis del discurso de los grupos de discusión realizados. El mismo para los hombres. (Elaboración propia)

Para la validación del sistema de categorías expuesto anteriormente, así como a lo largo de todo el trabajo, se han utilizado los siguientes criterios de calidad (GUBAeLINCOLN, 1985, 1989) aplicados de la siguiente forma:

Tabla 1: Criterios de calidad aplicados en la investigación.(Elaboración propia)

Criterios	Aplicación
Dependencia	1.- Se llevó a cabo un análisis exploratorio de los discursos de los grupos 2.- Se realizó una descripción de las categorías elaboradas utilizando diccionarios específicos de español e inglés. 3.- Se realizó una prueba de validez pretest, es decir, una prueba de fiabilidad interjueces, facilitando el listado de las categorías, el manual de descripción de categorías y la información recogida a través del trabajo de campo a dos expertas en el tema, una española y otra sueca.
Transferibilidad	Este aspecto se consiguió a través de la delimitación del fenómeno estudiado, la clarificación de los criterios de selección de la muestra, la especificación del marco teórico y de los objetivos del trabajo.
Confirmabilidad	Se aportan citas textuales originales de los discursos que avalan la creación objetiva de las categorías, los resultados y las conclusiones aportadas.
Credibilidad	Un grupo de expertos/as en el tema valoró la adecuación de las categorías al objetivo de la investigación. De esta valoración se decidió reformular la categoría CONCEPCIÓN DEL SEXO.

2.4 Participantes

La población objeto de estudio es la referida a las/os estudiantes de educación superior de la ciudad de Salamanca (España) y de la ciudad de Lund (Suecia). Mediante las redes sociales se hizo una convocatoria para participar en la investigación que presentamos. A dicha convocatoria se presentaron un total de 85 participantes. De los cuales, 3 no pudieron asistir por incompatibilidad de horarios. De los 82 participantes, 46 son de Salamanca y 38 de Lund. En concreto las personas participantes de Salamanca son estudiantes universitarios de las titulaciones de Educación, Ciencias de la actividad Física y el Deporte, y de Psicología de la Universidad Pontificia de Salamanca; 20 hombres y 26 mujeres con edad comprendidas entre los 18 a 24 años (21,28 años de media; $S_x=2,875$); el 43% de la muestra está en tercer curso de

sus respectivos estudios; el 30% en segundo curso, el 14 % en primero, y el resto en último curso y el 94.4% de ellos tienen como preferencia sexual personas de sexo distinto, y el 4.3% personas de su mismo sexo. En Lund participaron 19 hombres y 19 mujeres con características similares: el rango de edad es de 18 a 25 años (22,33 años de media; $Sx=1,84$); el 15% de la muestra está en cuarto curso de sus respectivos estudios; el 45% en tercer curso, el 14 % en segundo, y el 31% en primer curso; mayoritariamente son estudiantes de Psicología aunque también hay estudiantes de Enfermería, Educación y Marketing; y el 90,2% de ellos se sienten atraídas por personas de sexo distinto, frente al 9,8% con preferencia hacia personas de su mismo sexo.

2.5 Acceso al campo y técnicas de recogida de datos

La técnica de recogida de datos utilizada en el estudio fue el grupo de discusión. En concreto, se realizaron 9 grupos, cinco en Salamanca y cuatro en Lund. Para la preparación de la logística relacionada con los grupos usamos la figura del informante clave quien nos ayudó con la gestión de los mismos (establecimiento de horarios, organización de los grupos, enlace entre las personas participantes y la investigadora...). En Salamanca se realizaron en una sala habilitada para tal efecto en la Facultad de Psicología de la Universidad Pontificia, concretamente en la cámara Gessell en la que se dispone de un equipo de grabación de audio y video; los grupos de Lund se realizaron en la Facultad de Psicología de la Universidad de Lund, en un aula de trabajo de grupo y se utilizó para grabar una cámara portátil. Las grabaciones se realizaron previo consentimiento firmado de las personas participantes. La duración de los mismos osciló entre 60-90 minutos, y la composición de los grupos fue la siguiente:

Tabla 2: Composición de los grupos de discusión.(Elaboración propia)

SALAMANCA		LUND	
GRUPO 1	5 hombres y 5 mujeres	GRUPO 1	6 hombres y 4 mujeres
GRUPO 2	10 hombres	GRUPO 2	11 mujeres
GRUPO 3	5 hombres y 5 mujeres	GRUPO 3	4 hombres y 4 mujeres
GRUPO 4	10 mujeres	GRUPO 4	8 hombres
GRUPO 5	6 mujeres		

Los grupos de mujeres, tanto los realizados en Salamanca como los de Lund, fueron moderados por una de las autoras de este trabajo. En el caso de los grupos mixtos y de hombres se contó, además, con un moderador del mismo sexo y nacionalidad para asegurar un buen rapport.

Se elaboró un guion previo de la sesión en relación a un supuesto. Dicho supuesto es el siguiente:

Imagina que estás una noche de fiesta y se te acerca una persona que te gusta físicamente, empezáis a hablar y te agrada cómo es. Al final de la noche surge la posibilidad de tener una relación sexual. Lo más sinceramente posible señala si aceptarías o rechazarías mantener relaciones sexuales con esa persona y los motivos por los que tomarías esa decisión y por los que no adoptarías la contraria.

A raíz de plantear esta situación la moderadora interpela acerca de las siguientes cuestiones:

- ¿Qué harías?
- ¿Qué motivos o razones te llevan a aceptar o rechazar esta proposición?

Una vez realizados los grupos se llevó a cabo la transcripción de los mismos, para ello se aprovechó la funcionalidad habilitada para tal fin en el programa de análisis de datos cualitativos NVIVO 11 con el que trabajamos.

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

Para el análisis de los datos se utilizó el programa NVIVO 11. Presentamos a continuación los resultados obtenidos del análisis de los discursos de los grupos de discusión, según los objetivos planteados al inicio del trabajo.

- **Aceptación y rechazo del supuesto**

La primera cuestión que se aborda en los grupos de discusión tras presentar el supuesto por parte de la persona moderadora, es si se aceptaría o no el supuesto planteado. En la figura 1 se pueden apreciar ciertas diferencias por nacionalidad, pero sobre todo por sexo. Como se puede observar, los porcentajes de rechazo del supuesto son más altos en las jóvenes españolas y suecas que en sus colegas.

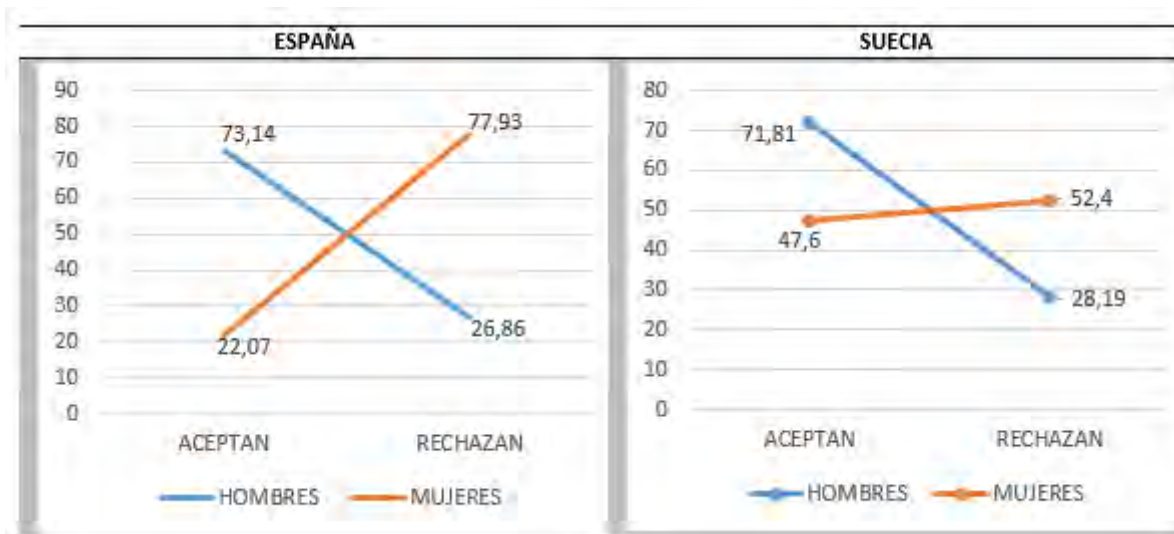


Fig. 2. Porcentaje de discurso en los que se acepta y se rechaza el supuesto en España y Suecia. (Elaboración propia)

- Las razones, motivos, condicionantes, variables y situaciones para aceptar el supuesto.

Tabla 3: Porcentajes del discurso sobre las razones, motivos... para aceptar el supuesto. (Elaboración propia)

CATEGORIAS	ESPAÑA	SUECIA
Características de la relación	17.29	16.34
Carpe Diem	10.53	5.88
Concepción del sexo	27.07	33.99
Expectativas	9.77	9.15
Experiencias previas	2.26	1.96
¿Por qué no?	33.08	32.68

Las dos categorías más representativas han sido en ambos países *Concepción del sexo* y *¿Por qué no?* como se puede ver en la tabla 3.

Los discursos expuestos por las/os participantes en la categoría *Concepción del sexo* se centran en primer lugar en la noción del sexo como fuente de disfrute, placer, diversión...

“Aceptaría tener relaciones sexuales con esa persona ya que para mí no tiene nada

de malo, todo lo contrario, es un placer.”
(Mujer, España, Sexocomodiversión)

“As long as it's mutual and both agree it's a fun thing that wouldn't make anyone comfortable. Whynot? Sex is fun!” (Hombre, Suecia, Sexo como diversión)

En segundo lugar, las/os participantes españoles consideran el sexo como algo natural ligado a impulsos o cuestiones biológicas, mientras que para las suecas/os aparece la desvinculación entre sexo y amor, y la normalización del hecho de mantener relaciones sexuales desde el primer momento.

“Porque es algo natural e inherente al ser humano, y reprimir los impulsos es negativo (en el caso de no tener pareja). Si tuviera pareja no lo haría.” (Hombre, Suecia, Sexo como algo natural)

“I don't view sexual intercourse as an integral part of deeper relationship. I view it as a separate issue.” (Hombre, Suecia, sexo desligado del amor)

Por último, dentro de la categoría concepción del sexo aparece en ambos países la idea del sexo como fuente de salud.

En relación a la categoría *¿Por qué no?* en ambas nacionalidades se da por hecho, y se aborda como natural y lógico, que si una persona te gusta, sientes atracción o química por ella, has conectado y te sientes a gusto eso pueda llevar a mantener una relación sexual casual.

“If I am attracted to a person I wouldn't refuse having sex with him.” (Mujer, Suecia, ¿Por qué no?, Normalidad)

En segundo lugar aparece el hecho de no tener pareja. El resto del discurso que se recoge en esta categoría hace referencia a que no hay nada de malo ni se hace daño a nadie por aceptar el supuesto.

“Aceptaría puesto que no tengo ningún tipo de carga y quiero pasarlo bien.” (Mujer, España, ¿Por qué no?, Estado Civil)

- **Las razones, motivos, condicionantes, variables y situaciones para rechazar el supuesto.**

Tabla 4: Porcentajes del discurso sobre las razones, motivos...para rechazar el supuesto.(Elaboración propia)

CATEGORIAS	ESPAÑA	SUECIA
Características de la relación	23.43	24.8
Concepción del sexo	45.71	45.53
Consecuencias	6.29	3.66
Estado civil	18.86	18.29
Expectativas	5.14	5.69
Experiencias previas	0.57	2.03

En ambos países el motivo que más aparece en el discurso a la hora de rechazar el supuesto es de nuevo la *Concepción del sexo* y específicamente, el entendimiento del sexo como una actividad que no puede ir desligada de cierto vínculo afectivo con la otra persona.

En concreto, el hecho de relacionar el sexo con matrimonio o relación estable es la razón más común entre las/os participantes para rechazar el supuesto, y esto en mayor medida en las/os participantes suecas/os.

“I don’t believe sex before getting marriage” (Hombre, Suecia, Sexovinculado a amor)

En segundo lugar, aparece la convicción de no hacerlo la primera vez cuando conoces a alguien y un criterio más estrictamente temporal o de cantidad que alude a la necesidad de verse más días o tener más citas antes de mantener relaciones.

“En principio no mantengo relaciones sexuales con un chico al que conozca de una noche.” (Mujer, España, No hacerlo la primeravez)

“I would like to get to know the person a little bit more and see him a couple of times before I make up my mind if I want to have sex with him or not. Then after going out or seeing him elsewhere so I know him I might choose to have sex with him.” (Mujer, Suecia, Criterio temporal)

En segundo lugar, los motivos que llevan a rechazar el supuesto en ambos países están relacionados con las *características de la relación o el contexto* en el que tiene lugar. Específicamente las ideas que aparecen más frecuentemente tienen que ver con el desconocimiento de la otra persona y en consecuencia con el miedo a contraer infecciones de transmisión sexual o el temor por la propia seguridad. Otros discursos ligan esta falta de conocimiento a la incomodidad, sentimientos de vergüenza y falta de complicidad que desembocaron en sexo no satisfactorio.

Porque desconfiaría y considero que es algo más íntimo como para que sucediese un día por la noche sin más y además con un desconocido. (Mujer, España, Características de la relación o el contexto)

"I have sexual intercoursés with people I am more comfortable with, i.e., it would take a few more proper "dates" to jump into bed with the person." (Hombre, Suecia, Características de la relación)

CONCLUSIONES.

En la actualidad el mantener relaciones sexuales casuales, fuera del marco de una relación estable de pareja, es una práctica habitual entre la juventud (Vrangalova e Ong, 2014). En nuestro estudio, hemos querido centrarnos en un tipo concreto de relaciones que son los ligues de una noche, aquellos en los que la relación sexual se produce con alguien que se acaba de conocer, normalmente en el contexto de una noche de fiesta.

Nuestros resultados refuerzan diferencias en este tipo de comportamiento sexual en función de haber sido socializado como mujer u hombre. Así, existe mayor predisposición en los hombres a aceptar el supuesto; y por tanto a mantener una relación sexual con alguien que se acaba de conocer.

Estos datos parecen contradictorios si atendemos a la percepción que tienen ambos, basada en su experiencia, de que las chicas tienen más facilidades para ligar. Por el contrario, no resulta discordante si tenemos en cuenta las premisas amor vs. sexo en las que han sido socializadas/os en función de su sexo; y es que el género al ser una construcción social es ante todo un repertorio de expectativas de comportamientos y

actitudes virtuales que responden a tipos ideales. Si filtramos por la variable nacionalidad vemos que las chicas suecas están más predispuestas que sus compañeras españolas a aceptar dichas relaciones sexuales ocasionales, aunque muy por debajo del porcentaje de aceptación de sus colegas hombres. Esto señalaría que pese a que los hombres aceptan en mayor medida, este tipo de oportunidades se les presenta en menor número de ocasiones, apreciándose este hecho tanto en el contexto sueco como en el español.

En ambos países se observa que el hecho de aceptar un ligue de una noche está influido por la filosofía que hemos convenido llamar ¿Por qué no? y la de *carpe diem*. Esto es, si una persona está soltera lo lógico es que si conoce a alguien que le atraiga físicamente y con el que se encuentre a gusto eso desemboque en una relación sexual. Ligado a esto aparece la idea de aprovechar las oportunidades que surgen y que quizá no vuelvan a presentarse.

En el caso de los rechazos al supuesto, casi la mitad de la muestra, lo hacen porque entienden el sexo como una actividad más allá de lo físico y que ha de implicar un vínculo emocional con la otra persona. Asimismo aparece, aunque quizá en un porcentaje menor al que cabría esperar, discursos que aluden a la prevención de riesgos.

Estos resultados ponen de manifiesto que la monogamia es la norma para las relaciones sexuales y que la sexualidad se percibe como positiva y fuente de placer; pero en el caso de las mujeres para ello tiene que ir acompañado de cierto conocimiento previo de la otra persona. En el caso de Suecia parece que la larga tradición en educación sexual puede haber favorecido que las mujeres se muestran más abiertas; aunque no al mismo nivel que los hombres. Es decir, que aunque actualmente existe una sexualidad más abierta y flexible, son los hombres los que la viven con mayor libertad, ya que más allá de una cuestión biológica, como nos han querido dar a entender las teorías evolucionistas (Buss e Schmitt, 1993), se trata de una compleja construcción social, que involucra la dinámica de género y las relaciones de poder.

La sociedad determina en su imaginario conductas aceptables e incluso deseadas de comportamiento sexual para los varones y para las mujeres. Para los hombres, el rol histórico es la conquista sexual, como una forma de probar su masculinidad, para las mujeres el rol prescrito es la pasividad sexual, por lo que no se les alienta para que tomen decisiones respecto a la elección de sus parejas sexuales, negocien con sus compañeros el momento y la naturaleza de la actividad sexual o se protejan de un embarazo no deseado y de infecciones de transmisión sexual (Rangel e Garcia, 2010). Además, son percibidas

de modo más negativo que los hombres cuando muestran mayor iniciativa sexual o aceptación de un ofrecimiento sexual (Conley et al 2011). Por tanto, la base de las diferencias encontradas no radica en la biología, sino en el doble estándar que dicta los comportamientos apropiados para cada sexo.

Es necesario reflexionar y trabajar, desde la educación formal e informal, acerca de los estereotipos, prejuicios y valores sobre sexualidad que perpetúan las relaciones desiguales entre los sexos y obstaculizan el derecho a vivir una sexualidad sana, libre y satisfactoria, así como conductas de riesgo para una parte de sus miembros.

Una de las líneas futuras de investigación que queda abierta en nuestro estudio sería comparar los motivos, razones...que llevan a rechazar o aceptar el supuesto de hombres y mujeres para determinar si existen diferencias relacionadas con el género, como sería presumible por cómo los roles de género sexual continúan imponiéndose en nuestro entorno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amstrong, H. L.; Reissing, E. D.(2015). Women's motivations to have sex in casual and committed relationships with male and female partners. **Archives Of Sexual Behavior**,v. 44, n.4, p. 921-934.

Baumeister, R. F.(2000). Gender differences in erotic plasticity: The female sex drive as socially flexible and responsive. **Psychological Bulletin**, n. 126, p. 247-374.

Baumeister, R.F.; Catanese, K.R.; Vohs, K.D. (2001). Is there a gender difference in strength of sex drive? Theoretical views, conceptual distinctions, and a review of relevant evidence. **Personality and Social Psychology Review**,n-5,242-273.

Buss,D.M.; Schmitt,D.P. (1993). Sexual strategies theory: a contextual evolutionary anlysis of human mating. **PsychologicalReview**, n.100, 204-232.

Cecilia,A.; Anibal, W. (2015). Sexo y sexualidad, complejidad de la identidad humana. **Revista Colombiana de Enfermería**, v.8,187-199.

Conley, T.D. (2011). Perceived proposer personality characteristics and gender differences in acceptance of casual sex offers. **Journal of Personality and Social Psychology**, n.100, 309-329.

Conley, T. D.; Ziegler, A.; Moors, A. C. (2013). Backlash from the bedroom: Stigma mediates gender differences in acceptance of casual sex offers. **Psychology Of Women Quarterly**, v. 37, n. 3, p. 392-407.

Danielsson, M.; Rogala, C.; Sundström, K. (2001). **Teenage Sexual and Reproductive Behavior in Developed Countries**, n.7. New York: The Alan Guttmacher Institute. Disponível em <https://www.guttmacher.org/sites/default/files/pdfs/pubs/summaries/swe_den_teen.pdf> Acesso em: 06 octubre 2016.

García-Vega, E.; Menéndez, E.; García, P.; Rico, R. (2010). Influencia del sexo y del género en el comportamiento sexual de una población adolescente. **Psicothema**, v. 22, n. 4, p. 606-612.

Guba, E.G.; Lincoln, Y. S. (1985). **Naturalistic inquiry**. Beverly Hills: Sage Publications.

Guba, E.G.; Lincoln, Y. S. (1989). **Fourth generation evaluation**. Newbury Park: SAGE Publications.

Instituto Nacional De La Juventud. (2010). **Jóvenes y diversidad sexual**. 2010. Disponível em: <http://www.injuve.es/sites/default/files/Sondeo2010diversidadsexual_resultados.pdf> Acesso em: 04 octubre 2016.

Jonason, P. K.; Hatfield, E.; Boler, V. M. (2015). Who engages in serious and casual sex relationships? An individual differences perspective. **Personality And Individual Differences**, n. 75, p. 205-209.

Maddaleno, M.; Morello, P.; Infante-Espínola, F. (2003). Salud y desarrollo de adolescentes y jóvenes en Latinoamérica y El Caribe: desafíos para la próxima década. **Revista de Salud pública de México**, n. 45, suplemento 1, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/spm/v45s1/15454.pdf>> Acesso em: 04 octubre 2016.

Navarro- Pertusa, E.; Reig-Ferrer, A.; Barberá, E.; Ferrer- Cascales, R. (2006). Grupo de iguales e iniciación sexual adolescente: diferencias de género. **International Journal of Clinical and Health Psychology**, n. 6, p.79-96.

Oliva, A.; Serra, L.; Vallejo, R. (1997). Patrones de comportamiento sexual y contraceptivo en la adolescencia. **Infancia y aprendizaje**, n. 77, p.19-34.

Petersen, J.L.; Hyde, J.S. (2010). A meta-analytic review of research on gender differences in sexuality. **Psychological Bulletin**, v. 136, n. 1, p. 21-38.

Puente, D.; Zabaleta, E.; Rodríguez-Blanco, T.; Cabanas, M.; Monteagudo, M.; Pueyo, M.J.; Jané, M.; Mestre, N.; Mercader, M.; Bolívar, B. (2011). Gender differences in sexual risk behaviour among adolescents in Catalonia, Spain. **Gaceta Sanitaria**, v. 25, n. 1, p. 13-19.

Rangel, Y.; García, M. (2010). Influencia del rol de género en la conducta sexual de riesgo en adolescentes universitarios. **Index de Enfermería**, v.19, n.4, 245-248.

Rfsu. (2011). What's it all about? Information on sex and relationship education in the Swedish school, 2011. Disponível em: <http://www.rfsu.se/Bildbank/Dokument/Metod-Handledning/hurfunkardet_engelska.pdf?epslanguage=en> Acesso em: 05 octubre 2016.

Strauss, A.; Corbin, J. (1990). **Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques**. London: Sage.

Terri, D.; Moors, A.C.; Matsick, J.L.; Ziegler, A.; Valentine, B.A. Women, men and the bedroom: methodological and conceptual insights that narrow, reframe and eliminate gender differences in sexuality. **Current Directions in Psychological Science**, v.5, n.20, p.296-300, 2011.

Vrangalova, Z.; Ong, A. D. (2014). Who benefits from casual sex? The moderating role of sociosexuality. **Social Psychological And Personality Science**, v. 5, n.8, p. 883-891.

Wentland, J. J.; Reissing, E. D. (2011). Taking casual sex not too casually: Exploring definitions of casual sexual relationships. **Canadian Journal Of Human Sexuality**, v. 20, n. 3, p. 75-91.

ETNOGRAFÍA Y TÉCNICAS AUDIOVISUALES EN INVESTIGACIÓN CUALITATIVA

Rosío Córdova-Plaza¹

Alba H. González-Reyes²

Resumen

Nuestro objetivo es presentar una investigación antropológica con metodología cualitativa y técnicas audiovisuales –fotografía y/o video- cuya finalidad es propiciar la participación de jóvenes en zonas indígenas, mediante la producción de documentos visuales entre informantes e investigadoras. Las técnicas audiovisuales han sido empleadas como estrategia de concienciación para que las/los jóvenes se responsabilicen sobre sexualidad y cuidado del cuerpo. Trabajamos con la cultura visual bajo el supuesto de que la sensibilidad de las colectividades se forma y reinventa a través de las relaciones entre ver y saber, en la inteligencia de que las imágenes creadas por los propios informantes favorecen la identificación y apropiación del tema de investigación. Se reflexiona sobre el trabajo de intervención de estudiantes universitarios con bachilleres de tres comunidades indígenas totonacas en México, con los temas de ciudadanía, género, sexualidad y cuidado del cuerpo a través de talleres de fotografía y video impartidos durante tres meses. Se presentan productos derivados de la experiencia entre investigadoras, jóvenes universitarios e informantes adolescentes totonacos: la sinopsis de un documental informativo sobre salud sexual; un cuadernillo fotográfico digital con los jóvenes totonacas.

Palabras clave: Método etnográfico, técnicas audiovisuales, género, cuerpos, sexualidad.

ETHNOGRAPHY AND AUDIOVISUAL TECHNIQUES IN QUALITATIVE RESEARCH

Abstract

This article deals with qualitative methodology and the use of audiovisual techniques -pictures and/or video- in anthropological research. The aim was to obtain social involvement of young people in indigenous areas by producing visual documents. Audiovisual techniques are part of a strategy of awareness for young people to take responsibility on sexual and body care. We

¹ Doctora en Ciencias Antropológicas, investigadora del Instituto de Investigaciones Histórico Sociales, Universidad Veracruzana, Diego Leño no. 8, Centro, Xalapa, Veracruz, 91000, México, rosiocordova@hotmail.com.

² Doctora en Historia y Estudios Regionales, docente de la Facultad de Trabajo Social, Universidad Veracruzana región Poza Rica-Tuxpan, Calle 12 no. 215 Col. Cazones, Poza Rica, Veracruz, 93230, México, estenoposlit@gmail.com

work with visual culture under the assumption that images created by informants themselves encourage their appropriation of the research process. Dealing with an intervention approach, undergrad students worked with young bachelors of three Totonaco indigenous localities in Mexico, on issues of citizenship, gender, sexuality and body care, through workshops on photography and video taught during three months. Products derived from present experience between researchers, university students, and Totonacoteen-agers: the synopsis of an informative documentary on the subject of sexual health; a digital photo booklet with youngsters in Totonaco communities.

Key words: Ethnographic method, audiovisual techniques, gender, bodies, sexuality.

INTRODUCCIÓN

El presente artículo ofrece los resultados de una investigación antropológica que ha combinado la metodología cualitativa y las técnicas audiovisuales –fotografía y/o video–, cuyo objetivo ha sido el de propiciar la participación social de jóvenes mujeres y varones habitantes de zonas indígenas, con el fin de que tomen conciencia acerca de su responsabilidad en el cuidado del cuerpo propio y de la salud sexual y reproductiva. Esta investigación sigue la metodología del antropólogo inglés Marcus Banks (2010), quien propone la producción colaborativa de documentos visuales entre población participante e investigadoras. Trabajamos con la cultura visual bajo el supuesto de que la sensibilidad de las colectividades se forma y actualiza a través de las relaciones entre ver y saber como mutuamente constitutivas.

El empleo de la etnografía en comunión con técnicas audiovisuales forma parte de una estrategia de sensibilización y concienciación sobre el ejercicio de una sexualidad responsable. Como estudio específico presentamos el trabajo de campo realizado con estudiantes universitarios de la licenciatura en Trabajo Social de la Universidad Veracruzana, región Poza Rica-Tuxpan, quienes a su vez tuvieron trabajo de intervención con jóvenes bachilleres de comunidades indígenas acerca de los temas de cuidado del cuerpo, ciudadanía y cultura visual, a través de cursos talleres con el uso de la fotografía y el video, en un lapso de tres meses en tres localidades totonacas del estado de Veracruz, México. Como resultado del trabajo con jóvenes totonacos se examinan dos productos derivados de la experiencia de campo entre las investigadoras, jóvenes universitarios e informantes adolescentes totonacos que trabajaron y colaboran en el proyecto: la sinopsis de un documental informativo sobre el tema de salud sexual y un cuadernillo fotográfico digital elaborado por jóvenes de las comunidades totonacas.

ETNOGRAFÍA Y CULTURA VISUAL

La etnografía, como el método por excelencia de la antropología, privilegia la perspectiva de los sujetos y confiere a la disciplina un carácter experiencial, interpretativo, dialógico y polifónico (Clifford, 1995). En ese horizonte, el entendimiento de los significados que los grupos humanos otorgan a sus acciones se conforma como el principal objetivo para acceder a las diversas lógicas a partir de las cuales las sociedades se organizan y dan sentido al mundo. Ya Claude Lévi-Strauss (1984) mostró cómo la aprehensión de la realidad opera de manera diferenciada y parcializada, en tanto Clifford Geertz (1995) ha insistido en la necesidad de integrar la perspectiva *emic* para lograr una “descripción densa”, es decir, más profunda y abarcativa de la cultura de un grupo social.

Este objetivo puede ser potenciado mediante el empleo de técnicas audiovisuales que permitan la construcción compartida del trabajo de investigación entre investigadoras y sujetos de estudio. Desde un enfoque hermenéutico, la propuesta de la cultura visual contribuye a un diálogo fluido entre las partes mediante los siguientes alcances: a) el establecimiento de relaciones más horizontales, b) el favorecimiento de una expresión más libre, c) la obtención de una mayor comprensión entre ópticas relativamente distintas, c) la liberación de tensiones y ansiedades derivadas de la participación, y d) la identificación, discusión y apropiación de los propósitos de la investigación. Tenemos la convicción de que las imágenes creadas por los propios informantes, discutidas y resemantizadas en un ambiente de respeto mutuo, representan una espiral ascendente en el proceso investigativo.

La literatura especializada indica la comprensión de una cultura desde las imágenes como un aspecto fundamental para elaborar conocimiento. Con Michael Mirzoeff (2003) suscribimos el concepto de cultura visual, el cual reconoce que la imagen visual no es estable sino que cambia su vínculo con la realidad externa en determinados momentos de la modernidad. La cultura visual explora más bien ambivalencias, grietas y espacios de resistencia en la vida cotidiana, pero considerando siempre al centro la mirada y el punto de vista del receptor. En este marco, el uso de la cámara fotográfica puede ser un objeto que propicie el acercamiento entre investigador e informantes.

Esta relación no es nueva, pues la antropología ha tenido una parcela de conocimiento fundacional en el uso de las técnicas fotomecánicas de producción de imagen, primero con la fotografía desde la cuarta década del siglo XIX y después con el uso del cine hacia finales del mismo siglo. Paul Hockings (2003), Jay Ruby (2007), Anna Grimshaw (2007) y Marcus Banks (2010) son algunos de los autores que han dado cuenta de esa historia. Y el cuerpo ha sido una

importante temática dentro de los estudios antropológicos. Por ejemplo, la fotografía antropométrica fue un proyecto íntimamente relacionado con las ideas antropológicas decimonónicas cuya intención fue demostrar la correlación evolutiva biológica y social. Médicos, biólogos, sociólogos y antropólogos se esforzaron por proporcionar pruebas morfológicas, así como escalas métricas de las razas y tipologías de las sociedades humanas en su escala evolutiva.

El siglo XX vería florecer problemáticas conceptuales en torno al cuerpo, al género y a la sexualidad, categorías de análisis fuertemente enlazadas entre sí. Para tal efecto, estudiosos de la antropología habrían de considerarla cámara fotográfica y la de video como una innovadora parte de la instrumentación para el levantamiento y registro de datos etnográficos. Margaret Mead es un referente tanto en la investigación antropológica de género como en la antropología visual. De inicio “su investigación en tres sociedades de Nueva Guinea es el primer intento sistemático por demostrar que las percepciones sobre las categorías masculina y femenina en cada cultura no están determinadas por su substrato biológico” (Córdova, 2003, p.32) sino que más bien pertenecen a una construcción social.

De igual modo, Mead se reconoce como una de las primeras teóricas en atender a la antropología visual como una rama que brinda alternativas a los observables sobre terreno. Su propuesta sugiere el registro de comportamientos filmados donde la cámara, al igual que las grabaciones de textos, ofrece opciones de información del Otro. En defensa de las técnicas audiovisuales pensaba que cualquier etnógrafo adecuadamente capacitado que estuviera en posibilidad de cargar con una cámara, ponerla sobre un trípode, medir la distancia y establecer paradas podría muy bien aprender a hacer registros visuales que luego serían susceptibles de ser utilizados para el microanálisis de, por ejemplo, danzas, canciones, movimientos corporales y todo lo relativo a las relaciones de acuerdos, negociaciones, convenios o conflictos entre las personas (Mead, 2003).

Bronislaw Malinowski sentó las bases de un modelo conocido como “etnografía experimental”, el cual consiste en dar un diseño claro y lógico de la estructura social con el objetivo de establecer leyes generales del comportamiento humano y la vida social. Con ese objetivo habría de interesarse de forma sistemática en los instrumentos que acompañan a los métodos activos de investigación, entre los que incluía la cámara fotográfica. En complemento, Malinowski manifiesta una preocupación teórica respecto a la sexualidad, el cuerpo y el género. Tanto *Los argonautas del Pacífico Occidental* (1975) como *La vida sexual de los salvajes del noroeste de la Melanesia* (1986) son trabajos etnográficos que proporcionan una descripción

detallada sobre el comportamiento sexual, las costumbres sexuales y las técnicas eróticas en la sociedad trobriandesa de Papúa Nueva Guinea, haciendo especial énfasis en el ámbito de las mujeres, la matrilinealidad y la matrifocalidad, así como en el amplio acceso sexual de los y las jóvenes.

En cuanto a los aportes del trabajo etnográfico moderno en relación con las técnicas audiovisuales cabe mencionar también a W.H.R. Rivers. Anna Grimshaw (2007) sugiere que el proyecto de Rivers es importante para la antropología por la modernidad de su visión que va a sobreponerse a otras formas de ver, por ejemplo, los enfoques etnográficos desarrollados por Malinowski y posteriormente por Radcliffe-Brown. Como consecuencia, el impulso de la modernidad en la obra de Rivers adquiere una nueva relevancia. La investigación de Rivers relacionaba las cuestiones de la visión y percepción, consideradas ambas como parte de la invención del método genealógico. Para el trabajo de campo empezó a recoger las genealogías orales, reconociendo que las relaciones de parentesco son un vehículo importante para la comprensión de la organización social (Grimshaw, 2007). El diagrama de parentesco se convirtió así en una expresión visual, resumen de estos principios subyacentes de la estructura y organización sociales. Rivers asociaba lo concreto real con la representación visual entre “lo primitivo” protopático o tosco con el desarrollo científico epicrítico o de tacto fino (Grimshaw, 2007). Estos ejemplos de trabajo etnográfico ofrecieron métodos más enfáticos en la creación de imágenes como apoyo en el estudio de las comunidades que eran realizadas por los propios investigadores.

La influencia de estas propuestas metodológicas se ha traducido en la elaboración de imágenes dependientes directamente del trabajo del investigador social y de un equipo especializado en el uso de instrumentos idóneos para su registro: cámaras, programas de edición para el manejo de imagen y sonido, tanto fijo como cinemático –fotografías, películas, cintas de video, dibujos, diagramas, gráficas–, son parte de un conjunto más general de métodos de investigación. Sin embargo, aunque este tipo de registro se ha generalizado, esto resulta particularmente difícil cuando se abordan problemáticas de género, cuerpo y sexualidad, ya que es preciso señalar que en estos temas sensibles la labor entre la profesional y las personas informantes, requiere “la creación de lazos de empatía y confianza que permitan alcanzar *rapport* entre las partes” (Córdova, 2003, p.21).

Este *rapport* pasa necesariamente por la comprensión de la perspectiva del Otro, lo cual implica distinguir desde dónde se está observando una problemática. De acuerdo con Geertz (1994), los pensamientos y la conducta de los participantes pueden abordarse desde dos

flancos: uno que parte de un corpus conceptual que denomina de *experiencia próxima*, o bien otro que llama de *experiencia distante*. Así:

un concepto de experiencia próxima es aquel que alguien —un paciente, un sujeto cualquiera o en nuestro caso un informante— puede emplear naturalmente y sin esfuerzo alguno para definir lo que él o sus prójimos ven, sienten, piensan, imaginan, etcétera, y que podría comprender con rapidez en el caso de que fuese aplicado de forma similar por otras personas. Un concepto de experiencia distante es, en cambio, aquel que los especialistas de un género u otro —un analista, un experimentalista, un etnógrafo, incluso un sacerdote o un ideólogo— emplean para impulsar sus propósitos científicos, filosóficos o prácticos (Geertz, 1994, p.75).

Esta distinción, también denominada *etic-emic*³, sustenta las bases epistemológicas de la etnografía. En este caso, nos interesa ubicar el sentido en la correspondencia de una visión del mundo que las personas entrevistadas aceptan como real, significativa o apropiada y hace que se valoren las propias prácticas y creencias como correctas o legítimas (HARRIS, 1984). La idea, entonces, de la investigación colaborativa es comprender los significados que para un grupo son de experiencia próxima, de modo que puedan vincularse significativamente con aquellos de experiencia distante que posibiliten captar los aspectos generales de la vida social (Geertz, 1994).

METODOLOGÍA

En términos metodológicos, el investigador de Oxford Marcus Banks propone “la creación y el estudio de la imagen colaborativa y se utiliza en los proyectos en los que el investigador y los sujetos de estudio trabajan juntos, tanto con las imágenes ya realizadas, como con la elaboración de nuevas” (2010: 28). Un trabajo colaborativo de investigación como el que propone Banks plantea un cambio y un aprendizaje a partir de las consecuencias de esos cambios. El propósito del trabajo colaborativo y de investigación acción es cuestionar los discursos, prácticas y valores sociales con la intención de explicarlos. Este tipo de investigación se destaca por ser participativa: las personas trabajan con la intención de mejorar sus propias

³Philippe Schaffhauser nos recuerda que la dualidad conceptual *etic/emic* es una categoría lingüística y explica que la primera es el estudio de los sonidos humanos articulados independientemente del valor cultural y simbólico que pueda cobrar dentro de una cultura determinada. Lo *emic* se relaciona con la articulación, la estructuración de los sonidos que conforman modos de descripción del mundo y representaciones del mismo de acuerdo con una forma de vida cultural dada. Esto es la condición simbólica del lenguaje. Schaffhauser muestra que este enfoque se debe al lingüista Kenneth L. Pike (DUCROT y TODOROV, 1983).

prácticas desde una espiral de introspección cíclica ordenada en la planificación, acción, observación y reflexión. Es colaborativa porque se realiza en grupo con las personas implicadas (Latorre, 2013).

Esta metodología enlaza una serie de actividades: registrar, recopilar, analizar reacciones e impresiones en torno a lo que sucede. Utiliza el diario de campo para registrar las impresiones de vida cotidiana y analizar de forma crítica las situaciones que se investigan.

En el caso que aquí exponemos, se procura saber las ideas y opiniones de jóvenes adolescentes de zonas indígenas respecto al sentido que tiene la sexualidad, el cuerpo y el género. La organización colaborativa en espacios indígenas puede ser relativamente más fácil con el trabajo colaborativo de jóvenes universitarios—de aproximadamente la misma cohorte de edad de los informantes— para participar en la organización de los equipos. Los jóvenes indígenas buscan una relación mucho más familiar con los estudiantes de universidad por la cercanía generacional, por su relación con la música, por su cercanía con las imágenes o por intereses comunes, aspectos que favorecen una comunicación fluida y ágil entre las partes.

Con la cercanía afectiva, las preocupaciones, ilusiones y emociones se movilizan con mucho mayor rapidez entre los informantes y los investigadores. El trabajo etnográfico, que exige una presencia constante sobre terreno, se ve favorecido con el uso de la fotografía y el video en un espacio de proximidad agradable. Desde las primeras visitas a las comunidades, las personas identifican a la investigadora y a las estudiantes por portar cámara fotográfica. Solicitar permiso para tomar fotografías es un primer intento de acercamiento y de incipiente *rapport*. En subsecuentes visitas, el grupo de investigación lleva fotografías impresas de personas de la localidad para darlas como regalo. Se aprovecha el uso de la cámara fotográfica para indicar el interés de trabajar con los adolescentes mientras ellos pueden hacer algunos registros; mientras el investigador presenta las credenciales institucionales a docentes. La confianza genera más confianza en los pueblos originarios.

La relación en redes con las autoridades, los padres de los adolescentes, los profesores de preparatoria y con los propios jóvenes y sus amistades beneficia el curso del proyecto y garantiza su éxito. El interés por aprender a usar la cámara fotográfica convoca a los jóvenes al trabajo colaborativo. Con ello podemos asegurar que el trabajo de campo con el uso de las aproximaciones cualitativas privilegia el objetivo antropológico de aprehender el significado que un grupo social específico confiere a sus formas concretas de vida (Córdova, 2001). En el caso que nos interesa, otorgó la apertura al aprendizaje concerniente a la sexualidad ya los riesgos que conlleva no tener conocimientos sobre el cuidado de cuerpo, por ejemplo el

contagio de VIH o de VPH. Las imágenes fotográficas dieron un giro hermenéutico a su conocimiento del cuerpo y a su sentido de responsabilidad.

Asimismo, se puede entender el uso de las imágenes visuales por su característica de retomar de la realidad la similitud de los elementos referenciales directos, concretos y visibles, en tanto se configura en la correlación proporcional entre la cosa necesariamente real y los resultados impresos, es decir, en la representación del cuerpo sano frente al cuerpo enfermo. La tendencia que la mirada tiene a un ordenamiento lógico y la necesidad de un principio expresivo de la imagen visual es lo que le imprime la marca de un significado fundamental, constante, básico y literal (definido como denotación), como es el asunto de la anatomía corporal de varones y mujeres; pero que siempre necesitará de la extensión y la articulación de un significado adicional, de un sentido secundario (connotación) que ligue a los objetos y las cosas con asociaciones de respuestas, aspectos emotivos y/o ideológicos, valores y formas de existir para ser explicado con una configuración que adquiere forma en la dimensión de la significación, es decir en el proceso de elaboración y valoración social. Esto se hace evidente en el caso de observar el deterioro físico por enfermedad desde las imágenes fotográficas.

La confrontación etic-emic del desconocimiento del cuerpo y su orientación hacia la toma de conciencia del riesgo de contagio, siempre implica un momento de comprensión que funciona a través del estudio de las imágenes, las cuales operan como textos que comunican y dicen algo de la memoria cultural acerca de los modos de percibir y vivir el cuerpo. Con la fórmula de la lectura de la imagen en el marco de la comprensión y sentido del cuidado de cuerpo, la crítica de los prejuicios y el nuevo conocimiento marcan las relaciones circulares entre los elementos que la conforman: el productor (investigador-informantes), el producto (texto visual) y el consumidor (receptor o lector) y se orienta hacia el análisis de su época, de su sociedad, de su estatus, de su vida, de su cultura heredada y de la vulnerabilidad contemporánea (González, 2009).

La receptividad de los jóvenes sobre la problemática social y de salud respecto de la vulnerabilidad del cuerpo no reconoce ni imparcialidad ni invalidación; al contrario, incluye una matizada incorporación de opiniones y prejuicios, entendiendo a estos últimos no como defecto de comprensión o de reflexión, sino como una característica de los momentos y condiciones del horizonte histórico que les corresponde vivir. Consideramos el prejuicio en su sentido hermenéutico como un concepto que no tiene matiz negativo de juicio falso, sino como el juicio que se forma antes de la convalidación definitiva de todos los momentos que son objetivamente determinantes. Un prejuicio es una pre-decisión o un precedente (González, 2009). En el caso de los jóvenes de esta investigación, nos permitimos abrir un prejuicio, en el sentido de ampliar, justificar o refutar el acrecentamiento de nuevos horizontes de comprensión respecto

al cuerpo, la sexualidad y el género. Precisamente es necesario ampliar con nuevos horizontes la posibilidad de nuevos contenidos y relaciones de sentido.

Con González (2007), seguimos la idea hermenéutica de que el sujeto receptor de imágenes –llámese investigador, estudiantes universitarios, jóvenes de preparatoria, personas adultas de las comunidades rurales– no parte de cero ni se enfrenta al proceso de comprensión a partir de una tabla rasa, sino que detrás de él hay toda una historia. En este sentido, desde el plano figurativo ya sea pictórico –pintura, dibujo-, gráfico –fotografías, litografías, grabados, impresos-, de volumen –escultura o arquitectura- y movimiento –filmes, cortometrajes o videos-, o bien desde la literatura –narrativa, cuento, poesía, ensayo– la corporalidad se constituye a la vez en apoyo y medio de reflexión existencial, de identidad y de una conciencia del ser histórico que somos; esto es, la forma explícita de comprender cómo se percibe y concibe la sensibilidad corporal desde una tradición y un horizonte cultural específico.

LA CULTURA VISUAL Y SU INTERDISCIPLINARIEDAD PARA EL TRABAJO DE CAMPO

Svetalana Alpers, socióloga del arte y discípula del historiador Ernst Gombrich, utilizó por primera ocasión el concepto de cultura visual para explicar la historia del arte de Holanda como una parte constitutiva de la cultura holandesa y no parcelaria como propone el análisis intratextual. Las creaciones visuales son en definitiva elementos fundamentales para la representación del mundo y en su sentido de formulación del conocimiento. Más que una disciplina, los estudios de cultura visual son una empresa multidisciplinar con préstamos disciplinares y metodológicos distintos. En su interior se anida una gran diversidad de temas relacionados entre disciplinas, en tanto ofrece alternativas de mirar y analizar. Walker y Chaplin definen a la cultura visual como:

aque aquellos objetos materiales, edificios, e imágenes, más los medios basados en el tiempo y actuaciones, producidos por el trabajo y la imaginación humana, que sirven para fines estéticos, simbólicos, rituales o ideológicos-políticos, y/o para funciones prácticas, y que apelan al sentido de la vista de manera significativa. Algunas de las disciplinas que se entrelazan en este concepto son: la estética, antropología, arqueología, historia/teoría de la arquitectura, crítica del arte, historia del arte, estudios de la negritud, teoría crítica, estudios culturales, deconstrucción, historia del diseño, feminismo, estudios/teoría del cine, estudios del patrimonio, lingüística, crítica literaria, marxismo, estudios de los medios de comunicación, fenomenología, filosofía, estudios fotográficos, economía política, estudios postcoloniales, postestructuralismo, proxemiología, psicoanálisis, psicología de la percepción, formalismo ruso, semiótica, historia social, sociología, estructuralismo (Walker y Chaplin, 2002, p.16).

La intención de aunar el concepto de cultura visual con la antropología y las técnicas audiovisuales de investigación social tiene sentido por el trabajo colaborativo interdisciplinario en las investigaciones que se realizan en ámbitos rurales e indígenas en la zona norte del estado de Veracruz, México, para citar las redes de investigación entre antropólogos, sociólogos, expertos en estudios rurales, estudiosos en migración, diseñadores, profesores, politólogos, trabajadores sociales, psicólogos, gestores culturales e historiadores, entre otros. Los conectores teórico-metodológicos de la semiótica, la hermenéutica y la etnografía pueden dar respuesta a un acercamiento a la investigación social con imágenes; no obstante, se hace necesario reflexionar que la interdisciplinariedad da cuenta del impacto que las tecnologías visuales y audiovisuales han tenido sobre los receptores.

Se abre así una veta respecto a la historia de la cultura visual moderna y contemporánea. A grosso modo, el proceso teórico de la cultura visual convoca a la contribución al estudio de las imágenes figurativas desde la historia del arte, la iconografía y la iconología de la primera mitad del siglo XX; lo mismo la filosofía del lenguaje con la fenomenología, la hermenéutica o la teoría de la recepción. La antropología visual tiene una larga trayectoria de investigación para comprender una cultura, donde las habilidades visuales son definitivas y donde las imágenes resultan fundamentales para la representación del mundo en el sentido de formulación del conocimiento. También se retoman las ideas sociológicas de Pierre Bourdieu (1990) cuando afirma que la mirada forma parte del habitus, es decir, de esos esquemas generativos que están socialmente estructurados y se van adaptando a lo largo de la vida de cada persona, los cuales suponen la internalización de la estructura social.

Por ese sendero propositivo, otra de las perspectivas que ha teorizado e historiado la cultura visual en los últimos treinta años es el feminismo, desafiando la idea del discurso como neutro, sino que implica necesariamente una parcialización desde el género, con escritos en dirección hacia el arte, el cine, la arquitectura, la cultura popular, los nuevos medios. Lo que la teoría feminista persigue es proporcionar un marco desde el cual entender los cambios del pensamiento en los estudios visuales, así como una visión diferente y diversa a las teorías rectoras de lo visual, al tiempo que explora las cuestiones de raza, clase, nacionalidad, sexualidad, género, diversidad y entra en debates sobre el feminismo en el campo de lo visual (González y Del Castillo, 2015).

Finalmente, como menciona Michael Mirzoeff (2003), un paso hacia los estudios sobre la cultura visual consiste en reconocer que la imagen visual no es estable, sino que cambia su relación con la realidad externa en los determinados momentos de la modernidad. La

extraordinaria proliferación de imágenes no se puede concentrar en una sola imagen que contemple lo intelectual. La cultura visual ahora se presenta como esa crisis de información y recarga visual de lo cotidiano. Así, mientras las primeras investigaciones sobre la cotidianidad intentaron explicar cómo los sujetos crearon para sí múltiples significados, ahora la cultura visual, desde el estudio de la cultura de masas, explora más bien ambivalencias, grietas y espacios de resistencia en la vida cotidiana, pero considerando siempre al centro la mirada y el punto de vista del receptor (González y Del Castillo, 2015).

LA CAPTURA DE SÍ Y DEL OTRO. LAS MIRADAS DE LOS JÓVENES.

Una de nuestras intenciones es centrar la curiosidad de los/las jóvenes sobre la diversidad cultural, desde la práctica de la mirada con un dispositivo de creación de la imagen: la cámara fotográfica. Otro propósito es el de fortalecer su atención en las habilidades de la observación para comprender las diferentes enunciaciones del conocimiento y representaciones del mundo. El ensayo fotográfico aquí mencionado es el resultado del trabajo de campo y de gabinete desarrollado por un equipo de docentes y estudiantes de la Facultad de Trabajo Social, de la Universidad Veracruzana, región de Poza Rica-Tuxpan, con un grupo de adolescentes de las localidades totonacas de Poza Verde, Carrizal y Puente de Piedra, las cuales se sitúan en el área rural del municipio de Papantla, Veracruz. Desde septiembre del 2012 trabajamos en estas comunidades con los ritmos que ellas nos permitieron. En un primer momento, estudiantes de licenciatura de Trabajo Social de la Universidad Veracruzana se capacitaron en el uso de las técnicas fotográfica y de video para el trabajo de campo. Después esas estudiantes universitarias tuvieron trabajo de intervención en comunidad con estudiantes de preparatoria acerca de los temas de ciudadanía, cultura visual y cuidado del cuerpo, a través de cursos talleres sobre fotografía y video en un lapso de tres meses.

Todo el trabajo fue fotografiado y registrado en video por el equipo de investigación y por los mismos jóvenes de las localidades. Desde el primer día la cámara fotográfica estuvo a disposición de los y las jóvenes. Al principio el uso de la tecnología audiovisual les resultaba poco interesante, pero al ir avanzando en los temas programados y en el registro de las imágenes, chicas y chicos tuvieron mucha más confianza para las tomas fotográficas y de video. La idea de incidir y de trabajar en campo, así como constituir grupos de debate, conocer sus debilidades entendiéndolas como momentos de posibilidades para la toma de decisiones e involucrarlos como actores en el esfuerzo de reflexión crítica colectiva, acción participativa y

desafíos con posibilidades de solución, tuvo menor éxito en las comunidades totonacas de Poza Verde y Carrizal.

La organización comunitaria en Poza Verde no tuvo la fuerza esperada, y la oportunidad de recibir los cursos que ofrecimos no fue de su interés. La comunidad estudiantil de Carrizal tampoco se mostró muy atraída hacia el trabajo de registro audiovisual. Los jóvenes varones fueron desertando y después las chicas, y hacia la tercera semana dejaron de asistir. En este caso la construcción de escenarios es pertinente para comprender de manera integrada la situación de las localidades de estudio y detectar los intereses que de ahí surgen. Primero los tiempos de elecciones presidenciales acaparaban la atención; después el final de cursos escolares y las vacaciones de verano, tanto como el trabajo en las parcelas por parte de las y los jóvenes, propiciaron pasar de una situación óptima hacia otra con nulas oportunidades de intervención al final del proyecto. Y debemos sumar también la voz de advertencia por parte de personas de la comunidad, sobre la intromisión de grupos de narcomenudeo en la localidad y el posible consumo de drogas de algunos de los jóvenes estudiantes. El objetivo era no predecir el futuro, sino explicitar las estructuras de las cosas a fin de definir problemas, poner en evidencia limitaciones y opciones de las cuales no sabríamos cuál sería la que iban a elegir. El equipo decidió salir de la localidad.

En Puente de Piedra pudimos trabajar durante nueve semanas en conjunto universitarios y jóvenes de la localidad sobre los problemas y retos respecto a la ciudadanía, derechos humanos con énfasis en su salud sexual y reproductiva, la violencia y la convivencia entre hombres y mujeres. Las y los jóvenes se permitieron reflexiones acerca de su sano crecimiento físico, cognitivo y espiritual, aspectos importantes para comprender los procesos de conformación de los grupos en un espacio democrático intercultural o de diversidad cultural. Tanto las jóvenes como los varones, desde la fotografía, detuvieron y mezclaron sus gestos, captaron los movimientos de sí mismos, del paisaje, de sus amigos y amigas. Fijaron su mirada en la plasticidad de sus propios cuerpos y de otras personas bien por entero o en fragmentos. Lograron atrapar sus lugares y congelaron en imagen sus objetos, grabaron los momentos de cotidianidad en su localidad y los espacios de fiesta.

Estos estudiantes se entusiasmaron por registrar a niñas, jóvenes, adultos y ancianos. Pudieron imprimir la imagen de alguna abuela que pronto fallecería, dándole la oportunidad a su familia de tener una última fotografía de aquella anciana que no sería ya mirada en esta vida. Como jóvenes aprendieron que el registro fotográfico es una oportunidad para el recuerdo y la querencia, un acercamiento a la intimidad de la comunidad y una posibilidad de mantener en permanencia la imagen de los suyos. Este equipo de investigación se interesó y sigue aún compartiendo los lugares sociales de esos jóvenes en Puente de Piedra, con la intención de que

vayan integrando una veta de producción cultural desde la imagen. Esto significa considerar a las y los jóvenes como actores sociales participativos que, con sus propias características y modos diferenciados, tienen la oportunidad de intervenir en su comunidad. Desde la fotografía ellos interpretan, simbolizan y comunican su percepción del mundo.

Consideramos que el mirar y observar son formas que se aprenden socialmente, tanto como sucede con los gestos y los gustos. La mirada entonces se convierte en un arte que puede ser pensado como una construcción colectiva cotidiana y la observación como una manera de organización sensorial que capta los modos kinésicos de comunicar socialmente. De tal modo, el universo representado que aparece en estas páginas dice de los lugares, los espacios percibidos por una generación joven en crecimiento y que tiene por herencia la historia y las tradiciones de su cultura, digna de mantenerse. Pensamos que esta juventud que vive entre una herencia de cultura originaria y un presente globalizado, se convierte en fuerte enlace intergeneracional de los ancianos y los niños para ejercitar el principio de sus derechos humanos con la participación ciudadana para reducir las amenazas que aquejan a la región en el tema de salud pública y en el renglón de salud sexual y reproductiva, en tanto que significan grandes riesgos para la vida, así como una oportunidad para responsabilizarse del cuidado de sus cuerpos.

RESULTADO DE LAS TECNICAS AUDIOVISUALES: EL VIDEO “TUTU NAKÚ: ENTRE DOS AGUAS”

Uno de los productos de esta investigación fue el documental “Tutu nakú: entre dos aguas”, cuyo objetivo fue el de enseñar fotografía y video a un pequeño grupo de jóvenes, con la intención de percibir como la juventud de comunidades totonacas viven su presente y reformular el sentido jurídico y cultural de convivencia comunitaria con su participación con la toma de decisiones responsables, primero con el empoderamiento sobre su cuerpo, en tanto espacio físico/simbólico, y al mismo tiempo en la intervención de los problemas que más les afecta hasta incidir en políticas públicas equitativas.

La agenda de diversas instituciones de la entidad incluyendo la Universidad Veracruzana considera a las políticas públicas como enlace de los procesos globales y de reformas del estado como factor clave de atención social a partir de objetivos básicos: educación, salud, desarrollo social, viabilidad política ciudadana, atención a grupos vulnerables, pobreza y sustentabilidad para encarar grandes desafíos y favorecer las

potencialidades de los grupos sociales más necesitados. En esa línea, las políticas de desarrollo destacan los desequilibrios entre los cambios internos/internacionales, así como la necesidad de una integración/participación sociales/participación ciudadana bajo una lectura de género para reforzar capacidades y actitudes hacia una mejor gobernabilidad democrática dentro de los espacios comunitarios y en específico las familias.

Las crisis económicas recurrentes y cambios en los mercados de trabajo, los cambios en las dinámicas y composición de la estructura demográfica por la migración o movilidad social y la acelerada apertura sociocultural frente al proceso de globalización, con el deterioro de tradiciones y prácticas ancestrales, han fortalecido la desigualdad de los géneros, haciendo más evidente la violencia doméstica y la violencia en los cuerpos. Un ejemplo de ello es la falta de cuidado en las prácticas sexuales. Este aspecto es preocupante para la salud pública, porque los sectores en situación más vulnerable son las mujeres, los jóvenes varones, las jóvenes mujeres, tanto como las niñas y los niños.

Esta es la historia contemporánea de jóvenes tutu nakú que se encuentran entre dos momentos, uno tradicional ancestral y otro modernizador relacionado con la afanosa industria del corredor petrolero. Ese contexto dual entre el ámbito rural y la ciudad favorece una dinámica de producción, circulación, consumo de sexo. El problema de salud pública respecto a esa actividad erótico-sexual, ya sea heterosexual, homo y bisexual, de las y los jóvenes con otros jóvenes o con adultos (muchas veces casados/casadas) es que la región de Poza Rica se ubica entre los primeros lugares de VIH y papiloma en el estado de Veracruz; asimismo, se aprecia un aumento en el número de embarazos tempranos de adolescentes cada vez más jóvenes, de entre 12 y 17 años de edad. Por lo tanto se hace necesario incidir en la intervención preventiva de educación sexual con una mirada hermenéutica y participativa de las/los jóvenes.

El título de este documental, tutu nakú significa en lengua totonaca entre dos aguas, en referencia a varios aspectos: primero porque la zona del Totonacapan está inserta en el trópico húmedo y caliente; después, la microrregión construida para la investigación se encuentra entre el río Cazonces y el mar; otro argumento es porque los/las jóvenes de esa región conviven cotidianamente entre sus comunidades rurales y la ciudad en un corredor de flujos y movi­lidades sociales perennes. Las y los jóvenes están en un momento de frontera entre el mundo tradicional-ancestral frente al mundo industrializado contemporáneo, la metáfora de dos aguas y dos corrientes también mueven a ese título. Entre dos aguas también por ubicarse en el umbral de una juventud que aún no es independiente en términos de decisión económica; sin

embargo, ya deciden por su cuerpo en secreto. Finalmente, dos aguas porque la intimidad también mueve al sentido de fertilidad que involucra agua, humedad, flujos y riesgos.

CONCLUSIONES

La combinación de dos procesos: conocer y actuar, implica que la población tome conciencia y acción de los problemas que se aborda, analizar y comprender mejor la realidad de la población -sus necesidades, recursos y capacidades-, y les permite planificar acciones y medidas para transformarla y mejorarla. El engranaje de las técnicas audiovisuales de investigación social y la Investigación Acción Participativa favorecen tres aspectos: 1). La investigación como procedimiento reflexivo, sistemático, controlado y crítico cuya finalidad estudia el aspecto de la realidad de los jóvenes respecto al alto riesgo de contagios de VIH. 2).

La acción, fuente de conocimiento que realiza formas de intervención desde la experiencia áulica y con el central apoyo de las técnicas audiovisuales para el trabajo de investigación in situ, donde jóvenes estudiantes toman conciencia de sus derechos y las acciones respecto a su vida cotidiana en relación al cuidado de su cuerpo. Y finalmente 3) participación en el proceso de involucramiento de investigadores profesionales, estudiantes universitarios y sujetos de las comunidades destinadas del proyecto, adolescentes activos que contribuyen a conocer y transformar su propia realidad.

El trabajo de campo en la región del Totonacapan señala el rezago social e inequidades sociales existentes entre grupos étnicos, entre hombres y mujeres y entre generaciones sobre todo en lo que se refiere a la salud sexual, salud reproductiva y cuidado de cuerpo. En esa dinámica, la construcción de escenarios permitió comprender de manera integrada la situación de las comunidades de estudio. Se programaron talleres sobre los temas acerca de los altos riesgos de salud por embarazos en niñas y adolescentes, tanto como muertes por maternidad temprana. El estado de Veracruz, la principal consecuencia de las relaciones sexuales prematuras en adolescentes son los embarazos no deseados, pues se calcula que cerca del 70% de las mujeres en estado de gestación son menores de edad. Este es por tanto, un escenario propicio para trabajar sobre esta situación complicada y de graves problemas de salud pública. En el caso de las enfermedades de transmisión sexual y en específico el VIH/SIDA, la región norte del estado de Veracruz- ocupa el tercer lugar estatal en casos acumulados registrados. La migración y la movilidad social es un factor en el avance de la infección en la zona. En la actualidad, aproximadamente cinco veracruzanos se infectan por VIH cada día, este fenómeno

epidemiológico está estrechamente relacionado a la gran movilidad poblacional y la migración. La incidencia de embarazos adolescente es cuatro veces mayor en el medio rural que en el urbano y los extractos socioeconómicos más desfavorecidos son los más afectados. De las jóvenes que se embarazan el 80% abandona sus estudios, el 33% terminan siendo madres solteras. En caso de contraer matrimonio estas familias de jóvenes engrosa el porcentaje de hogares pobres. México es el cuarto país en Latinoamérica en porcentaje de hogares pobres encabezados por jóvenes padres de entre 15 y 29 años de edad.

Frente a estos indicadores, el equipo de investigación aprobó el planteamiento del proyecto con el método de investigación acción participativa, con las técnicas audiovisuales para la investigación social, ya que su aplicación favorece el aprendizaje colectivo con base en un análisis crítico, la participación activa de los jóvenes de las comunidades, para orientarlos a estimular prácticas transformadoras respecto al cuidado de su cuerpo con su sentido de responsabilidad ciudadana y los derechos humanos. Pensamos que de ese modo podremos considerar el inicio de un cambio social sobre el cuidado de cuerpo y en relación a las prácticas sexuales seguras en pueblos originarios.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA

- Banks, M. (2010). **Los datos visuales en investigación cualitativa**. Madrid: Morata.
- Bourdieu, P. (1990). **El sentido práctico**. Madrid: Taurus.
- Clifford, J. (1995). "Sobre la autoridad etnográfica". En Reynoso, C. (comp.). *La antropología posmoderna*. Madrid: Gedisa, pp. 39-77.
- Córdova, R. (2003). **Los peligros del cuerpo. Género y sexualidad en el centro de Veracruz**. Puebla: BUAP/Plaza y Valdés.
- Geertz, C. (1995). **La interpretación de las culturas**. Barcelona: Gedisa.
- Geertz, C. (1994). Desde el punto de vista del nativo'. Sobre la naturaleza del conocimiento antropológico". En *Conocimiento local. Ensayos sobre la interpretación de las culturas*. Barcelona: Paidós, pp. 73-90.
- González, A.H. (2009). **Concupiscencia de los ojos. El desnudo femenino en México 1897-1911**. Historia y Sociedad. Xalapa: Instituto de Investigaciones Histórico Sociales, Universidad Veracruzana.
- González, A. H. (2007). **El cuerpo desnudo femenino: elaboración de discursos y prácticas expresivas desde la gráfica, Ciudad de México, 1897-1927**. 2007. 322 p. Tesis (Doctorado en Historia y Estudios Regionales). Xalapa: Instituto de Investigaciones Histórico Sociales,

Universidad Veracruzana..

González, A. H & Del Castillo, A. (2015). (Coords.) **Estudios Históricos sobre Cultura Visual. Nuevas Perspectivas de Investigación**. México: Instituto Mora, El Colegio de Michoacán.

Grimshaw, A. (2007). **The ethnographer's eye. Way of seeing in modern anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press.

HARRIS, H. **Introducción a la Antropología General**. Madrid: Alianza, 1984.

HOCKINGS, P. **Principles of Visual Anthropology**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003.

Latorre, A. (2013). **La investigación-acción. Conocer y cambiar la práctica educativa**. Barcelona, Graó/Colofón.

Lévi-Strauss, C. (1984). **El pensamiento salvaje**. México: Fondo de Cultura Económica.

Malinowski, B. (1975). **La vida sexual de los salvajes del noreste de la Melanesia**. Madrid: Ediciones Morata.

Malinowski, B. (1986). **Los argonautas del Pacífico Occidental**. Barcelona: Planeta Agostini.

Mead M. (2003). Visual anthropology in a discipline of words. En: MEAD, M. **Principles of Visual Anthropology**. Berlin (Editor Paul Hockings): Mouton de Gruyter, 2003, pp. 3-10.

Mirzoeff, N. (2003). **Una introducción a la cultura visual**, Barcelona: Paidós.

Ruby, J. (2007). Los últimos 20 años de antropología visual-una revisión crítica. **Revista Chilena de Antropología Visual**, junio, número 9. Santiago: Rev. chil. antropol. vis. 2007, pp. 13-36

Walker, J. A & Chaplin, S. (2002). Modos de análisis, En: **Una introducción a la cultura visual**, Barcelona: Octaedro-EUB, 2002, pp. 171-193.